



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E INDICADORES

MAIO 2019

2018

ÍNDICE

I – Sessões de decisões do Tribunal	6
II - Recomendações	7
Número de recomendações formuladas	7
Acolhimento de recomendações	8
III – Controlo prévio	9
Número e caracterização dos processos	9
Volume financeiro dos processos controlados	11
Indicadores financeiros	13
Recursos ordinários	13
Ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras	14
Indicadores financeiros (ARF)	15
IV – Controlo concomitante	16
Adicionais a contratos visados	16
Auditorias de fiscalização concomitante	16
Lista do valor financeiro de factos detetados	17
Indicadores financeiros	17
V – Controlo sucessivo	18
Auditorias por área de atuação e tipologia	18
Lista de auditorias/VEC/pareceres concluídos/N.º Recomendações	20
Lista do valor financeiro de factos de auditoria/VEC/pareceres detetados	22
Lista dos impactos financeiros conhecidos em 2015	28
Verificação interna de contas	29
Lista do valor financeiro de factos detetados	30
Entidades objeto de controlo	31
Relatórios de órgãos de controlo interno	51
Participações, exposições, queixas e denúncias	52
VI – Efetivação de responsabilidades	53
Responsabilidade financeira sancionatória	53
Responsabilidade financeira – 3.ª Secção e Secções Regionais	55
Efetivação de Responsabilidade – art.º 66.º - Processos Autónomos de Multa	57
VII – O Ministério Público junto do Tribunal de Contas	58
O Ministério Público	58
Participações do Ministério Público a outras jurisdições	59
VIII - Elementos complementares da Conta Consolidada	61

RELAÇÃO DE SIGLAS

ADSE	Direção Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
APRAM	Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
AREA	Associação Regional de Educação Artística
ARF	Apuramento de responsabilidades financeiras
CALRA	Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma
CARAM, EPE	Centro De Abate Da Região Autónoma Da Madeira, Epe
CCP	Código dos Contratos Públicos
CGE	Conta Geral do Estado
CRA	Conta da Região Autónoma
DSEAM	Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia
EIRSU	Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de S. Miguel – EIM, S.A.
EM	Empresa Municipal
EPE	Entidade pública empresarial
EPR	Entidade Pública Reclassificada
FARES	Faculdade Roraimense de Ensino Superior, Brasil
FINOVA	Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IS	Imposto de Selo
JFVCO	Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique
LEORAM	Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma da Madeira
LOPTC	Lei de organização e processo do Tribunal de Contas
MP	Ministério Público
MPE	Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A.
OE	Orçamento do Estado
PCGE	Parecer sobre a Conta Geral do Estado
PCTA	Parque da Ciência e Tecnologia do Alentejo, SA
PCRAA	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores

PCRAM	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira
PPP	Parceria Público Privada
SCEP	Sistema Central de Encargos Plurianuais
SESARAM	Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.
SINAGA, SA	Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, SA
SOMOS	Somos Pessoas, ACE, Somos Contas, ACE e Somos Compras, ACE
SNC-AP	Sistema de normalização contabilística para administrações públicas
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SPE	Setor público empresarial
SER	Secretaria Regional de Educação
SRA	Secção Regional dos Açores
SRM	Secção Regional da Madeira
SWAP	Contrato de permuta de uma posição por outra
TAP	Transportes Aéreos Portugueses, SA
TC	Tribunal de Contas
VEC	Verificação externa de contas
VIC	Verificação interna de contas
ZEA	Zona de Experimentação Agrícola – Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda

O presente volume, de informação estatística e indicadores, apresenta os dados agregados da Sede, Secção Regional do Açores e Secção Regional da Madeira.

I – SESSÕES E DECISÕES DO TRIBUNAL

As deliberações e decisões do Tribunal de Contas são tomadas, na Sede, em Plenário Geral, Plenário de Secção, Subsecção (três juizes), em sessão diária de visto e por Juiz singular. Nas Secções Regionais, em coletivo especial, sessão ordinária, sessão diária de visto e audiência de julgamento.

Número de sessões e decisões do Tribunal

Plenário Geral e Secções do Tribunal	Sessões	Decisões	Sentenças	Acórdãos	Resoluções	Relatórios Auditorias VEC e ARF	Outros relatórios e Pareceres CGE, CRA e CALRA
Plenário Geral do Tribunal	8			2	7		1
1.ª Secção - plenário e subsecção	41			73	3	4	
1.ª Secção - sessões diárias de visto		1 284					
1.ª Secção - juiz singular		46	10				
2.ª Secção - plenário e subsecção	31				1	45	
2.ª Secção - juiz singular			14				
3.ª Secção - plenário	23	3	11				
3.ª Secção - juiz singular	13			16			
Secção Regional dos Açores							
Sessões diárias de visto	47	67					
Sessões ordinárias e extraordinárias	8	2					
Audiências de julgamento	1		2				
Sessões especiais	1						2
Decisões em processo autónomo de multa		4	5				
Secção Regional da Madeira							
Sessões diárias de visto	39						
Sessões ordinárias e extraordinárias	9	2				12	
Audiências de julgamento	1		3				
Sessões especiais							1
Decisões em processo autónomo de multa			3				

ARF - Apuramento de responsabilidades financeiras

CALRA - Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma

CGE - Conta Geral do Estado

CRA - Conta da Região Autónoma

VEC - Verificação externa de contas

VIC - Verificação interna de contas

II – RECOMENDAÇÕES

NÚMERO DE RECOMENDAÇÕES FORMULADAS

A Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de organização e processo do Tribunal de Contas – LOPTC) prevê o poder do Tribunal de Contas (TC) formular recomendações no âmbito da sua atividade, constituindo as mesmas instrumentos essenciais da sua atuação.

Número de recomendações formuladas

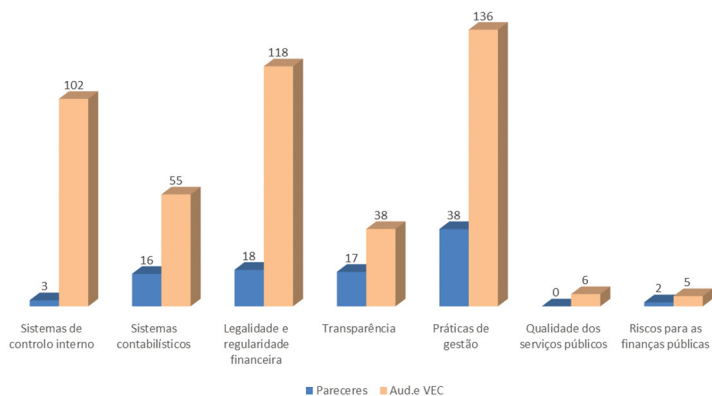
Tipo de processo	Sede	SRA	SRM	Total
Fiscalização prévia	506		6	512
Ações para apuramento de responsabilidades financeiras	4	3		7
Auditorias de controlo concomitante	7	5	13	25
Pareceres (CGE, CRA)	66	20	8	94
Auditorias e VEC de controlo sucessivo	366	64	30	460
Verificação interna de contas	110	31	2	143
Total	1 059	123	59	1241

Nota: Por cada recomendação dirigida a mais de uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a que se formularam.

Considerando a sistematização das recomendações pela matéria em que incidiram, divididas em sete grandes categorias, temos a seguinte distribuição:

Número de recomendações formuladas por tipo

Tipo de recomendação	Pareceres				Auditorias e VEC										Total geral
	PCGE	PCRAA	PCRAM	Total	AR I	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII	AR IX	SRA	SRM	Total	
1 Sistemas de controlo interno	2		1	3	2	9	33	18		27	4	1	8	102	105
2 Sistemas contabilísticos	11	4	1	16	1	3	25			18	4		4	55	71
3 Legalidade e regularidade financeira	12	4	2	18	1	3	29	12		25	5	30	13	118	136
4 Transparência	12	4	1	17	1		7		1	2	3	24		38	55
5 Práticas de gestão	27	8	3	38	14	14	41	8	9	26	10	9	5	136	174
6 Qualidade dos serviços públicos				0			6							6	6
7 Riscos para as finanças públicas	2			2		2	3							5	7
Total	66	20	8	94	19	31	144	38	10	98	26	64	30	460	554



ACOLHIMENTO DE RECOMENDAÇÕES

O Tribunal teve conhecimento do acolhimento de 662 recomendações, formuladas no ano ou em anos anteriores.

Número de recomendações acolhidas

Tipo de processo	Sede	SRA	SRM	Total
Ações para apuramento de responsabilidades financeiras				0
Auditorias de controlo concomitante	1	1	11	13
Auditorias e VEC de controlo sucessivo	357	7	12	376
Pareceres (CGE, CRA)	49	12	4	65
Verificação Interna de Contas	128	80		208
Total	535	100	27	662

III – CONTROLO PRÉVIO

NÚMERO E CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS

Nos termos da LOPTC, compete à 1.ª Secção do Tribunal, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira, o controlo financeiro prévio, o qual é exercido mediante a concessão ou recusa de visto aos atos, contratos e outros instrumentos geradores de encargos.

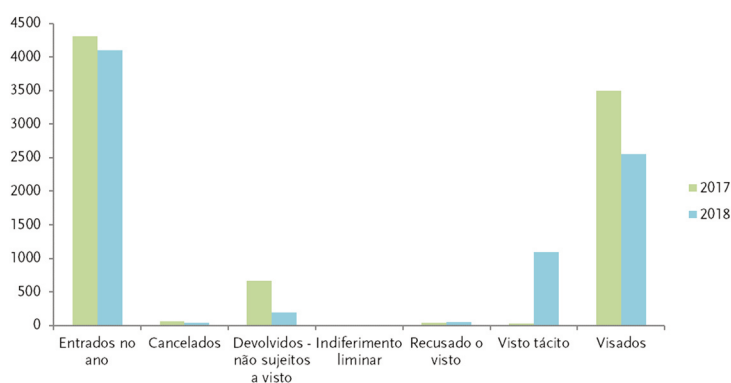
Movimento processual no ano

Processos de visto/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados	497	8	8	513
Entrados no ano	3 760	95	245	4 100
Total para análise no ano	4 257	103	253	4 613
Cancelados	34	2	1	37
Devolvidos por não estarem sujeitos a visto	164	14	16	194
Indiferimento liminar	2			2
Recusado o visto	52	2		54
Visados *	2 291	53	204	2 548
Visto tácito **	1 089			1 089
Total concluído no ano	3 632	71	221	3 924
Transitados para o ano seguinte	625	32	32	689

* Inclui processos com declaração de conformidade homologada

** Formação de visto nos atos, contratos e outros documentos sujeitos a fiscalização prévia cuja decisão não tenha ocorrido no prazo de 30 dias após a data de registo de entrada no TC (exclui sábados, domingos e feriados).

Movimento processual – comparação com 2017



Em 2017, foram efetuadas 3 194 devoluções de processos para complemento de instrução ou esclarecimento de dúvidas (2 914 na Sede, 94 na SRA e 186 na SRM).

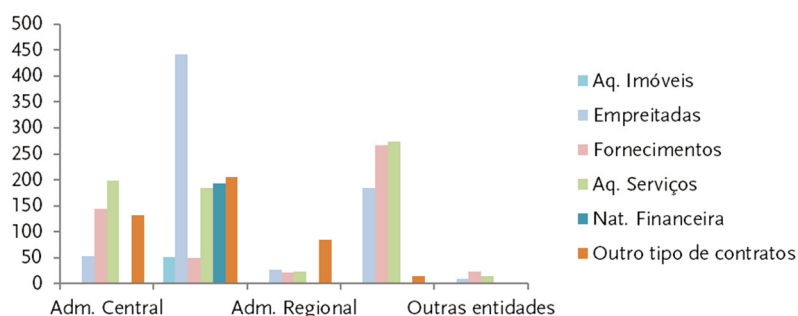
Por outro lado, foram efetuadas 3 481 reaberturas deste tipo de processos (3 224 na Sede, 75 na SRA e 182 na SRM).

Origem dos processos objeto de controlo prévio

Origem	Espécie processual						Total	
	Aquisição de Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aquisição de Serviços	Natureza Financeira	Outro tipo de contratos **	N.º	Peso
Adm. Central	1	54	145	198	1	132	531	20,4%
Adm. Local	51	441	50	184	194	206	1 126	43,3%
Adm. Regional		27	21	24		85	157	6,0%
SP Empresarial		184	266	274	1	14	739	28,4%
Outras entidades *	1	9	24	15			49	1,9%
Total	53	715	506	695	196	437	2 602	100,0%

* Inclui: Fundações e Associações de Direito Privado e outras entidades

** Inclui: contratos-programa, protocolos, contratos de gestão, contratos de patrocínio e contratos interadministrativos de delegação de competências, cooperação financeira, contratos de empréstimo, contratos de locação, acordos, contratos de adesão, indemnizações compensatórias, contratos de transação e aumentos de capital social, acordos atípicos, contratos de concessão, projetos de fusão de empresas locais e aquisição de participações sociais, acordos de transações judiciais e de pagamento entre outros



Os processos objeto de controlo tiveram origem maioritariamente em entidades da Administração Local e do Setor Público Empresarial, com 43,3% e 28,4% respetivamente.

No que respeita à espécie processual, verifica-se que os contratos de empreitada e de aquisições de serviços constituem a maioria dos processos objeto de controlo, com 27,5% e 26,7%, respetivamente.

Processos por tipo de decisão e espécie processual

Tipo de decisão	Espécie processual						Total
	Aquisição de Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aquisição de Serviços	Natureza Financeira	Outro tipo de contratos *	
Recusados	2	5	9	31	3	4	54
Visados	48	453	383	509	193	305	1 891
sem recomendações - em sessão diária de visto	46	313	260	376	191	286	1 472
com recomendações - em sessão diária de visto	2	140	122	132	2	19	417
sem recomendações - em subsecção/sessão ordinária							0
com recomendações - em subsecção/sessão ordinária				1	1		2
Com homologação de conformidade	3	257	114	155		128	657
Total	53	715	506	695	196	437	2 602
<i>Peso (%)</i>	<i>2,0%</i>	<i>27,5%</i>	<i>19,4%</i>	<i>26,7%</i>	<i>7,5%</i>	<i>16,8%</i>	<i>100,0%</i>

* Inclui: contratos-programa, protocolos, contratos de gestão, contratos de patrocínio e contratos interadministrativos de delegação de competências, cooperação financeira; contratos de empréstimo, contratos de locação, acordos, contratos de adesão, indemnizações compensatórias, contratos de transação e aumentos de capital social, acordos atípicos, contratos de concessão, projetos de fusão de empresas locais e aquisição de participações sociais, acordos de transações judiciais e de pagamento entre outros

No gráfico seguinte, pode observar-se a distribuição de processos por tipologia e sua comparação com o ano transato, verificando-se que em ambos os anos predominam os processos relativos a fornecimentos, denotando-se ainda um aumento face ao ano anterior.

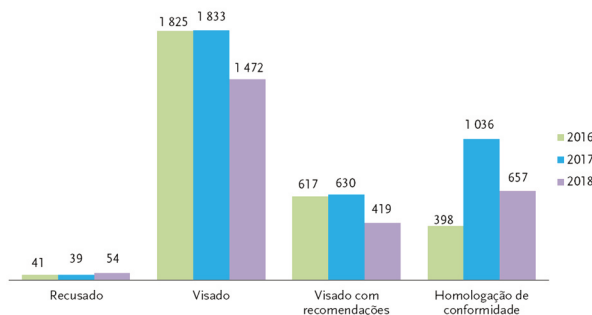
Distribuição dos processos por tipologia



Em termos globais, verificou-se um decréscimo de 26,5% do número de processos controlados, contrariando a tendência verificada nos anos anteriores. As recusas de visto sofreram um acréscimo de 38,5%, enquanto que o número de decisões de visto com recomendações apresenta um decréscimo de 33,5%.

Evolução do número de processos controlados

Tipo de decisão	2016	2017	Var. %	2018	Var. %
Recusado	41	39	-4,9%	54	38,5%
Visado	1 825	1 833	0,4%	1 472	-19,7%
Visado com recomendações	617	630	2,1%	419	-33,5%
Com homologação de conformidade	398	1 036	160,3%	657	-36,6%
Total	2 881	3 538	22,8%	2 602	-26,5%



VOLUME FINANCEIRO DOS PROCESSOS CONTROLADOS

No que se refere ao volume financeiro dos processos objeto de controlo, verifica-se que o maior valor respeita aos processos provenientes da Administração Local (42,7%), seguido do Setor Público Empresarial (31,9%).

Montantes controlados

(Unidade: m €)

Origem	Sede	SRA	SRM	Total	Peso (%)
Administração Central	1 082 850			1 082 850	20,2%
Administração Local	2 220 479	29 305	37 311	2 287 095	42,7%
Administração Regional		36 313	211 270	247 583	4,6%
Setor Público Empresarial	1 527 657	73 460	107 619	1 708 736	31,9%
Outras entidades *	29 480			29 480	0,6%
Total	4 860 466	139 078	356 200	5 355 744	100,0%

* Inclui Fundações, Associações de Direito Privado e outras entidades

Os processos relativos a contratos de outro tipo representam 30,2% do volume financeiro global, predominantemente oriundos da Administração Local e Administração Central, seguidos dos processos de empreitadas com 22,8% maioritariamente provenientes da Administração Local e Setor Público Empresarial.

Montantes controlados por origem e espécie processual

(Unidade: m €)

Origem	Espécie processual						Total
	Aquisição de Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aquisição de Serviços	Natureza Financeira	Outro tipo de contratos **	
Adm. Central	1 263	92 931	212 258	278 853		497 545	1 082 850
Adm. Local	100 312	530 643	62 359	291 820	644 968	656 993	2 287 095
Adm. Regional		68 316	13 346	11 758		154 164	247 584
SP Empresarial		520 502	384 808	491 653	675	311 097	1 708 735
Outras entidades *	1 150	9 807	6 540	11 983			29 480
Total	102 725	1 222 199	679 311	1 086 067	645 643	1 619 799	5 355 744
(%)	1,9%	22,8%	12,7%	20,3%	12,1%	30,2%	100,0%

* Inclui: Fundações e Associações de Direito Privado e outras entidades

** Inclui: contratos-programa, protocolos, contratos de gestão, contratos de patrocínio e contratos interadministrativos de delegação de competências, cooperação financeira contratos de empréstimo, contratos de locação, acordos, contratos de adesão, indemnizações compensatórias contratos de transação e aumentos de capital social, acordos atípicos contratos de concessão, projetos de fusão de empresas locais e aquisição de participações sociais, acordos de transações judiciais e de pagamento entre outros

Quando comparado com o ano anterior, verifica-se um aumento do volume financeiro controlado na ordem dos 15,9%, pese embora o decréscimo do número de processos controlados.

O valor dos processos objeto de recusa de visto representa 3,4% do volume financeiro controlado.

Evolução dos processos

(Unidade: m €)

	2016					2017					2018				
	Num. Proc.	Num. Entidades *	Montante controlado	Dos quais recusados		Num. Proc.	Num. Entidades *	Montante controlado	Dos quais recusados		Num. Proc.	Num. Entidades *	Montante controlado	Dos quais recusados	
				Valor	%				Valor	%				Valor	%
Sede	2 556	405	4 200 712	137 689	3,3%	3 261	451	3 814 279	108 704	2,8%	2 343	476	4 860 466	179 460	3,7%
SRA	99	30	188 904	19 066	10,1%	77	41	200 395	9 371	4,7%	55	29	139 078		0,0%
SRM	226	21	208 800		0,0%	200	26	607 047		0,0%	204	27	356 200		0,0%
Total	2 881	456	4 598 416	156 755	3,4%	3 538	518	4 621 721	118 075	2,6%	2 602	532	5 355 744	179 460	3,4%

* Considerada apenas uma entidade aquando da submissão de vários processos

INDICADORES FINANCEIROS

Unidade: me

	Sede	SRA	SRM	Total
Processos cancelados antes de decisão devido a intervenção do Tribunal	5 161			5 161
Redução de valores contratuais decorrente da intervenção do Tribunal	14 797			14 797
Recusas de visto	179 460	2 423		181 883
Visados (sem recomendações)	3 681 220	136 655	352 223	4 170 098
Visto com recomendações	999 786		3 977	1 003 763
Volume financeiro dos processos com visto tácito	254 998			254 998

RECURSOS ORDINÁRIOS

Das decisões finais de recusa, concessão e isenção de visto, bem como dos emolumentos fixados pelo Tribunal, quer na Sede, quer nas Secções Regionais, podem ser interpostos recursos para o plenário da 1.ª Secção.

Em 2018 foram interpostos 31 recursos e proferidos 29 acórdãos e decisões, maioritariamente respeitantes a processos de fornecimento de bens e serviços.

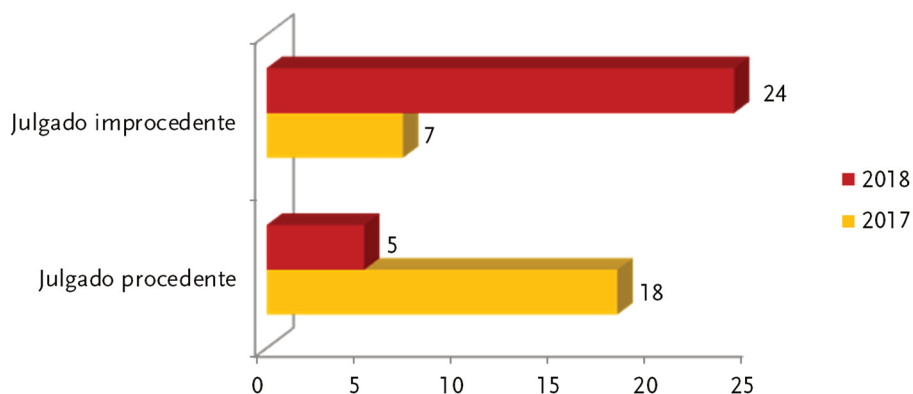
Recursos ordinários - movimento processual

Recursos ordinários/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados	3	1		4
Distribuídos no ano	30	1		31
Total para julgamento	33	2	0	35
Julgado procedente	5			5
Julgado improcedente	22	2		24
Total de acórdãos/decisões no ano	27	2	0	29
Transitados para o ano seguinte	6	0	0	6

Recursos ordinários - decisões por espécie processual

Tipos de decisão	Aquisição de Imóveis	Empreitadas	Fornec. bens e serviços	Natureza Financeira	Outro tipo de contratos *	Total
Transitados		1	1	2		4
Distribuídos no ano	1	2	20	4	4	31
Total	1	3	21	6	4	35
Julgado procedente		1	4			5
Julgado improcedente		1	15	6	2	24
Total de acórdãos/decisões no ano	0	2	19	6	2	29
Transitados para o ano seguinte	1	1	2	0	2	6

* Inclui 4 recursos de emolumentos, referentes a decisões de concessão de visto da em contratos de aumento de capital



Recursos extraordinários – movimento processual

Recursos ordinários/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados				0
Distribuídos no ano	2			2
Total para julgamento	2	0	0	2
Indeferimento liminar	1			1
Total de acórdãos/decisões no ano	1	0	0	1
Transitados para o ano seguinte	1	0	0	1

AÇÕES PARA APURAMENTO DE EVENTUAIS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

No exercício da fiscalização prévia podem ser desenvolvidas ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras, as quais podem ter em vista, designadamente, a comunicação ao Ministério Público das infrações financeiras detetadas nos processos de visto e que lhe permitam instaurar os respetivos processos de responsabilização.

Ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras

	Inscritas em Plano		Concluídas			Arquivados/ extintos	Em curso
	Transit. *	Novas	Transit.	Novas	N.º Entidades		
Sede	12	7	2		2	5	12
SRA		1		1	1		0
SRM							0
Total	12	8	2	1	3	5	12

(*) Na Sede os dados foram corrigidos face aos apresentados nos processos em curso do Relatório de Atividades de 2017 por se terem considerado como um único 9 processos relativos a uma mesma entidade.

Neste âmbito, foram concluídas, com relatório aprovado, as seguintes ações, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório:

N.º relat.	Objeto da ação	N.º Recom. *
01/2018 - 1.ª S	Dez contratos de aquisição de serviços respeitantes a seguros, viagens, alojamentos e serviços conexos e, ainda, relativos à aquisição de serviços de conceção, implantação, construção, decoração, montagem e desmontagem dos pavilhões de Portugal em diversas feiras internacionais	2
02/2018 - 1.ª S	Contrato de aquisição de serviços de seguros de acidentes de trabalho para o ano de 2016	2
05/2018 - SRA	Sujeição a fiscalização prévia do contrato de empreitada de reparação e conclusão da rede de AVAC e rede elétrica das instalações da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo	3
Total de recomendações em sede de apuramento de responsabilidades financeiras		7

* Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

INDICADORES FINANCEIROS (ARF)

	Sede	SRA	SRM	Total
Montantes das irregularidades detetadas em ações de apuramento de responsabilidades financeiras	6 794			6 794
Volume financeiro controlado em ações de apuramento de responsabilidades financeiras	6 794			6 794

Unidade: me

IV – CONTROLO CONCOMITANTE

ADICIONAIS A CONTRATOS VISADOS

Os atos ou contratos que titulem modificações aos contratos visados e que, nos termos da LOPTC estão isentos de fiscalização prévia¹, devem ser remetidos ao TC para análise, no prazo de 60 dias a contar do início da sua execução.

Dessa análise, pode ocorrer a realização de uma auditoria a determinado ato ou contrato.

Atos e contratos adicionais recebidos

Unidade: m€

Atos e contratos	2017				2018			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Número	439	9	1	449	511	20		531
Valor	37 250	339	-58	37 531	21 790	878		22 668

O número de contratos adicionais recebidos apresenta um aumento de 18,3% face ao ano anterior e o seu valor global cifra-se em 22.668 m€.

AUDITORIAS DE FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTE

Foram concluídas, com relatório aprovado, 5 auditorias (2 na Sede, 1 na SRA e 2 na SRM).

Auditorias de controlo concomitante

	Inscritas em Plano		Concluídas			Arquivados/ extintos	A transitar
	Transit.	Novas	Transit.	Novas	N.º Entidades		
Sede	9	2	2	0	0	0	9
Contratos adicionais	5	1	2		2		4
Outros	4	1					5
SRA	1	0	1	0	4	0	0
Contratos adicionais							0
Outros	1		1		4		0
SRM (*)	7	2	2	0	2	0	7
Contratos adicionais		1					1
Outros	7	1	2		2		6
Total	17	4	5	0	6	0	16

(*) Dados corrigidos face aos apresentados nos processos a transitar do Relatório de Atividades de 2017

Seguidamente, apresentam-se as auditorias concluídas, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório.

¹ Atos ou contratos que no âmbito de empreitadas de obras públicas já visadas, titulem a execução de trabalhos a mais ou de suprimento de erros e omissões (artigo 47.º da LOPTC, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 61/2011, de 7 de dezembro)

N.º relat.	Objeto da auditoria	N.º Recom. *
01/2018 - 1.ª S	Execução do contrato de empreitada para construção do “Centro Materno Infantil do Norte – Hospital Maria Pia/Maternidade Júlio Dinis do Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.”	2
02/2018 - 1.ª S	Execução do contrato de empreitada “EN 10 entre Porto Alto (Km 110+646) e Vila Franca de Xira (Km 118+560) - Reabilitação”	5
03/2018 - SRA	Contratação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos pela EIRSU – EIM, S.A., e pelos municípios participantes	5
02/2018 - SRM	Auditoria de fiscalização concomitante à Secretaria Regional de Educação - Seguimento de recomendações - 2014/2015	4
06/2018 - SRM	Auditoria de fiscalização concomitante ao Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira – despesas de pessoal e contratação pública - 2016-2017	9
Total de recomendações em sede de controlo concomitante		25

* Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

Foram apurados os valores financeiros dos seguintes factos de auditoria:

Dep.	N.º relatório	Breve descrição dos factos de Auditoria	Montante (m €)
SRA	03/2018 - SRA	Pagamentos, por municípios a empresa intermunicipal participada, sem título contratual que os fundamentasse e sem que a decisão de contratar a empresa intermunicipal tivesse sido tomada pelos órgãos autárquicos competentes	7 375
		Celebração, por municípios, de acordos de regularização de dívida com condições próprias do crédito bancário, que tiverem por efeito consolidar dívida comercial de curto prazo, convertendo-a em dívida financeira de médio prazo, à margem de qualquer processo de saneamento ou de reequilíbrio financeiro	461
SRM	02/2018 - SRM	Autorização ilegal do processamento dos vencimentos de 4 dirigentes intermédios de 1.º e de 2.º graus, nomeados em regime de substituição; e de 8 cargos dirigentes cujos procedimentos não foram lançados até ao termo do prazo de 90 dias fixado legalmente	144
	06/2018 - SRM	A assunção do compromisso plurianual emergente da renovação por mais três anos do mandato do Fiscal Único do GGLC, não foi devidamente precedida de autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças	12
		A aquisição de serviços de assistência técnica ao software de gestão de contabilidade, recursos humanos e registo de imobilizado vigorou mais de um ano	1
		Pagamentos sem publicação no Portal dos Contratos Públicos das fichas de quatro contratos de aquisição de bens e serviços, firmados na sequência de ajustes diretos	170
		Pagamento, de três aquisições de bens e serviços, sem prévia confirmação da situação tributária e contributiva dos beneficiários	170

INDICADORES FINANCEIROS

	Unidade: me			
	Sede	SRA	SRM	Total
Montantes das irregularidades detetadas em auditorias de controlo concomitante	1 198	461	498	2 157
Volume financeiro controlado em auditorias de controlo concomitante	6 660	7 375	11 211	25 246

V – CONTROLO SUCESSIVO

De acordo com a LOPTC, compete à 2.^a Secção do Tribunal, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira, o controlo financeiro concomitante e sucessivo, o qual é exercido mediante a realização de ações conducentes à emissão do Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE), incluindo a da Segurança Social, dos Pareceres sobre as Contas das Regiões Autónomas (PCRAA e PCRAM), de relatórios de auditoria e de verificação (externa e interna) de contas.

Ocorreu a aprovação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2017, do Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2017 e do Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2017.

AUDITORIAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO E TIPOLOGIA

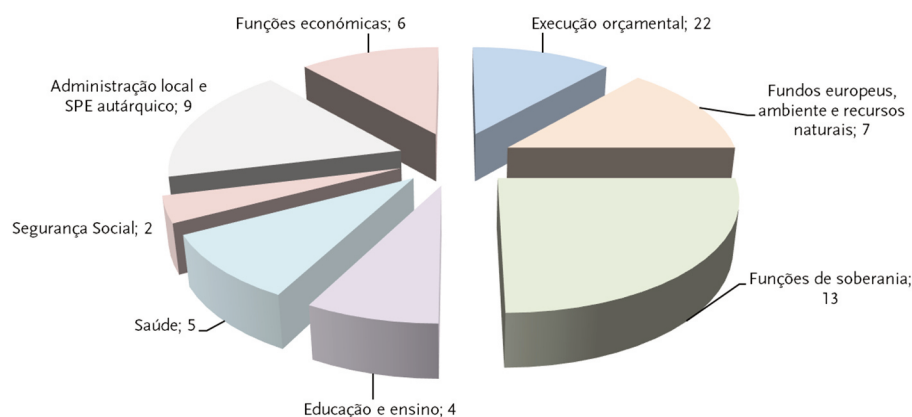
Foram concluídas 52 auditorias e verificações externas de contas (VEC), das quais 31 na Sede, 11 na SRA e 10 na SRM, apresentando-se de seguida a sua distribuição por área de atuação e por tipologia.

Auditorias e VEC concluídas – por área de atuação

Áreas de atuação **	2016				2017				2018			
	Sede	SRA*	SRM	Total	Sede	SRA*	SRM*	Total	Sede	SRA*	SRM*	Total
Execução orçamental (OE, SS e RA)	11	2	4	17	17	3	2	22	2		4	6
Fundos europeus, ambiente e recursos naturais	5			5	8			8	7			7
Funções de soberania	7	3	4	14	7	3	3	13	7	3	3	13
Educação e ensino	7	1	1	9	6	1	1	8	4			4
Saúde	7			7	5	1		6	5			5
Segurança Social								0	2			2
Administração local e SPE autárquico	1	9	2	12		6	3	9	2	6	1	9
Funções económicas	3	1	3	7	4		1	5	2	2		6
Total	41	16	14	71	47	14	10	71	31	11	10	52

* Inclui Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa Regional

** Áreas de atuação alteradas em 2018. Procede-se à reafetação de auditorias em 2017

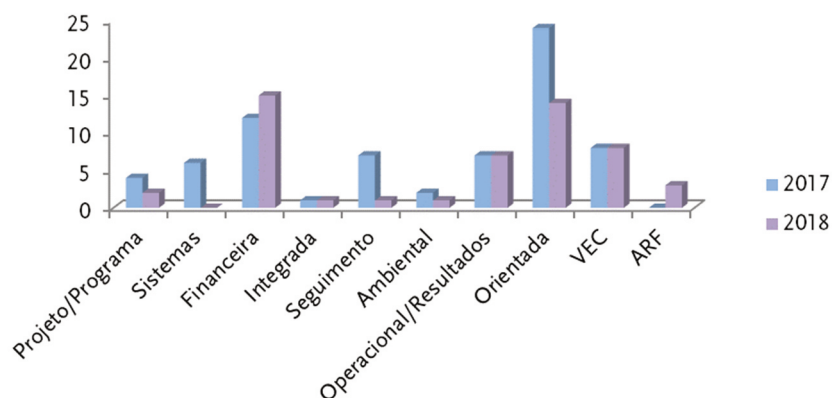


Auditorias e VEC concluídas – por tipologia

Áreas de atuação	2016				2017				2018			
	Sede	SRA*	SRM	Total	Sede	SRA*	SRM*	Total	Sede	SRA*	SRM*	Total
Projeto ou programa	3			3	4			4	1	1		2
Sistemas	4			4	6			6				0
Financeira	9	1	2	12	11		1	12	12	2	1	15
Integrada		1		1	1			1	1			1
Seguimento	8		3	11	5	1	1	7	1			1
Ambiental	1			1	2			2	1			1
Operacional ou de resultados	7			7	5	2		7	7			7
Orientada **	4	11	6	21	10	9	5	24	5	3	6	14
Verificação externa de contas	5	3	3	11	3	2	3	8	3	2	3	8
Auditoria para apuramento de responsabilidade financeira										3		3
Total	41	16	14	71	47	14	10	71	31	11	10	52

* Inclui Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa Regional

** Nas Secções Regionais inclui auditorias para apuramento de responsabilidades financeiras nos anos 2016 e 2017



Verifica-se que maioritariamente foram desenvolvidas auditorias financeiras (28,8%), orientadas (26,9%) e verificações externas de contas (15,4%).

Seguidamente, apresentam-se as auditorias concluídas em 2018, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório.

LISTA DE AUDITORIAS/VEC/PARECERES CONCLUÍDOS/N.º RECOMENDAÇÕES

N.º relat.	Área/Objeto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º Recom. I	N.º Recom.II (a)
Execução dos orçamentos do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas			
8/2018 - AR I	Auditoria à implementação do SNC-AP e da Entidade Contabilística Estado (ECE) - Relatório intercalar V	14	14
7/2019 - AR I	Auditoria aos apoios do FINOVA a linhas de crédito	5	5
01/2018 - SRM	Auditoria às aquisições de serviços da Administração Regional Direta	6	6
10/2018 - SRM	Auditoria aos procedimentos de identificação registo e reporte dos encargos plurianuais na conta da Região Autónoma da Madeira de 2017	2	2
12/2018 - SRM	Auditoria ao relacionamento do Governo regional com a Associação Regional de Educação Artística	3	3
VEC 08/2018 - SRM	Verificação externa à Conta do Tesoureiro do Governo Regional - exercício de 2017	1	1
PCGE	Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2017	60	66
PCRAA	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores	20	20
PCRAM	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira	8	8
Funções de soberania			
06/2018 - AR IV	Auditoria de seguimento ao Instituto Nacional de Estatística	6	6
07/2018 - AR IV	Auditoria ao Instituto Hidrográfico - exercício de 2016	13	15
18/2018 - AR IV	Auditoria financeira à Presidência da República	6	6
VEC 01/2018 - AR IV	Verificação externa da conta do orçamento do Estado da Sede do Tribunal de Contas - exercício de 2017	-	-
VEC 02/2018 - AR IV	Verificação externa da conta do cofre da Sede do Tribunal de Contas - exercício de 2017	1	1
VEC 03/2018 - AR IV	Verificação externa da conta consolidada do Tribunal de Contas - exercício de 2017	-	-
Parecer AR	Parecer sobre a conta da Assembleia da República - exercício de 2017	3	3
VEC 03/2018 - SRA	Verificação externa da conta do orçamento do Estado da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - exercício de 2017	-	-
VEC 04/2018 - SRA	Verificação externa da conta do cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - exercício de 2017	-	-
Parecer ALRA	Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de 2017	-	-
VEC 04/2018 - SRM	Verificação externa da conta do orçamento do Estado da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas - exercício de 2017	-	-
VEC 05/2018 - SRM	Verificação externa da conta do cofre da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas - exercício de 2017	-	-
Parecer ALRM	Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira de 2017	2	2
Educação e ensino			
11/2018 - AR VI	Auditoria ao Instituto Politécnico de Lisboa IP	14	14
13/2018 - AR VI	Auditoria ao Instituto Superior de Agronomia IP	4	4
14/2018 - AR VI	Auditoria à Universidade de Évora, Fundação Luís de Molina e ZEA - Zona de Experimentação Agrícola, Sociedade Unipessoal Lda	17	17
09/2019 - AR VI	Auditoria aos contratos de autonomia celebrados entre o Ministério da Educação e as Escolas	3	3
Saúde			
12/2018 - AR V	Auditoria às práticas de gestão no Centro Hospitalar Lisboa Norte EPE e no Centro Hospitalar de São João EPE	30	35
15/2018 - AR V	Auditoria orientada às dívidas ao Instituto Português do Sangue e da Transplantação IP	24	24
20/2018 - AR V	Auditoria à conta consolidada do Ministério da Saúde - exercício de 2017	9	15
02/2019 - AR V	Auditoria financeira à Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo EPE - exercício de 2016	18	18
04/2019 - AR V	Auditoria de resultados ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas IP	37	43
Segurança Social			
09/2018 - AR V	Auditoria ao pagamento de subvenções mensais vitalícias a ex-deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira pela Caixa Geral de Aposentações IP	-	-
08/2019 - AR V	Auditoria às prestações por morte do sistema previdencial	9	9
Funções económicas			
10/2018 - AR VII	Auditoria à reprivatização e recompra da TAP	5	5
03/2019 - AR VII	Auditoria à alienação de seguradoras do grupo Caixa	5	5
02/2018 - SRA	Auditoria à intervenção pública na SINAGA, SA	5	7
09/2018 - SRA	Auditoria à falta de prestação de contas pela Empresa de Transportes Coletivos de Santa Maria Lda	-	-
03/2018 - SRM	Ponta Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, SA	3	3
07/2018 - SRM	Auditoria ao Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.	5	6

(cont.)

(cont.)

N.º relat.	Área/Objeto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º Recom. I	N.º Recom.II (a)
Fundos Europeus, Ambiente e Recursos Naturais			
16/2018 - AR VIII	Auditoria aos sistemas de incentivos do Portugal 2020 - modelo de recuperação de dívidas	7	12
17/2018 - AR VIII	Auditoria às áreas marinha protegidas	11	13
19/2018 - AR VIII	Auditoria financeira ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) - exercício de 2014	13	15
21/2018 - AR VIII	Auditoria financeira ao Instituto Nacional de Investigação Veterinária (INAV) - exercício de 2015	15	15
05/2019 - AR VIII	Auditoria financeira ao Instituto de Mobilidade e dos Transportes IP (IMT) - exercício de 2015	9	9
06/2019 - AR VIII	Auditoria financeira à Direção-geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) - exercício de 2015	14	16
10/2019 - AR VIII	Auditoria financeira à Agência para a Competitividade e a Inovação (IAPMEI) - exercício de 2016	15	18
Administração Local e Setor Empresarial Autárquico			
22/2018 - AR IX	Auditoria de conformidade ao processo de transição de novas competências no âmbito da reorganização administrativa de Lisboa - Freguesia de Belém	12	12
01/2019 - AR IX	Auditoria aos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios e respetivos planos operacionais municipais - Município de Pombal	14	14
01/2018 - SRA	Auditoria ao Setor Empresarial do Município da Praia da Vitória	3	3
04/2018 - SRA	Auditoria de seguimento às remunerações dos membros das juntas de freguesia	2	48
06/2018 - SRA	Auditoria à aplicação das regras previsionais na elaboração dos orçamentos do Município da Povoação	1	1
07/2018 - SRA	Auditoria à falta de prestação de contas pela Freguesia do Mosteiro	1	1
08/2018 - SRA	Auditoria à falta de prestação de contas pela Ocidentalmais, EM	-	-
10/2018 - SRA	Auditoria à execução de empreitada de reparação de imóvel de habitação social - Município do Nordeste	4	4
11/2018 - SRM	Auditoria ao endividamento da Câmara Municipal de São Vicente	7	7
Total de recomendações em sede de fiscalização sucessiva das quais do Parecer sobre a Conta Geral do Estado		466 88	554 94

(a) Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

LISTA DO VALOR FINANCEIRO DOS FACTOS DE AUDITORIA/VEC/PARECERES DETETADOS

Dep.	N.º Relat	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (mil €)
Execução do orçamento do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas			
AR I	PCGE	Classificação económica incorreta de um conjunto elevado de operações de receita e despesa, decorrente, nomeadamente, de deficiências / desatualização do classificador económico.	2 730 000
		Incumprimento dos princípios orçamentais.	98 000
		Indevida contabilização de receitas do Estado (sobretudo impostos) por entidades às quais o respetivo produto está consignado.	956 000
		Não relevação como receita extraorçamental de parte dos fluxos financeiros recebidos por entidades da administração central.	3 973 000
		Existência de disponibilidades fora da tesouraria do Estado em incumprimento do princípio da unidade de tesouraria.	374 000
		Exclusão do processo de consolidação das receitas e despesas da administração central de um conjunto de operações de ativos e de passivos financeiros que, na sua maioria e pela sua natureza, não entram para o cálculo do défice mas têm impacto na dívida.	2 940 000
		Subavaliação da despesa fiscal (por benefícios fiscais) em IRC e em IS.	733 000
		Omissão do stock da dívida pública dos serviços e fundos autónomos.	36 015 000
		Omissão de informação sobre a dívida não financeira das entidades públicas empresariais e de parte significativa do SNS.	2 576 000
		Omissão de informação sobre a composição da carteira da dívida em cobrança coerciva (dívida fiscal e outras a cobrar pela Autoridade Tributária e Aduaneira).	19 446 000
		Omissão de informação sobre a carteira de ativos financeiros.	48 035 000
		Sobrevalorização da despesa com prestações sociais por incluir valores devolvidos à segurança social	6 000
		Subvalorização do saldo de disponibilidades devido a omissão de registo contabilístico.	12 000
		Impossibilidade de validação do valor relevado nas demonstrações financeiras relativo a imóveis.	23 000
		Redução do valor do saldo da dívida de contribuintes, em 2016, sem que tenha sido acautelado uma comparação segura entre o saldo das contas correntes de contribuintes e o valor relevado nas demonstrações financeiras.	105 000
		Existência de saldos contranatura relativos a juros de mora em dívida do regime de segurança social dos trabalhadores independentes e do regime de segurança social de inscrição facultativa.	40 000
		Subvalorização do valor da dívida de contribuintes, dos resultados transitados, dos proveitos e do resultado líquido do exercício devido ao incumprimento do princípio da especialização do exercício.	462 000
Dívidas por prestações sociais a repor contabilizadas por valor superior ao registado nas contas correntes dos beneficiários.	91 000		
Instauração de processos executivos relativamente a valores indevidamente pagos a beneficiários de prestações sociais em número e volume financeiro inferior ao devido.	566 000		
Não instauração de processos executivos relativos: a reembolso de importâncias pagas por prestações de alimentos a menores e de prestações de desemprego; contraordenações aplicadas a beneficiários e a estabelecimentos com e sem fins lucrativos; e dívidas provenientes de rendas de imóveis.	357 000		
Registo de despesa em rubrica residual (outras despesas correntes), não refletindo adequadamente a natureza da despesa paga.	338 000		
Não foi transferida a totalidade da receita consignada ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social proveniente do adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis.	81 000		
AR VII	PCGE	O insuficiente grau de execução das condições legais para concretizar os ciclos de orçamentação dos programas de funções económicas, Finanças (46%), Planeamento e Infraestruturas (67%) e Economia (33%), inviabiliza avaliar a economia, eficácia e eficiência desses programas (expressos em despesa orçamental efetiva consolidada)	6 798 879
		A veracidade e coerência da informação prestada sobre os encargos líquidos com as 32 PPP reportadas na CGE 2017 está por validar, a avaliação do cumprimento das finalidades essenciais das PPP continua por reportar e a divergência entre execução e estimativa nos encargos líquidos ficou por explicar (nomeadamente, as razões para uma revisão em alta considerada como melhor estimativa, a três meses do final da execução, não se ter concretizado)	1 632 665

(Cont.)

(cont.)

Dep.	N.º Relat	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (mil €)
SRA	PCRAA	Ausência de registo, na conta do sector público administrativo regional, do saldo do ano anterior da Administração Regional indireta.	14 790
		Indevida inscrição e registo, no Orçamento e na Conta, em receita corrente da Administração Regional direta, de verbas transferidas pelo Estado ao abrigo do princípio da solidariedade.	178 907
		Indevida inscrição e registo, no Orçamento e na Conta, em receitas de capital da Administração Regional direta, de verbas transferidas através do Orçamento do Estado para financiamento dos encargos com o encaminhamento de passageiros em viagens aéreas no interior dos Açores, com origem ou destino no Continente ou na Madeira.	3 750
		Indevida inscrição e registo, no Orçamento e na Conta, em receita orçamental, como receitas próprias da Administração Regional direta, de importâncias provenientes das retenções efetuadas às remunerações dos trabalhadores da Administração Regional quotizados da ADSE.	10 019
		Não relevação contabilística de fundos comunitários, em operações extraorçamentais da Administração Regional direta.	167 256
		Incumprimento do princípio da anualidade, mediante o alargamento do período complementar, por regulamento, conduzindo ao registo indevido de receitas, até março do ano seguinte.	18 463
		Fundos comunitários recebidos por fundo autónomo em 2017, indevidamente registados no mapa de execução orçamental da receita referente ao exercício de 2016.	5 406
		Despesas pagas por fundo autónomo em valor superior aos compromissos assumidos.	4
SRM	PCRAM	O orçamento final do Governo Regional apresentou o saldo primário deficitário de 85,7 milhões de euros, não tendo sido observada, uma vez mais, a regra de equilíbrio orçamental inscrita no n.º 2 do art.º 4.º da LEORAM.	85 748
		Do conjunto das receitas e despesas efetivas do sector das administrações públicas resultou um saldo efetivo negativo de 157,4 milhões de euros, sendo que o saldo primário foi positivo em 78,7 milhões de euros.	157 403
		Os pagamentos em atraso rondavam os 22,1 milhões de euros, dos quais 14,2 milhões de euros tinham origem nas EPR.	22 130
		Dos 15 contratos de SWAP existentes em 2016, passou-se para 5 em 2017, detidos pela APRAM (3), MPE (1) e SESARAM (1), que segundo a avaliação do IGCP, apresentavam perdas potenciais acumuladas próximas dos 20,9 milhões de euros.	20 949
SRM	01/2018 - SRM	Pagamento antes da execução do contrato.	8
		Data de entrada da proposta, utilizada indevidamente como critério de desempate.	12
		Contratação por ajuste direto simplificado de vários serviços jurídicos, ao mesmo causídico e no mesmo processo. Inobservância do prazo de duração do ajuste direto simplificado.	7
		Concurso público com inobservância de normas que disciplinam a formação dos contratos públicos e dos princípios da concorrência, da proporcionalidade e da igualdade.	103
	08/2018 - SRM	Renovações sucessivas de contrato de manutenção de elevador, em violação do art.º 48.º do CCP.	3
		A incorreta contabilização como "Reposições Abatidas nos Pagamentos", em vez de o serem como receitas orçamentais, de 99,6 mil euros referentes ao recebimento do subsídio social de mobilidade, com que o Estado comparticipa as viagens aéreas entre as regiões autónomas e o continente.	100
	10/2018 - SRM	Subavaliação dos "Encargos Plurianuais Totais" registados no SCEP, relativos a rendas devidas à PATRIRAM – Titularidade e Gestão do Património Público Regional, S.A. pela utilização de edifícios por serviços do GR, entre 2008 e 2015.	69 228
Omissão temporária, entre 19/10/2017 e 10/04/2018, dos "Encargos Plurianuais Totais" relativos às Concessões da ViaLitoral e da ViaExpresso.		2 219 832	
12/2018 - SRM	Falta de registo no SCEP de empréstimos bancários de médio e longo prazo do SESARAM, EPE (179,2 milhões de euros) e do CARAM, EPE.	186 460	
	Desorçamentação de Receitas arrecadadas pela Associação AREArtística em 2015 e 2016.	475	
	Despesas da AREA com aquisição de bens e serviços em 2015 e 2016.	428	
	Despesas da AREA, com aquisição de bens (imobilizado) para funcionamento da DSEAM, entre 2008 e 2016.	341	
		Compensação financeira atribuída pela atual SRE à Associação AREArtística, através do contrato-programa celebrado em 17 de junho de 2017.	70

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º Relat	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (mil €)
Funções de soberania			
AR IV	Parecer AR	Despesas com contratos de seguros de doença dos Deputados.	16
SRM	Parecer ALRM	Instrução irregular de um procedimento de formação de um contrato de aquisição de serviços.	28
		Pagamento de uma fatura, previamente à publicitação, no portal dedicado aos contratos públicos, da respetiva ficha.	23
Saúde			
AR V	15/2018 2ª S	Assunção de despesas sem inscrição orçamental (cabimento) e sem fundos disponíveis.	195
		Não arrecadação de receita pública pela celebração de acordo em que se prescinde dos juros de mora devidos no âmbito de ação executiva interposta na sequência do processo de injunção n.º 276/15,9YIPRT para cumprimento de obrigação pecuniária, ao qual foi aposta fórmula executória	63
	2/2019 2ª S	Execução financeira de 2 contratos de aluguer operacional de viaturas sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, sem o devido visto.	295
		Abono de suplementos remuneratórios aos médicos que exerceram cargos de direção ou coordenação para além das 12 vezes por ano, nos anos de 2015 e 2016. Contratação de dois médicos, através de contratos de trabalho a termo resolutivo incerto, com posição remuneratória (€ 2.746,24) distinta do autorizado pela Tutela (€ 1.853,96), durante o ano de 2016. Abono de subsídio de transporte por deslocações em serviço em viatura própria, nos anos de 2015, 2016 e 2017 (até março), sem cumprimento dos requisitos estabelecidos na lei, designadamente a impossibilidade de utilização económica das viaturas afetas ao serviço e a demonstração do interesse do serviço numa perspetiva económico-funcional mais rentável.	48 38 22
ARV (cont.)	4/2019 2ª S	Realização de despesas com violação de normas relativas ao registo de cabimento e compromisso e ao pagamento. Em 31.12 de 2013 o montante de despesa sem cabimento e compromisso ascendia a € 73 996 236,75.	73 996
		Realização de despesas com violação de normas relativas ao registo de cabimento e compromisso e ao pagamento. Em 31.12 de 2014 o montante de despesa sem cabimento e compromisso ascendia a € 82 740 076,52.	82 740
		Realização de despesas com violação de normas relativas ao registo de cabimento e compromisso e ao pagamento. Em 31.12 de 2015 o montante de despesa sem cabimento e compromisso ascendia a € 39 403 682,80.	39 404
		Realização de despesas com violação de normas relativas ao registo de cabimento e compromisso e ao pagamento. Em 31.12 de 2016 o montante de despesa sem cabimento e compromisso ascendia a € 58 196 622,45.	58 197
		Realização de despesas com violação de normas relativas ao registo de cabimento e compromisso e ao pagamento. Em 31.12 de 2017 o montante de despesa sem cabimento e compromisso ascendia a € 69 288 111,29.	69 288
	8/2019 2ª S	Pagamentos indevidos de pensões de sobrevivência e de direito próprio a falecidos. Não acionamento de mecanismos legais relativos às restituições devidas ao erário público, pelo pagamento de pensões de sobrevivência após terem cessado as condições de atribuição (morte do beneficiário), em pelo menos € 1.881.139,25.	4 042 1 881
Educação e ensino			
AR VI	14/2018 2ª S	Foram identificadas várias ilegalidades que consubstanciam ou consubstanciarão eventuais infrações financeiras, tanto de natureza sancionatória como reintegratória: · PCTA- Subscrição de capital pela Universidade de Évora: O aumento do capital social nos anos de 2012 e 2013, no total de 100 000,00€, sem submissão a fiscalização prévia do Tribunal de Contas; · Cursos deslocalizados: Autorização de despesas ilegais e de pagamentos ilegais e indevidos, no valor global de 5 250,00€, no ano de 2012, com dano para o erário público, respeitantes à lecionação por docentes em regime de dedicação exclusiva de unidades curriculares inseridas na respetiva distribuição de serviço docente · Pagamentos Chefe de Gabinete do Administrador: Autorização de despesas e de pagamentos ilegais, no valor global de 79 631,06€ relativos ao exercício em regime de comissão de serviço do cargo de Chefe do Gabinete de Apoio ao Administrador da Universidade de Évora, sem enquadramento legal, nos anos de 2011 a 2014 · Suplementos Remuneratórios: Autorização de pagamentos ilegais e indevidos nos anos de 2009 a 2010 no montante global de 6 702,71€ relativo a suplementos remuneratórios abonados, ao ex-Reitor da Universidade de Évora, pelo exercício do cargo de Presidente do Conselho Científico da Universidade de Évora sem norma legal permissiva	100 5 80 7

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º Relat	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (mil €)
AR VI (cont.)	14/2018 - 2.ª S (cont.)	- Aquisição de bens e serviços: Autorização de despesas e de pagamentos ilegais no montante global de 697 335,35€ decorrentes da adjudicação de contratos de aquisição de bens e serviços, de 2011 a 2013, através de ajuste direto em razão do valor, para além do limite previsto na lei	697
		- Empreitadas em geral: Autorização de despesas e de pagamentos ilegais no valor global de 920 836,78€ decorrentes da realização de procedimentos relativos a empreitadas de obras públicas, de 2011 a 2014, sem observância de requisitos essenciais	921
		- Procedimentos de autorização e pagamento nas empreitadas: - Emissão de cheques no valor de 93 549,99€, nos anos de 2011 e 2012, em contravenção das regras de pagamento das despesas; - Autorização de procedimentos de empreitadas em 2012 e 2013 nos montantes de 56 711,92€ e 53 775,60€, cujos valores são superiores à competência que lhe foi delegada (50.000€) e de autorização de um adiantamento sem competência, no valor de 92 835,13€ em 2011	297
		- Empreitada da sala de leite da Vacaria – Herdade da Mitra: Autorização de pagamentos ilegais e indevidos no ano de 2011 e no valor de 12 987,14€, por falta de correspondência com trabalhos executados. A empreitada não foi realizada, pelo que os pagamentos não têm contraprestação, o que causou dano ao erário público no mesmo montante	13
		- Empreitada de remodelação da Residência Soror Mariana: Autorização de despesa ilegal e de pagamentos ilegais e indevidos (em 2012, no montante de 5 268,73€ respeitantes a trabalhos não executados)	5
		- Empreitada de remodelação na Residência Bento de Jesus Caraça: Autorização de despesa ilegal e de pagamentos ilegais e indevidos, em 2012, no montante de 1 166,20€, respeitantes a trabalhos não executados	1
		- ZEA- Aumentos de capital pela Universidade de Évora: A realização de aumento de capital no ano de 2014, no montante de 345 000,00€, sem submissão a fiscalização prévia do Tribunal de Contas	345
		- ZEA: Renúncia pela Universidade a um crédito decorrente de suprimentos realizados no ano de 2011	90
		Foram também identificadas outras situações que não tendo sido qualificadas com eventual responsabilidade financeira, mereceram juízos de censura:	
		- Fundos de maneo – constituição: Foram constituídos 96 fundos de maneo de modo irregular, cujos despachos de atribuição não identificam os respetivos responsáveis, nem individualizam as rubricas de classificação económica a onerar	72
		- Cobrança de propinas – dívidas de alunos: Em 2012, o valor evidenciado nas DF era de 3.082.966,30€ e em 2017 ascendeu a 3.975.309,08€ revelando que a recuperação da dívida de alunos não existiu, antes pelo contrário	3 975
		- Prestações de serviço pela Universidade - protocolos: No âmbito dos protocolos de colaboração interinstitucional de docentes verificou-se que, após dedução dos overheads e dos pagamentos aos docentes, existe um valor não justificado – matéria que se teve por não esclarecida	222
		- Prestações de serviço pela Universidade - cursos deslocalizados: Em 2016, por inércia na cobrança, persistiu uma dívida relativa à lecionação, por docentes da Uévorá, de cursos na FARES (Brasil)	21
		Juízo sobre a conta: A apreciação final respeitante às demonstrações financeiras e execução orçamental da Universidade de Évora foi desfavorável, evidenciando-se as seguintes desconformidades que afetaram de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras:	
		- Não reconhecimento contabilístico no ano em causa (2012) de propinas de alunos na conta de acréscimo de proveitos, em violação do princípio da especialização dos exercícios	42
		- Subavaliação do valor da dívida de alunos, por não contabilização de um valor adicional	308
- Omissão da contabilização em 2012 de cheques emitidos em 2011, mas retidos e só movimentados em 2012	28		
- Contabilização indevida em 2012 de cheques emitidos em 2012, mas retidos e só movimentados em 2013, conduzindo à sobrevalorização das DF	65		
- Valores de Fundos de Maneio de anos anteriores não restituídos nem justificados por documentos de despesa	52		
- Registo de dívidas de clientes, sem título jurídico válido	86		
- Montante identificado afetado por desconformidades com as normas legais aplicáveis, as quais são ou seriam qualificáveis como fonte de responsabilidade financeira sancionatória e/ou reintegratória	1 127		

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º Relat	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (mil €)	
Funções económicas				
AR VII	10/2018 2ª S	Garantia pública da dívida financeira da TAP através de «cartas de conforto» dadas às instituições financeiras	615 377	
		Desproporção entre a participação pública no capital social (50%) da TAP e os seus direitos económicos (5%)	6 750	
Responsabilidade adicional pública com subscrição parcial (25%) de empréstimo obrigacionista à TAP		30 000		
Opção pública de compra da participação privada na TAP, em caso de incumprimento dos acordos, incluir reembolso dos créditos detidos, incluindo a capitalização		217 500		
	3/2019 2ª S	A alienação das seguradoras do Grupo Caixa não se revela vantajosa para o interesse público, como ilustra o resultado do triénio posterior (2015 a 2017) representar 69% do valor obtido entre o triénio anterior (2011 a 2013), em contexto e oportunidade adversos para avaliar as seguradoras, e o triénio posterior (2015 a 2017), com importante valorização dos seus ativos imobiliários	1 083 586	
SRM	07/2018 - SRM	Não cobrança coerciva de importâncias devidas, emergentes de dois acordos de pagamento	72	
		Assunção, em 2016, da incobrabilidade de dívidas não prescritas	16	
Fundos Europeus, Ambiente e Recursos Naturais				
AR VIII	16/2018 2ª S	Subavaliação do valor da dívida registada	13 400	
		Existência de elevados montantes por recuperar	6 000	
	19/2018 2ª S	Sobreavaliação do saldo inicial	728	
		Subavaliação do valor contabilizado de pagamentos	400	
		Pagamentos não contabilizados	1 128	
		Dívida a terceiros sobreavaliada	1 136	
		Dívida de terceiros subavaliada	187	
		Pagamentos sem suporte legal	89	
	21/2018 2ª S	Não contabilização de receitas	232	
		Dívida a terceiros subavaliada	1 162	
		Dívida de terceiros sobreavaliada	76	
	Não observância de normas em matéria de cabimento, de assunção de compromissos e de contratação pública			2 786
	5/2019 2ª S	Receita não analisada registada como dívida	38 597	
		Dívida não contabilizada	856	
Não recuperação de taxas cobradas e não depositadas		11		
6/2019 2ª S	Sobreavaliação da receita	385		
	Depósitos não identificados	1 944		
	Dívida a terceiros subavaliada	9 752		
	Dívida de terceiros sobreavaliada	264		
	Perda não contabilizada	696		
Não observância de normas em matéria de cabimento, de assunção de compromissos e de contratação pública			15 057	
10/2019 2ª S	Ativo subavaliado	109 883		
	Passivo subavaliado	70 401		
	Fundos próprios subavaliados	39 482		
	Dívidas de terceiros sem documentação de suporte	901		
	Provisões para riscos e encargos não sustentadas documentalmente	2 000		
Pagamento ilegal de suplementos remuneratórios e benefícios sociais			792	
Administração Local e Setor Empresarial Autárquico				
SRA	01/2018 - SRA	Atribuição de subsídios a entidades controladas, sem base legal.	6 482	
	06/2018 - SRA	Inobservância das regras previsionais na elaboração dos orçamentos e não acatamento reiterado e injustificado das recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas.	1 868	
	10/2018 - SRA	Realização de pagamentos sem contraprestação.	12	

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º Relat	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (mil €)
SRM	11/2018 - SRM	Pagamento, em 31/12/2008, com recurso ao produto do empréstimo de saneamento financeiro, de cerca de 758 mil euros que não se encontravam contabilizados.	758
		Registo na contabilidade patrimonial de dívidas que não foram relevadas na contabilidade orçamental.	1 700
		Contabilização de trabalhos na conta 22.8 sem as respetivas faturas.	1 200
		Ultrapassagem do limite de endividamento líquido em 2011.	3 500
		Incumprimento, em 2014, do limite de dívida total.	1.971

LISTA DOS IMPACTOS FINANCEIROS CONHECIDOS NO ANO

Dep.	N.º Relat	Breve descrição do impacto	Montante (mil €)
Execução do orçamento do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas			
AR I	PCGE	Melhoria da qualidade e da transparência da CGE: Verificaram-se progressos com impacto na informação qualitativa e quantitativa divulgada na CGE, incluindo o respetivo Relatório. Na administração central, apesar de se manterem deficiências importantes, constatou-se uma maior coerência da informação relevada na CGE e respetivos mapas, uma redução das situações de falta de reporte de informação e um maior rigor na contabilização da receita e da despesa, incluindo as extraorçamentais. Na segurança social, registaram-se melhorias na uniformidade de critérios aplicados pelas entidades do seu perímetro, um maior controlo na identificação de localização dos bens de imobilizado, progressos quanto a procedimentos na área dos imóveis, redução de divergências na aplicação de normas e procedimentos pelos centros distritais do ISS e melhoria na organização dos processos físicos de atribuição de pensões. Assinalaram-se melhorias na contabilização das receitas provenientes de contribuições e quotizações e na articulação com as entidades externas com vista a identificar as verbas por estas depositadas a favor da segurança social	4 410 000
Funções de soberania			
AR IV	6/2015 - 2.ª S	Publicação de legislação; elaboração e aprovação de instrumentos de gestão; melhorias no sistema de gestão e controlo: prestação de contas; manuais de procedimentos; registos de inventário; organização de processos individuais; registos na BaseGov; trabalho extraordinário; registos contabilísticos; regulamento de utilização de veículos; processamento de ajudas de custo; regularização dos suplementos remuneratórios.	1
	17/2015 - 2.ª S	Entrega de saldo na Tesouraria do Estado; emissão de circular a postos diplomáticos; ações de formação e acompanhamento na prestação de contas; preparação de plano de ação com vista à implementação do SNC-AP; participação de capital refletida na prestação de contas; elaboração e divulgação de Manual de Normas e Procedimentos; em curso a regularização da situação laboral de trabalhadores; melhorias nos registos contabilísticos e no controlo interno	12 279
Saúde			
AR V	10/2017 - 2.ª S	Elaboração de um plano de ajustamento da estrutura do Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, adequando-a às necessidades de produção de cuidados de saúde e à capacidade instalada na região de saúde de Lisboa e Vale do Tejo, de modo a garantir a sua sustentabilidade sem recurso à atribuição de verbas de convergência e implementar medidas tendentes a suprir erros e falhas nos registos contabilísticos e deficiências do sistema de controlo interno no Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	55 577
	14/2017 - 2.ª S	O processo de homologação do Contrato-Programa de 2018 para o Hospital da Prelada foi objeto de uma Análise Custo-benefício	7 254
	18/2017 - 2.ª S	Dotar a SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE do financiamento necessário ao pagamento das dívidas transmitidas pelos “SOMOS” que se encontravam por pagar, de modo a evitar o recurso a receitas próprias da empresa que devem ser utilizadas na sua atividade operacional de apoio instrumental à prestação de cuidados de saúde	25 914
	27/2017 - 2.ª S	Aprovação de medidas orientadas para a eliminação das diferenças de conciliação entre entidades do perímetro de consolidação de contas do Ministério da Saúde	69 933
Educação e ensino			
AR VI	17/2016 - 2.ª S	Devolução de suplementos remuneratórios pagos indevidamente.	22
	01/2018 - 2.ª S	Reposição de montantes referentes ao pagamento de “horas extracontratuais”	15
		Reposições de despesas com comunicações móveis	11
		Reposição de montantes decorrentes do exercício de funções em regime de dedicação exclusiva	11
Funções económicas			
SRA	02/2018 - SRA	Montante recuperado	68
Fundos comunitários, ambiente e recursos naturais			
AR VIII	13/2017 - 2.ª S	Cumprimento da legalidade e regularidade: Melhoria da supervisão Efetivação da liquidação Efetivação do registo das dívidas Promoção da cobrança das dívidas	267
	19/2017 - 2.ª S	Aumento da receita	49
Administração Local e Setor Empresarial Autárquico			
SRA	06/2017 - SRA	Montante recuperado	7
SRM	03/2014 - SRM	Aumento de 23,6% nas receitas correntes em 2017, face a 2016	4 388
		Redução de 13,15% na dívida total em 31/12/2017, face a 31/12/2016	2 818

VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS

O controlo sucessivo engloba igualmente a verificação interna de contas das entidades sujeitas à jurisdição do Tribunal e não isentas da sua apresentação.

	Contas entradas no ano									
	Prestação eletrónica					Suporte de papel - validação de montantes				
	Adm. Central	Adm. Local	Adm. Regional	SPE	Total	Adm. Central	Adm. Local	Adm. Regional	SPE	Total
Sede	1383	3734		435	5552	551	5		206	762
SRA	8	234	147	41	430	3	2	7		12
SRM	7	78	60	50	195	1	1		1	3
Total	1398	4046	207	526	6177	555	8	7	207	777

Entraram 6 954 contas no decurso do ano, tendo 88,8% sido apresentadas eletronicamente e 11,2% em suporte de papel. Das contas apresentadas em suporte de papel 98% provêm da administração central.

Foi proferida decisão de homologação (com e sem recomendações) e de recusa de homologação relativamente a 548 contas, tendo-se verificado um decréscimo face ao ano anterior.

Verificação interna de contas

Unidade: me

	Contas homologadas		das quais com recomendações	Recusa de homologação		Entidades a que respeitam as contas com decisão		Volume financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Montante	%
Sede	392	75,4%	30	26	92,9%	381	78,4%	169 965 514	98,0%
SRA	36	6,9%	12	2	7,1%	38	7,8%	1 804 129	1,0%
SRM	92	17,7%	2		0,0%	67	13,8%	1 626 637	0,9%
Total	520	100,0%	44	28	100,0%	486	100,0%	173 396 280	100,0%

Verificação interna de contas – por origem

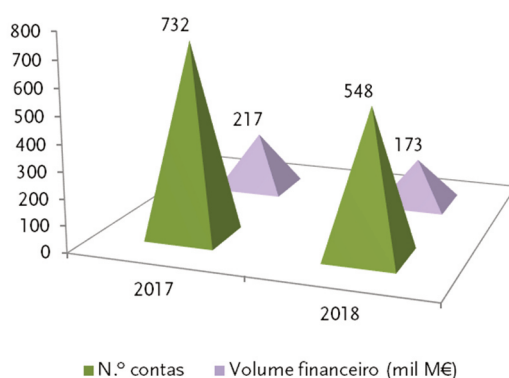
Unidade: me

	Contas homologadas		das quais com recomendações	Recusa de homologação		Entidades a que respeitam as contas		Volume financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Montante	%
Adm. Central	339	65,2%	17		0,0%	322	66,3%	168 996 444	97,5%
Adm. Local	72	13,8%	19	26	92,9%	79	16,3%	2 504 922	1,4%
Adm. Regional	109	21,0%	8	2	7,1%	85	17,5%	1 894 914	1,1%
Total	520	100,0%	44	28	100,0%	486	100,0%	173 396 280	100,0%

Verificação interna de contas - evolução

Unidade: me

	2017		2018	
	N.º contas	Volume fin.	N.º contas	Volume fin.
Sede	585	213 839 918	418	169 965 514
SRA	29	2 181 673	38	1 804 129
SRM	118	1 240 797	92	1 626 637
Total	732	217 262 388	548	173 396 280
			-25%	-20%



Foram apurados os valores financeiros dos seguintes factos:

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos	Montante (m €)
Administração local e Setor Empresarial Autárquico			
DA IX	2/2018	Celebração de acordos de Regularização de dívida com 3 entidades, sendo vedado às freguesias a formalização de tais acordos, visando a consolidação de dívida de curto prazo.	343
		Ultrapassagem dos limites legais das dívidas a fornecedores em 2012 e 2013, e a não redução, em 2013, de 10% da respetiva dívida a 31.12.2012.	145
	4/2018	Inexistência de documentação que suporte a autorização da despesa face aos encargos assumidos pela Junta de Freguesia e a falta da escrituração na contabilidade da Freguesia das fases do cabimento e compromisso.	68
	5/2018	Abertura de Procedimento Concursal para contratação de relação jurídica em emprego por tempo indeterminado. Autorização de recrutamento excecional. Celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com início em 05/09/2011.	73
	06/2018	Errada contabilização como rendimentos provenientes de prestação de serviços de valores relativos à utilização de equipamentos desportivos, com a inerente subvalorização dos subsídios à exploração atribuídos pelo Município de Melgaço.	444
	11/2018	Assunção de encargos sem a adoção dos procedimentos relativos às fases processuais previstas no CCP. Inexistência de documentação que suporte a autorização e pagamento de encargos pela JFVCO.	88 10
	12/2018	Utilização indevida de fundos pertencentes à Freguesia. Violação das normas financeiras relativas à gestão e controlo orçamental de tesouraria e património.	156
	13/2018	Diferenças entre saldos constantes dos extratos bancários da única conta de depósito à ordem na Caixa Geral de Depósitos e os valores constates dos Resumos Diários de Tesouraria, à data de 29.10.2009, 31.12.2009, 31.12.2010, 30.12.2011, 30.12.2012 e 27.09.2013	-9; +13; -9; -11; 7
20/2018	Inexistência de documentação que suporte a autorização da despesa pela Junta de Freguesia e falta de escrituração na contabilidade da Freguesia das fases do cabimento e compromisso orçamental.	436	
SRM	01/2018	Autorização de pagamentos por um membro do Conselho Administrativo sem competência para a prática desses atos.	802
	02/2018	Autorização de pagamentos por um membro do Conselho Administrativo sem competência para a prática desses atos.	44

ENTIDADES OBJETO DE CONTROLO

Sede - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo

Tutela \ Entidade	DA I	DA III	DA IV	DA V	DA VI	DA VII	DA VIII	DA IX	T
Ambiente e da Transição Energética	0	0	0	0	0	1	6	0	7
Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.							1		
Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas - Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.							1		
Direção-Geral de Energia e Geologia							1		
Direção-Geral do Território							1		
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos						1			
Fundo Ambiental							1		
Gabinete do Ministro do Ambiente e da Transição Energética							1		
Administração Interna	2	0	4	0	0	0	2	0	6*
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil			1						
Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana			1						
Direção-Geral das Autarquias Locais	1								
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna			1				1		
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			1				1		
Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública	1								
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	3	0	0	0	0	0	7	0	8*
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro							1		
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural							1		
Direção-Geral de Alimentação e Veterinária							1		
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.	1								
Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral							1		
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.	1						1		
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.	1						1		
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.							1		
Autarquias Locais	0	0	0	0	0	0	0	18	18
Freguesia de Belém - Lisboa								1	
Freguesia de Santa Maria de Belém - Lisboa								1	
Município da Amadora								1	
Município de Abrantes								1	
Município de Águeda								1	
Município de Bragança								1	
Município de Góis								1	
Município de Matosinhos								1	
Município de Monchique								1	
Município de Mortágua								1	
Município de Odemira								1	
Município de Oleiros								1	
Município de Pombal								1	
Município de Ponte de Sor								1	
Município de Portimão								1	
Município de Setúbal								1	
Município de Tomar								1	
Município do Sabugal								1	
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1	0	0	0	5	0	1	0	7
Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus + Educação e Formação							1		
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.	1								
Instituto Politécnico de Lisboa					1				
Instituto Superior de Agronomia - Universidade de Lisboa					1				
Universidade Aberta - Reitoria					1				
Universidade da Beira Interior - Reitoria					1				
Universidade de Évora - Reitoria					1				
Defesa Nacional	0	0	6	1	0	0	0	0	7
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional			1						
Estado-Maior da Armada - Marinha			1						
Estado-Maior da Força Aérea			1						
Força Aérea			1						
Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P.				1					
Instituto Hidrográfico (Marinha)			1						
Marinha			1						
Economia	5	0	0	0	0	3	1	0	8*
Autoridade da Concorrência							1		
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos							1		
FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação	1								
Fundo de Contragarantia Mútuo	1								
Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético	1								
Gabinete do Ministro Adjunto e da Economia	1								
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.	1						1		
Secretaria-Geral do Ministério da Economia							1		
Educação	2	0	0	0	1	0	0	0	3
Direção-Geral da Administração Escolar	1								
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	1								
Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P.					1				

Tutela \ Entidade	DA I	DA III	DA IV	DA V	DA VI	DA VII	DA VIII	DA IX	T
Educação e Ciência	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Gabinete de Estudos e Planeamento - Ministério da Educação					1				
Inspeção-Geral da Educação					1				
Encargos Gerais do Estado	0	0	6	0	0	0	0	0	6
Assembleia da República			1						
Cofre do Tribunal de Contas - Sede			1						
Grupo Público - Tribunal de Contas			1						
Presidência da República			1						
Tribunal Constitucional			1						
Tribunal de Contas			1						
Finanças	9	0	0	0	0	6	3	0	14
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.	1						1		
Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões						1			
Autoridade Tributária e Aduaneira	1								
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários						1			
Direção-Geral do Orçamento	1						1		
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	1								
Fundo de Estabilização Tributário						1			
Fundo de Garantia de Depósitos	1								
Fundo de Resolução	1					1			
Gabinete do Ministro das Finanças	1						1		
Inspeção-Geral de Finanças	1								
Secretaria-Geral do Ministério das Finanças						1			
Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental	1								
Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos						1			
Infraestruturas e da Habitação	0	0	0	0	0	3	2	0	5
Autoridade da Mobilidade e dos Transportes						1			
Autoridade Nacional de Aviação Civil						1			
Autoridade Nacional de Comunicações						1			
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.							1		
Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.							1		
Justiça	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.			1						
Mar	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Direção-Geral da Política do Mar							1		
Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos							1		
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.							1		
Negócios Estrangeiros	0	0	1	0	0	0	1	0	2
Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal, E.P.E.							1		
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.			1						
Planeamento	1	0	0	0	0	0	14	0	14
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.	1						1		
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo							1		
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo							1		
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve							1		
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro							1		
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte							1		
PORTUGAL 2020 - Estrutura de Missão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização							1		
PORTUGAL 2020 - Estrutura de Missão do Programa Operacional Mar 2020							1		
PORTUGAL 2020 - Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional de Lisboa							1		
PORTUGAL 2020 - Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional do Alentejo							1		
PORTUGAL 2020 - Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional do Algarve							1		
PORTUGAL 2020 - Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional do Centro							1		
PORTUGAL 2020 - Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional do Norte							1		
PORTUGAL 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020)							1		
Presidência do Conselho de Ministros	0	0	2	0	0	1	3	0	5
Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais, I. P.			1				1		
Alto Comissariado para as Migrações							1		
Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros						1			
Unidade de Missão para a Valorização do Interior							1		
Saúde	1	0	0	9	0	0	0	0	10
Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.				1					
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.				1					
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.				1					
Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.				1					
Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.				1					
Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.				1					
Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P. (ADSE)				1					
Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E. - Coimbra	1								
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P.				1					
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E. - Beja				1					

Tutela \ Entidade	DA I	DA III	DA IV	DA V	DA VI	DA VII	DA VIII	DA IX	T
Setor Empresarial do Estado	14	0	0	2	0	6	0	0	21 *
Caixa Geral de Depósitos, S. A.						1			
COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S. A.	1								
EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa - SGPS, S. A. - Em Liquidação	1								
ESCALA VILA FRANCA - Sociedade Gestora do Edifício, S. A.				1					
ESCALA VILA FRANCA - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S. A.				1					
FRME - Fundo Para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, SGPS, S. A.	1								
Grupo Público - AdP Águas de Portugal, SGPS, S. A.						1			
Grupo Público - Caixa Geral de Depósitos, S.A.						1			
Infraestruturas de Portugal, S. A.						1			
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	1								
OITANTE, S. A.	1								
Parcaixa, SGPS, S. A.	1								
PARPARTICIPADAS, SGPS, S. A.	1								
PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S. A.	1					1			
PARUPS, S. A.	1								
PARVALOREM, S. A.	1								
PME Investimentos - Sociedade de Investimentos, S. A.	1								
Rádio e Televisão de Portugal, S. A.	1								
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A.						1			
TRANSTEJO - Transportes Tejo, S. A.	1								
W.I.L. - Projetos Turísticos, S. A.	1								
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	9	0	0	4	0	0	0	0	9 *
Caixa Geral de Aposentações, I. P.	1			1					
Gabinete do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	1								
Instituto da Segurança Social, I. P.	1			1					
Instituto da Segurança Social dos Açores, I. P. R. A.	1								
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P.	1								
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	1			1					
Instituto de Informática, I. P. - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social	1			1					
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	1								
Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.	1								
Total	47	0	20	16	8	20	43	18	156 *

Entidade objeto de controlo por mais que uma Área de Responsabilidade
 Este total não inclui as duplicações resultantes do controlo por mais que uma Área de Responsabilidade *

Sede - Em ações de verificação interna de contas

Tutela \ Entidade	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot
Administração Interna	1	0	0	0	0	0	1
Direção Nacional - Polícia de Segurança Pública	1						
Agricultura e Mar	0	0	0	0	1	0	1
Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar					1		
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Regional	0	0	0	0	4	0	4
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve					1		
Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral - Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural					1		
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.					1		
Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I. P.					1		
Ambiente e da Transição Energética	0	0	0	0	2	0	2
Direção-Geral de Energia e Geologia					1		
Direção-Geral do Território					1		
Autarquias Locais	0	0	0	0	0	65	65
Freguesia de Aqualva - Sintra						1	
Freguesia de Branca - Albergaria-a-Velha						1	
Freguesia de Grijó - Vila Nova de Gaia						1	
Freguesia de Meinedo - Lousada						1	
Freguesia de Palhais - Barreiro						1	
Freguesia de Recezinhos (São Martinho) - Penafiel						1	
Freguesia de São José - Lisboa						1	
Freguesia de Serro Ventoso - Albergaria-a-Velha						1	
Freguesia de Vila Chã de Ourique - Cartaxo						1	
Freguesia de Vilar do Paraíso - Vila Nova de Gaia						1	
Município da Pampilhosa da Serra						1	
Município de Abrantes						1	
Município de Alandroal						1	
Município de Alcácer do Sal						1	
Município de Alijó						1	
Município de Arganil						1	
Município de Arraiolos						1	
Município de Beja						1	
Município de Castelo de Vide						1	
Município de Celorico de Basto						1	
Município de Entroncamento						1	
Município de Esposende						1	
Município de Estremoz						1	
Município de Évora						1	
Município de Ferreira do Zêzere						1	
Município de Figueira da Foz						1	

Tutela \ Entidade	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot
Município de Figueira de Castelo Rodrigo						1	
Município de Fundão						1	
Município de Mação						1	
Município de Mangualde						1	
Município de Marco de Canaveses						1	
Município de Moita						1	
Município de Monção						1	
Município de Mondim de Basto						1	
Município de Nazaré						1	
Município de Nisa						1	
Município de Odemira						1	
Município de Olhão						1	
Município de Pampilhosa da Serra						1	
Município de Penamacor						1	
Município de Penedono						1	
Município de Peniche						1	
Município de Pinhel						1	
Município de Póvoa de Varzim						1	
Município de Sabugal						1	
Município de Santa Comba Dão						1	
Município de Santiago do Cacém						1	
Município de Santo Tirso						1	
Município de Seia						1	
Município de Setúbal						1	
Município de Sever do Vouga						1	
Município de Sousel						1	
Município de Torre de Moncorvo						1	
Município de Vila do Bispo						1	
Município de Vila do Conde						1	
Município de Vouzela						1	
Município do Alandroal						1	
Município do Entroncamento						1	
Município do Fundão						1	
Município do Sabugal						1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche						1	
Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento do Município de Santo Tirso						1	
Serviços Municipalizados do Município de Abrantes						1	
União das Freguesias de Queluz e Belas - Sintra						1	
União das Freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estevão) - Barcelos						1	
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	0	0	41	0	0	0	41
Escola Nacional de Saúde Pública - Universidade Nova de Lisboa			1				
Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa			1				

Tutela \ Entidade	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot
Faculdade de Ciências Médicas - Universidade Nova de Lisboa			1				
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa			1				
Faculdade de Direito - Universidade Nova de Lisboa			1				
Faculdade de Economia - NOVA School of Business and Economics - Universidade Nova de Lisboa			1				
Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa			1				
Faculdade de Medicina Dentária - Universidade de Lisboa			1				
Faculdade de Medicina Veterinária - Universidade de Lisboa			1				
Instituto Confúcio - Universidade do Minho			1				
Instituto de Biologia Molecular e Celular - Universidade do Porto			1				
Instituto de Educação - Universidade de Lisboa			1				
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Lisboa			1				
Instituto de Higiene e Medicina Tropical - Universidade Nova de Lisboa			1				
Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier - Universidade Nova de Lisboa			1				
Instituto Politécnico de Beja			1				
Instituto Politécnico de Castelo Branco			1				
Instituto Politécnico de Leiria			1				
Instituto Politécnico de Portalegre			1				
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave			1				
Instituto Politécnico do Porto			1				
Instituto superior de agronomia			1				
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa			1				
Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa			1				
Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação - Universidade Nova de Lisboa			1				
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa - Reitoria			1				
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Beja			1				
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Bragança			1				
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Castelo Branco			1				
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Portalegre			1				
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Santarém			1				
Serviços de Ação Social - Universidade da Beira Interior			1				
Serviços de Ação Social - Universidade de Coimbra			1				
Serviços de Ação Social - Universidade do Algarve			1				
Serviços de Ação Social - Universidade Nova de Lisboa			1				
Serviços de Ação Social Escolar - Instituto Politécnico de Viseu			1				
Serviços Partilhados - Universidade de Lisboa			1				
Universidade Aberta - Reitoria			1				
Universidade de Coimbra - Reitoria			1				
Universidade do Minho - Reitoria			1				
Universidade do Porto - Reitoria			1				
Cultura	0	0	9	0	0	0	9
Biblioteca Nacional de Portugal			1				
Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, I. P.			1				

Tutela \ Entidade	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot
Direção Regional de Cultura do Centro			1				
Direção Regional de Cultura do Norte			1				
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas			1				
Inspeção-Geral das Atividades Culturais			1				
Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.			1				
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.			1				
Teatro Nacional São João, E.P.E.			1				
Economia	0	0	2	3	0	0	5
Direção Regional da Economia do Alentejo				1			
Gabinete da Ministra da Educação e Ciência			1				
Instituto do Turismo de Portugal, I. P.				1			
Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência			1				
TREM - Aluguer de Material Circulante, A. C. E.				1			
Educação	0	1	67	0	0	0	68
Agrupamento de Escolas Barbosa du Bocage de Setúbal - Setúbal (171359)			1				
Agrupamento de Escolas da Moita - Setúbal (171311)			1				
Agrupamento de Escolas de Alcaldes de Faria - Barcelos - Braga (150137)			1				
Agrupamento de Escolas de Artur Gonçalves - Torres Novas - Santarém (172340)			1				
Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia - Peniche - Leiria (170008)			1				
Agrupamento de Escolas de Azambuja - Lisboa (170537)			1				
Agrupamento de Escolas de Campelos - Torres Vedras - Lisboa			1				
Agrupamento de Escolas de Campo Maior - Portalegre (135215)			1				
Agrupamento de Escolas de D. Dinis - Lisboa (171384)			1				
Agrupamento de Escolas de Damião de Goes, Alenquer - Lisboa (170598)			1				
Agrupamento de Escolas de Esmoriz/Ovar Norte - Aveiro (161949)			1				
Agrupamento de Escolas de Fernando Pessoa, Santa Maria da Feira - Aveiro (151671)			1				
Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres - Guarda (160842)			1				
Agrupamento de Escolas de Júlio Dantas - Lagos (145415)			1				
Agrupamento de Escolas de Marco de Canaveses - Porto (150836)			1				
Agrupamento de Escolas de Maximinos - Braga (150721)			1				
Agrupamento de Escolas de Nelas - Viseu (161767)			1				
Agrupamento de Escolas de Ovar - Aveiro (161056)			1				
Agrupamento de Escolas de Pedome e Oliveira Santa Maria - Vila Nova de Famalicão - Braga (150629)			1				
Agrupamento de Escolas de Pinheiro, Penafiel - Porto (152572)			1				
Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca - Viana do Castelo (152626)			1				
Agrupamento de Escolas de Sá de Miranda - Braga (150241)			1				
Agrupamento de Escolas de Santa Maria da Feira - Aveiro (151660)			1				
Agrupamento de Escolas de Soão da Talha - Loures - Lisboa (172080)			1				
Agrupamento de Escolas do Concelho de Aljezur - Faro (145051)			1				
Agrupamento de Escolas do Dr. Francisco Fernandes Lopes - Olhão - Faro (145543)			1				
Agrupamento de Escolas Gonçalo Nunes, Arcozelo - Barcelos - Braga (150710)			1				
Agrupamento Vertical de Escolas Aquilino Ribeiro - Porto Salvo - Oeiras (121617).			1				

Tutela \ Entidade	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot
Agrupamento Vertical de Escolas da Costa da Caparica, Almada - Setúbal (170926).			1				
Agrupamento Vertical de Escolas de Augusto Moreno - Bragança			1				
Agrupamento Vertical de Escolas de Lamego - Viseu (151889)			1				
Agrupamento Vertical de Escolas de Manhente - Barcelos - Braga (150137)			1				
Agrupamento Vertical de Escolas de Santa Maria dos Olivais - Lisboa (171712)			1				
Agrupamento Vertical de Escolas de São João do Estoril, Cascais - Lisboa (170689)			1				
Agrupamento Vertical de Escolas do Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, Chaves - Vila Real (152730)			1				
Agrupamento Vertical de Escolas do Pintor Almada Negreiros - Lisboa (171797)			1				
Cooperativa António Sérgio para a Economia Social - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada		1					
Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo			1				
Direção-Geral da Administração Escolar			1				
Escola de Dança do Conservatório Nacional de Lisboa (404238)			1				
Escola de Música do Conservatório Nacional			1				
Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Cister, Alcobaca - Leiria (404317)			1				
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes - Santarém (404329)			1				
Escola Secundária Artística de António Arroio - Lisboa (404172)			1				
Escola Secundária Avelar Brotero - Coimbra (400026)			1				
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Arouca - Aveiro (403910)			1				
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Carvalhos - Vila Nova de Gaia - Porto (401158)			1				
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Castelo da Maia - Porto (401171)			1				
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Fundão - Castelo Branco (403659)			1				
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Henrique Medina de Esposende - Braga (401882)			1				
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Luís de Freitas Branco, Paço de Arcos, Oeiras			1				
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Miguel Torga, Massamá			1				
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Ponte de Lima -Viana do Castelo (403039)			1				
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Ramada, Odivelas - Lisboa (403507)			1				
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Tomaz Pelayo, Santo Tirso - Porto (402916)			1				
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Fontes Pereira de Melo - Porto (401780)			1				
Escola Secundária de Camilo Castelo Branco, Vila Nova de Famalicão - Braga (401055)			1				
Escola Secundária de Ferreira Dias - Cacém (401754)			1				
Escola Secundária de Loulé - Faro (400324)			1				
Escola Secundária do Engenheiro Acácio Calazans Duarte - Marinha Grande - Leiria			1				
Escola Secundária Infanta Dona Maria - Coimbra (400257)			1				
Escola Secundária José Saramago - Mafra - Lisboa (400580)			1				
Escola Secundária Pluricurricular de Jacome Ratton, Tomar			1				
Escola Secundária Pluricurricular de Santa Maria - Sintra			1				
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa			1				
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique			1				
Instituto de Avaliação Educativa, I. P.			1				
Instituto Gregoriano de Lisboa			1				
Encargos Gerais do Estado	1	0	0	0	0	0	1
Comissão Nacional de Proteção de Dados	1						

Tutela \ Entidade	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot
Finanças	0	2	1	95	0	0	98
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E. P. E - Encargos da Dívida Pública.				1			
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.				1			
Alfândega de Alverca - Vila Franca de Xira				1			
Alfândega de Aveiro - Aveiro				1			
Alfândega de Setúbal - Setúbal				1			
Alfândega do Aeroporto do Porto - Porto				1			
Autoridade para as Condições do Trabalho		1					
Direção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros				1			
Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira			1				
Direção-Geral do Orçamento				1			
Direção-Geral do Orçamento - Capítulo 70 do OE				1			
Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social		1					
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Aveiro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Funchal - Madeira				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Porto				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Aguiar da Beira - Guarda				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alandroal - Évora				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Albergaria-a-Velha - Aveiro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Albufeira - Faro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alcácer do Sal - Setúbal				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alcochete - Setúbal				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alfândega da Fé - Bragança				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Aljustrel - Beja				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Almada 1 - Almada - Setúbal				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Almada 3 - Costa da Caparica - Almada - Setúbal				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alvito - Beja				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Amadora 2 - Amadora - Lisboa				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Amadora 3 - Amadora - Lisboa				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Angra do Heroísmo - Angra do Heroísmo				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ansião - Leiria				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Arganil - Coimbra				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Arouca - Aveiro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Arraiolos - Évora				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Aveiro 2 - Aveiro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Azambuja - Lisboa				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Barcelos - Braga				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Barrancos - Beja				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Barreiro - Setúbal				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Beja - Beja				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Belmonte - Castelo Branco				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Bombarral - Leiria				1			

Tutela \ Entidade	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Borba - Évora				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Braga 1 - Braga				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Braga 2 - Braga				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Bragança - Bragança				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Calheta - Funchal				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Caminha - Viana do Castelo				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Carraceda de Ansiães - Bragança				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Cartaxo - Santarém				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Cascais 2 - Carcavelos - Cascais - Lisboa				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castanheira de Pêra - Leiria				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castelo Branco 2 - Castelo Branco				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castelo de Vide - Portalegre				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castro Daire - Viseu				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castro Marim - Faro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Cinfães - Viseu				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Coimbra 2 - Coimbra				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Coruche - Santarém				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Corvo - Horta				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Covilhã - Castelo Branco				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Elvas - Portalegre				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Entroncamento - Santarém				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Espinho - Aveiro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Estremoz - Évora				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Évora - Évora				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Fafe - Braga				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Faro - Faro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Feira 1 - Santa Maria da Feira - Aveiro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Feira 2 - Lourosa - Santa Maria da Feira - Aveiro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Feira 3 - Santa Maria da Feira - Aveiro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Feira 4 - Paços de Brandão - Santa Maria da Feira - Aveiro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Felgueiras - Porto				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Figueira da Foz 2 - Buarcos - Figueira da Foz - Coimbra				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Freixo de Espada à Cinta - Bragança				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Fronteira - Portalegre				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Funchal 1 - Funchal				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Gavião - Portalegre				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Gondomar 1 - Gondomar - Porto				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Gouveia - Guarda				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Guimarães 1 - Braga				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 1 - Lisboa				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 11 - Lisboa				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 2 - Lisboa				1			

Tutela \ Entidade	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 4 - Lisboa				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 8 - Lisboa				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Loulé 1 - Loulé - Faro				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Machico - Funchal				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Madalena - Horta				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mafra - Lisboa				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mangualde - Viseu				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Marco de Canaveses - Porto				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Marinha Grande - Leiria				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mesão Frio - Vila Real				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mira - Coimbra				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Miranda do Douro - Bragança				1			
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Monforte - Portalegre				1			
Sistema de Indemnização aos Investidores				1			
SOGRUPO - Compras e Serviços Partilhados, A. C. E.				1			
Infraestruturas e Habitação	0	0	0	2	0	0	2
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.				1			
Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado				1			
Justiça	2	0	0	0	0	0	2
Secretaria-Geral do Ministério da Justiça	1						
Supremo Tribunal Administrativo	1						
Mar	0	0	0	0	2	0	2
Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos					1		
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.					1		
Negócios Estrangeiros	27	0	0	0	0	0	27
Centro Cultural Português em Nova Delhi - Índia - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.	1						
Centro Cultural Português em São Tomé e Príncipe - São Tomé e Príncipe - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.	1						
Consulado-Geral de Portugal em Benguela - Angola	1						
Consulado-Geral de Portugal em Boston - Estados Unidos da América	1						
Consulado-Geral de Portugal em Cape Town - África do Sul	1						
Consulado-Geral de Portugal em Goa - Índia	1						
Consulado-Geral de Portugal em Joanesburgo - África do Sul	1						
Consulado-Geral de Portugal em Macau - China	1						
Consulado-Geral de Portugal em Manchester - Reino Unido	1						
Consulado-Geral de Portugal em Nova Iorque - Estados Unidos da América	1						
Consulado-Geral de Portugal em Toronto - Canadá	1						
Consulado-Geral de Portugal em Xangai - China	1						
Consulado-Geral de Portugal no Luxemburgo - Luxemburgo	1						
Embaixada de Portugal em Bogotá - Colômbia	1						
Embaixada de Portugal em Budapeste - Hungria	1						
Embaixada de Portugal em Camberra - Austrália	1						
Embaixada de Portugal em Dakar - Senegal	1						

Tutela \ Entidade	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot
Embaixada de Portugal em Dublin - Irlanda	1						
Embaixada de Portugal em Jacarta - Indonésia	1						
Embaixada de Portugal em Kiev - Ucrânia	1						
Embaixada de Portugal em Lima - Peru	1						
Embaixada de Portugal em Luanda - Angola	1						
Embaixada de Portugal em Madrid - Espanha	1						
Embaixada de Portugal em Nairobi - Quênia	1						
Embaixada de Portugal em Rabat - Marrocos	1						
Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro - Alemanha	1						
Fundo para as Relações Internacionais, I. P.	1						
Presidência do Conselho de Ministros	11	0	0	0	0	0	11
Entidade Contabilística «Ação Governativa» - Presidência do Conselho de Ministros	1						
Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa	1						
Gabinete da Secretária de Estado Adjunta do Primeiro-Ministro	1						
Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa	1						
Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade	1						
Gabinete do Ministro Adjunto da Presidência do Conselho de Ministros	1						
Gabinete do Primeiro-Ministro	1						
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros	1						
Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais	1						
Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares	1						
Gabinete Nacional de Segurança	1						
Saúde	0	26	0	0	0	0	26
Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.	1						
Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.	1						
Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.	1						
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	1						
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. - Barreiro	1						
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E. - Vila Nova de Gaia	1						
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E. - Torres Novas	1						
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. - Porto	1						
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. - Viseu	1						
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde	1						
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E. - Aldear - Porto	1						
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. - Figueira da Foz	1						
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E. - Santarém	1						
Hospital do Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	1						
INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.	1						
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto - Lisboa	1						
Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E. - Coimbra	1						
Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E. - Porto	1						
Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	1						

Tutela \ Entidade	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Tot
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	1						
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. - Castelo Branco	1						
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E. - Senhora da Hora - Matosinhos	1						
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E. - Viana do Castelo	1						
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E. - Santiago do Cacém	1						
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E. - Bragança	1						
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E. - Portalegre	1						
Setor Empresarial	0	0	0	4	1	0	5
CL - Companhia das Lezírias, S. A.				1			
Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S. A.				1			
LUSITÂNIAGÁS - Companhia de Gás do Centro, S. A.					1		
Marinas de Barlavento - Empreendimentos Turísticos, S. A.				1			
WOLFPART, SGPS, S. A.				1			
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	0	10	1	0	0	0	11
Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida			1				
Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários	1						
Centro de Formação Profissional da Indústria de Construção Civil e Obras Públicas do Norte	1						
Centro de Formação Profissional do Artesanato	1						
Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins	1						
Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional	1						
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E. - Santa Maria da Feira	1						
Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	1						
Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social	1						
INOINTER - Centro de Formação e de Inovação Tecnológica	1						
Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.	1						
Total	42	39	121	104	10	65	381

Secção Regional dos Açores - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo

Tutela \ Entidade	DAT.1	DAT.2	DAT.3	EPA	Tot.
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	0	0	1	0	1
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores			1		
Autarquias Locais	7	5	1	25	35 *
Freguesia da Caveira - Santa Cruz das Flores				1	
Freguesia da Fajã Grande - Lajes				1	
Freguesia da Fajãzinha - Lajes				1	
Freguesia da Lomba - Lajes				1	
Freguesia da Madalena - Madalena do Pico				1	
Freguesia da Prainha - São Roque do Pico				1	
Freguesia da Ribeirinha - Lajes do Pico				1	
Freguesia da Sé - Angra do Heroísmo				1	
Freguesia da Terra Chã - Angra do Heroísmo				1	
Freguesia das Cinco Ribeiras - Angra do Heroísmo				1	
Freguesia das Doze Ribeiras - Angra do Heroísmo				1	
Freguesia de Água de Alto - Vila Franca do Campo				1	
Freguesia de Água de Pau - Lagoa				1	
Freguesia de Ponta Garça - Vila Franca do Campo				1	
Freguesia de Ribeira das Tainhas - Vila Franca do Campo				1	
Freguesia de Ribeira Seca - Vila Franca do Campo				1	
Freguesia de S. Caetano - Madalena do Pico				1	
Freguesia de S. Mateus - Madalena do Pico				1	
Freguesia de S. Mateus da Calheta - Angra do Heroísmo				1	
Freguesia de S. Roque do Pico - São Roque do Pico				1	
Freguesia de São Vicente Ferreira - Ponta Delgada				1	
Freguesia de Sta. Luzia - São Roque do Pico				1	
Freguesia de Sto. Amaro - São Roque do Pico				1	
Freguesia do Lajedo - Lajes				1	
Freguesia do Mosteiro - Lajes			1	1	
Município da Horta	1				
Município da Lagoa (Açores)	1	1			
Município da Povoação		1			
Município da Praia da Vitória		1			
Município da Ribeira Grande	1				
Município de Ponta Delgada		1			
Município de Santa Cruz das Flores	1				
Município de Vila Franca do Campo	1				
Município do Nordeste	1	1			
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Ponta Delgada	1				
Encargos Gerais do Estado	0	0	2	0	2
Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas			1		
Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas			1		
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	0	0	1	0	1
Direção Regional dos Recursos Florestais			1		
Secretaria Regional da Educação e Cultura	2	1	4	0	6 *
Direção Regional da Cultura	1	1			
Escola Básica e Secundária da Graciosa			1		
Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo			1		
Escola Básica Integrada dos Biscoitos	1				
Escola Secundária das Laranjeiras			1		
Escola Secundária Vitorino Nemésio			1		

Tutela \ Entidade	DAT.1	DAT.2	DAT.3	EPA	Tot.
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo	1	0	0	0	1
Direção Regional do Ambiente	1				
Secretaria Regional da Saúde	9	13	1	0	14 *
Hospital da Horta, EPER		1			
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER		1			
Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER		1			
Secretaria Regional da Saúde		1	1		
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	1				
Unidade de Saúde da Ilha de S. Jorge	1	1			
Unidade de Saúde da Ilha de S. Miguel	1	1			
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria	1	1			
Unidade de Saúde da Ilha do Corvo		1			
Unidade de Saúde da Ilha do Pico	1	1			
Unidade de Saúde da Ilha Graciosa	1	1			
Unidade de Saúde da Ilha Terceira	1	1			
Unidade de Saúde de Ilha das Flores	1	1			
Unidade de Saúde de Ilha do Faial	1	1			
Secretaria Regional da Solidariedade Social	0	0	1	0	1
Direção Regional da Habitação			1		
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	0	1	0	1	2
Autoridade de Gestão do PROCONVERGÊNCIA		1			
Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional				1	
Setor Empresarial Regional	0	2	1	1	4
Empresa de Transportes Coletivos de Santa Maria, Limitada			1		
Ilhas de Valor, SA				1	
SAUDACOR - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S. A.		1			
Sinaga, SA		1			
Setor Empresarial Local	1	7	1	0	9
Azores Parque - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Parques Empresariais, E. M., S. A.		1			
Cidade em Ação - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S. A.		1			
EIRSU - Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de S. Miguel - EIM S	1				
Empresa Municipal Praia Ambiente, EM		1			
H.S.N. - Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho de Nordeste, E.E.M. - em Liquidação		1			
Occidentalmais, E.M.			1		
Praia em Movimento, E. M.		1			
S.D.C.P.V. - Sociedade de Desenvolvimento do Concelho da Praia da Vitória, SA		1			
TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM		1			
Associações, fundações e cooperativas	0	3	1	0	4
ARRISCA - Associação Regional de Reabilitação e Integração Sociocultural dos Açores			1		
Associação Salão Teatro Praisense		1			
Fundação de Ensino Profissional da Praia da Vitória		1			
Praia Cultural, CIPRL		1			
Total Geral	20	32	14	27	80 *

Entidade objeto de controlo por mais que um Departamento

Este total não inclui as duplicações resultantes do controlo por mais que uma Departamento *

Secção Regional dos Açores — Em ações de verificação interna de contas

Tutela \ Entidade	DAT.3	EPA	Tot.
Autarquias Locais	7	0	7
Associação de Municípios do Triângulo	1		
Freguesia da Ribeira Seca (Concelho da Calheta)	1		
Freguesia da Salga	1		
Freguesia de Santo António - Ponta Delgada	1		
Município da Calheta (São Jorge)	1		
Município da Horta	1		
Município de São Roque do Pico	1		
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2	0	2
Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores	1		
Universidade dos Açores - Reitoria	1		
Ministério das Finanças	1	0	1
Delegação Aduaneira da Horta - Alfândega de Ponta Delgada	1		
Presidência do Governo Regional	0	2	2
Direção Regional das Comunidades		1	
Direcção Regional da Juventude		1	
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	2	0	2
Gabinete do Secretário Regional da Agricultura e Ambiente	1		
Gabinete do Secretário Regional da Agricultura e Florestas	1		
Secretaria Regional da Educação e Cultura	16	10	26
Escola Básica e Secundária da Madalena	1		
Escola Básica e Secundária da Povoação	1		
Escola Básica e Secundária das Flores	1		
Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico	1		
Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico	1		
Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo	1		
Escola Básica e Secundária Tomás de Borba		1	
Escola Secundária Domingos Rebelo		1	
Fundo Escolar da EBI Canto da Maia	1		
Fundo Escolar da EBI da Horta		1	
Fundo Escolar da EBI da Lagoa (Açores)	1		
Fundo Escolar da EBI da Maia	1		
Fundo Escolar da EBI da Praia da Vitória		1	
Fundo Escolar da EBI da Ribeira Grande		1	
Fundo Escolar da EBI de Angra do Heroísmo		1	
Fundo Escolar da EBI de Arrifes	1		
Fundo Escolar da EBI de Biscoitos	1		
Fundo Escolar da EBI de Ginetes		1	
Fundo Escolar da EBI de Rabo de Peixe	1		
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária da Graciosa		1	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária das Flores	1		
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária do Nordeste	1		
Fundo Escolar da Escola Secundária Antero de Quental		1	
Fundo Escolar da Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade	1		
Fundo Regional de Ação Cultural		1	
Fundo Regional do Desporto	1		
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo	1	0	1
Gabinete do Secretário Regional da Energia, Ambiente e Turismo	1		
Secretaria Regional da Saúde	3	1	4
Centro de Oncologia dos Açores Prof. Doutor José Conde	1		
Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências	1		
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria	1		
Unidade de Saúde da Ilha Terceira		1	
Secretaria Regional da Solidariedade Social	2	0	2
Gabinete do Secretário Regional da Solidariedade Social	1		
Instituto da Segurança Social dos Açores, I. P. R. A.	1		
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	1	1	2
Direção Regional da Ciência e Tecnologia	1		
Gabinete do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia		1	
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	5	3	8
Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão (RIAC), I. P.	1		
Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade	1		
Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional	1		

Tutela \ Entidade	DAT.3	EPA	Tot.
Fundo Regional do Emprego	1		
Gabinete da Vice-Presidência do Governo	1		
Tesouraria da Horta		1	
Tesouraria de Angra do Heroísmo		1	
Tesouraria de Ponta Delgada		1	
Total	40	17	57

Secção Regional da Madeira - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo

Tutela \ Entidade	DAT.1	DAT.2	DAT.3	Tot.
Assembleia Legislativa da Madeira			1	1
Autarquias Locais	0	0	4	4
Frente Marfunchal - Gestão e Exploração de Espaços Públicos, E. M.			1	
Município de Santa Cruz			1	
Município de São Vicente			1	
Município do Funchal			1	
Encargos Gerais do Estado	0	0	2	2
Cofre da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas			1	
Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas			1	
Presidência do Governo Regional	1	5	0	5*
Secretaria Regional da Educação	1	1		
Secretaria Regional de Educação e Cultura		1		
Secretaria Regional do Turismo e Cultura		1		
Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas		1		
Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira		1		
Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura	0	2	0	2
Direção Regional da Inovação, Valorização e Empreendedorismo		1		
Direção Regional do Turismo		1		
Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais	1	0	2	2*
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	1		1	
Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.-RAM			1	
Secretaria Regional da Saúde	2	0	1	2*
Instituto de Administração da Saúde, IP -RAM	1			
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.	1		1	
Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública	0	1	1	2
Direção Regional do Orçamento e Tesouro		1		
Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S. A.			1	
Secretaria Regional de Educação	0	4	1	5
Direção Regional da Juventude e Desporto		1		
Direção Regional de Administração da Justiça		1		
Direção Regional de Educação		1		
Direção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas		1		
Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.			1	
Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus	0	2	0	2
Direção Regional de Administração da Justiça		1		
Direção Regional de Estradas		1		
Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas	0	2	1	3
Direção Regional de Estradas		1		
Direção Regional de Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Públicas		1		
Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S. A.			1	
Vice-Presidência do Governo	2	0	1	3
Administração de Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.	1			
Empresa de Eletricidade da Madeira, S. A.			1	
Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira	1			
Total	6	16	14	33*

Entidade objeto de controlo por mais que um Departamento

Este total não inclui as duplicações resultantes do controlo por mais que uma Departamento *

Secção Regional da Madeira - Em ações de verificação interna de contas

Entidade \ Tutela	NVIC
Autarquias Locais	9
Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	1
Município da Calheta	1
Município da Ribeira Brava	1
Município de Câmara de Lobos	1
Município de Santa Cruz	1
Município de Santana	1
Município do Funchal	1
Município do Machico	1
Município do Porto Santo	1
Encargos Gerais do Estado	1
Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira	1
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1
Universidade da Madeira	1
Ministério das Finanças	1
Alfândega do Funchal - Funchal	1
Presidência do Governo Regional	1
Direção Regional para a Administração Pública do Porto Santo	1
Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais	2
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	1
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	1
Secretaria Regional da Saúde	2
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM	1
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	1
Secretaria Regional de Agricultura e Pescas	1
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I. P.-RAM	1
Secretaria Regional de Educação	49
Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira - Eng.º Luíz Peter Clode	1
Direção Regional de Administração da Justiça	1
Escola Básica com Pré-escolar de Santo António e Curral das Freiras	1
Escola Básica do 123/PE Bartolomeu Perestrelo	1
Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro	1
Escola Básica do Porto da Cruz	1
Escola Básica dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos Professor Francisco Manuel Santana Barreto - Fajã da Ovelha	1
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de São Jorge, Cardeal D. Teodósio de Gouveia	1
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade - Campanário	1
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre - Câmara de Lobos	1
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Caniçal	1
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Caniço	1
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos	1
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos dos Louros - Funchal	1
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Alfredo Ferreira Nóbrega Júnior - Camacha	1
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia - Funchal	1
Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral - Santana	1
Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade - S. Vicente	1
Escola Básica e Secundária da Calheta	1
Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco - Funchal	1
Escola Básica e Secundária de Machico	1
Escola Básica e Secundária de Ponta do Sol	1
Escola Básica e Secundária de Santa Cruz	1
Escola Básica e Secundária do Porto Moniz	1
Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva	1
Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas	1
Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares - Ribeira Brava	1
Escola Básica e Secundária Professor Dr. Francisco Freitas Branco - Porto Santo	1
Escola dos 2.º e 3.º Ciclos do Curral das Freiras	1
Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes	1
Escola Secundária de Francisco Franco	1
Escola Secundária de Jaime Moniz - Funchal	1
Fundo Escolar da Escola Básica 123/PE do Curral das Freiras	1
Fundo Escolar da Escola Básica do Porto da Cruz	1
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade - Campanário	1
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre - Câmara de Lobos	1
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de São Jorge, Cardeal D. Teodósio de Gouveia	1
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Caniçal	1
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos dos Louros - Funchal	1
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Professor Francisco Manuel Santana Barreto - Fajã da Ovelha	1
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade - S. Vicente	1
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Machico	1
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz	1

Entidade \ Tutela	NVIC
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas	1
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares - Ribeira Brava	1
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Professor Dr. Francisco Freitas Branco - Porto Santo	1
Fundo Escolar da Escola Secundária de Francisco Franco	1
Fundo Escolar da Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva - Funchal	1
Instituto para a Qualificação, IP-RAM	1
Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	2
Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM	1
Parque Natural da Madeira	1
Vice-Presidência do Governo	4
Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira	1
Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão - Região Autónoma da Madeira	1
Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	1
Instituto do Desenvolvimento Empresarial da Madeira	1
Total	73

RELATÓRIOS DE ÓRGÃOS DE CONTROLO INTERNO

Nos termos da LOPTC, os serviços de controlo interno, nomeadamente as inspeções-gerais ou quaisquer outras entidades de controlo ou auditoria dos serviços e organismos da Administração Pública, bem como das entidades que integram o Setor Público Empresarial, estão sujeitos a um especial dever de colaboração com o Tribunal, o qual compreende o envio dos relatórios das suas ações, por decisão do ministro ou do Órgão competente para os apreciar, sempre que contenham matéria de interesse para a ação do Tribunal, concretizando as situações geradoras de eventuais responsabilidades com indicação documentada dos factos.

Foram recebidos relatórios nomeadamente da Inspeção-geral das Atividades em Saúde, Inspeção-geral dos Serviços de Justiça, Inspeção-geral do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social, Inspeção Regional da Administração Pública e Inspeção Regional de Finanças.

Relatórios de órgãos de controlo interno

	Transitados *	Entrados	Concluídos	Remetidos ao MP	A transitar
Adm. Central	4	19	17	14	6
Adm. Local	8		4	2	4
Adm. Regional	11	5	3	2	13
SPE	2	9	9	7	2
Total	25	33	33	25	25

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2017 por atualização dos registos

Relatórios de órgãos de controlo interno - evolução

	2017			2018		
	Concluídos	em curso	Remet. MP	Concluídos	em curso	Remet. MP
Sede	35	42	22	27	10	21
SRA	15	8	15	4	14	4
SRM	3	3	3	2	1	
Total	53	53	40	33	25	25

PARTICIPAÇÕES, EXPOSIÇÕES, QUEIXAS E DENÚNCIAS

As participações, exposições, queixas e denúncias recebidas no Tribunal são analisadas e, sempre que tenham factualidade pertinente dão origem ao desenvolvimento das diligências consideradas necessárias, podendo levar à realização de ações de fiscalização por parte do Tribunal.

Participações, exposições, queixas e denúncias – por origem

	Transitados	Entrados	Concluídos	Remetidos ao MP	A transitar
Adm. Central	35	106	94		47
Adm. Local	119	185	159	11	145
Adm. Regional	6	9	7	4	8
SPE	15	23	20	1	18
Total	175	323	280	16	218

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2017 por atualização dos registos

Em 2018 entraram ainda 15 processos relacionados com a atividade de fiscalização prévia da 1.ª Secção. Os PEQD da 1.ª Secção são integrados nos respetivos processos de visto quando já criados, ou posteriormente se e quando vierem a ser criados, sendo nesse âmbito que são objeto de apreciação e ponderação.

Participações, exposições, queixas e denúncias – evolução

	2017			2018		
	Concluídos	em curso	Remet. MP	Concluídos	em curso	Remet. MP
Sede	318	97	2	252	189	
SRA	13	2	2	16	12	4
SRM	26	14	16	12	17	12
Total	357	113	20	280	218	16

VI – EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Quando os relatórios das ações de controlo do Tribunal, ou os relatórios dos órgãos de controlo interno, evidenciem factos constitutivos de responsabilidade financeira, são remetidos ao Ministério Público, a quem compete, embora não exclusivamente, requerer o julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras.

Uma das competências primordiais do Tribunal de Contas é a de efetivar as responsabilidades pela prática de infrações financeiras, a qual compete à 3.ª Secção.

A responsabilidade financeira pode ser reintegratória ou sancionatória, traduzindo-se a primeira pela obrigação de repor as importâncias correspondentes aos danos causados e a segunda pela aplicação de uma sanção pecuniária (multa).

O Tribunal pode ainda sancionar outras infrações, nos termos do artigo 66.º da LOPTC, competindo a sua aplicação, bem como a relevação, às 1.ª e 2.ª Secções e às Secções Regionais.

Nos termos do n.º 3 do artigo 65.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 69.º da LOPTC, o responsável indiciado pode proceder ao pagamento da multa em fase anterior à de julgamento, pelo valor mínimo da multa, extinguindo-se desta forma o procedimento por responsabilidades sancionatórias.

De igual forma, a responsabilidade financeira reintegratória extingue-se pelo pagamento da quantia a repor, em qualquer momento, nos termos do n.º 1 do art.º 69.º da LOPTC.

RESPONSABILIDADE FINANCEIRA SANCIONATÓRIA

Multas do art.º 65 – guias emitidas para pagamento voluntário

	2016			2017			2018		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante
No âmbito do controlo prévio	2	4	8 925				2	2	8 670
No âmbito do controlo concomitante									
No âmbito do controlo sucessivo				2	5	27 540	1	1	2 550
Em processos de Órgãos de controlo interno									
Total	2	4	8 925	2	5	27 540	3	3	11 220

Estas multas são remetidas ao Ministério Público quando na primeira fase não são pagas voluntariamente, procedendo este, antes da instauração do processo de efetivação de responsabilidades, à notificação dos responsáveis para, querendo, procederem ao pagamento voluntário da multa.

Dos 15 processos nestas circunstâncias, 7 (Sede) tiveram origem em processos de órgãos de controlo interno, 6 (1 na Sede, 3 na SRA e 2 na SRM) em sede de fiscalização sucessiva e 2 (1 na Sede e 1 na SRM) no âmbito do controlo concomitante.

Multas do art.º 65 – guias emitidas para pagamento voluntário após notificação do MP

Unidade: euro

	2016			2017			2018		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante
No âmbito do controlo prévio	3	11	27 026	2	9	22 950			
No âmbito do controlo concomitante				2	3	6 630	2	6	13 502
No âmbito do controlo sucessivo	3	7	29 580	3	6	15 300	6	30	68 850
Em processos de Órgãos de Controlo Interno	7	8	27 030	4	7	25 500	7	15	35 700
Total	13	26	83 636	11	25	70 380	15	51	118 052

De acordo com o n.º 8 do artigo 65.º da LOPTC, o Tribunal pode relevar a responsabilidade por infração financeira apenas passível de multa.

Foi relevada a responsabilidade sancionatória em 19 processos, 15 na Sede e 4 na SRM.

Multas do art.º 65 - relevação de responsabilidade sancionatória

Unidade: euro

	2016		2017		2018		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante
No âmbito do controlo prévio	13	42	8	24	16	14	35 700
No âmbito do controlo concomitante	5	8	2	5	2	6	33 150
No âmbito do controlo sucessivo	9	47	9	226	1	5	25 500
Total	27	97	19	255	19	25	94 350

O artigo 66.º da LOPTC, estabelece ainda a aplicação de multas por outras infrações, como por exemplo, pela falta injustificada de remessa de contas, pela inobservância dos prazos legais de remessa dos processos relativos a atos ou contratos que produzam efeitos antes do visto.

Multas do art.º 66 – guias emitidas

Unidade: euro

	2016			2017			2018		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante
No âmbito do controlo prévio	5	5	2 856	1	1	510	1	1	510
No âmbito do controlo concomitante	5	5	3 060	3	3	2 040	8	8	4 590
No âmbito do controlo sucessivo	25	43	37 962	21	45	28 916	8	13	12 852
Total	35	53	43 878	25	49	31 466	17	22	17 952

Das 17 multas aplicadas neste âmbito, 15 tiveram origem na Sede, 1 na SRA e 1 na SRM.

Neste tipo de multas verificou-se igualmente a relevação da responsabilidade sancionatória (n.º 3 do artigo 66.º da LOPTC) relativamente a 41 processos, todos na Sede.

Multas do art.º 66 - relevação

Unidade: euro

	2016		2017		2018		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante
No âmbito do controlo prévio	6	6	4	4	18	19	15 810
No âmbito do controlo concomitante	11	11	8	8	8	8	4 080
No âmbito do controlo sucessivo	1	3	9	24	15	32	16 320
Total	18	20	21	36	41	59	36 210

RESPONSABILIDADE FINANCEIRA – 3.ª SECÇÃO E SECÇÕES REGIONAIS

Dos processos em que o Ministério Público requereu julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras existentes, em 2018, na 3.ª Secção e nas Secções Regionais, foram julgados 14 processos, 13 dos quais com sentença condenatória e 1 com sentença absolutória.

Efetivação de responsabilidades financeiras

	Transitados *	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento			Julgados		Remetidos ao arquivo	Em curso **
			Indeferimento Liminar	Pagamento voluntário	Outras situações	Sentença condenatória	Sentença absolutória		
Julgamento de contas	1	0	0	0	0	1	0	0	1
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97									0
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	1					1			1
Art. 65.º da Lei 98/97									0
Julgamento de resp. financeira	33	16	0	3	0	12	1	7	42
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	2					1			2
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	18	8				8		1	25
Art. 65.º da Lei 98/97	13	8		3		3	1	6	15
Total	34	16	0	3	0	13	1	7	43

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2017

** Inclui os processos a aguardar julgamento e os processos já julgados ainda não remetidos ao arquivo.

Efetivação de responsabilidades financeiras - origem

	Transitados *	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento		Julgados		Remetidos ao arquivo	Em curso **
			Pagamento voluntário	Outras situações	Sentença condenatória	Sentença absolutória		
3.ª Secção	18	12	3		8	1	7	23
Secção Regional dos Açores	3	1			2			4
Secção Regional da Madeira	13	3			3			16
Total	34	16	3	0	13	1	7	43

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2017

** Inclui os processos a aguardar julgamento e os processos já julgados ainda não remetidos ao arquivo.

Em plenário da 3.ª Secção foram apreciados os recursos interpostos, tendo sido proferidos 14 acórdãos em processos de julgamento de responsabilidade financeira, de multas aplicadas e em matéria emolumentar.

Recursos ordinários – Plenário 3.ª Secção

	Transitados	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento	Julgados		Remetidos à 1.ª Instância *	Em curso **
				Procedentes	Improcedentes		
Em matéria de resp. financeira	8	8	0	6	3	7	9
<i>Julgamento de contas</i>	0	1	0	0	0	0	1
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97							0
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97		1					1
Art. 65.º da Lei 98/97							0
<i>Julgamento de resp. financeira</i>	8	7	0	6	3	7	8
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	1	1		1		1	1
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	4	4		2	2	3	5
Art. 65.º da Lei 98/97	3	2		3	1	3	2
Em matéria emolumentar		1			1	1	0
De multas	0	6	0	0	4	3	3
Aplicadas pela 1.ª Secção		4			2	1	3
Aplicadas pela 2.ª Secção		2			2	2	0
Aplicadas pela SRA							0
Aplicadas pela SRM							0
Total	8	15	0	6	8	11	12

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

* Por esgotamento da tramitação processual na 2.ª Instância.

** Inclui os processos a aguardar julgamento e os processos já julgados ainda não remetidos ao arquivo.

Nos termos do n.º 1 do art. 101.º da LOPTC, se, no domínio da mesma legislação, em processos diferentes nos plenários das 1.ª ou 3.ª Secções, forem proferidas duas decisões, em matéria de concessão ou recusa de visto e de responsabilidade financeira, que, relativamente à mesma questão fundamental de direito, assentem sobre soluções opostas, pode ser interposto recurso extraordinário da decisão proferida em último lugar para fixação de jurisprudência.

Recursos extraordinários – Plenário 3.ª Secção

Origem	Transitados	Distribuídos no ano	Findos por não haver oposição de julgados	Em curso
3.ª Secção	1	1	2	0
Secção Regional dos Açores				0
Secção Regional da Madeira				0
Total	1	1	2	0

Evolução da distribuição processual

	Distribuídos no ano		Variação %
	2017	2018	
Plenário da 3.ª Secção:	11	9	-18,2%
Em matéria de resp. financeira	7	8	14,3%
Julgamento de contas	0	1	
Julgamento de resp. financeira	7	7	0,0%
Em matéria emolumentar	0	0	0,0%
De multas	3	0	-100,0%
Recursos extraordinários	1	1	0,0%
1.ª Instância:	21	16	-23,8%
Julgamento de contas	1	0	-100,0%
Julgamento de resp. financeira	20	16	-20,0%
Total	32	25	-21,9%

Em resultado dos processos de efetivação de responsabilidade financeira foram ordenadas reposições por pagamentos indevidos e aplicadas multas, tendo sido igualmente efetuados pagamentos voluntários de multas e reposições antes de julgamento.

Multas e reposições

Unidade: euro

	2017					2018				
	3.ª Secção	SRA	SRM	Total	N.º resp.	3.ª Secção	SRA	SRM	Total	N.º resp.
Reposições ordenadas	17 293	0	0	17 293	14	845 598	0	0	845 598	21
Por pagamentos indevidos	17 293			17 293		567 307			567 307	12
Por alcances	0			0		0			0	9
Outros	0			0		278 291			278 291	0
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>	17 293			17 293					0	
Multas aplicadas	2 550		9 690	12 240	13	81 192	10 812	18 870	110 874	25
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>	0			0		6 630			6 630	4
Sanções e reposições pagas voluntariamente antes de julgamento	6 793			6 793	10	28 050			28 050	9
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>	2 550			2 550	3				0	

EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – ART.º 66.º - PROCESSOS AUTÓNOMOS DE MULTA

A partir da entrada em vigor da Lei n.º 48/2006, a 1.ª, 2.ª Secção e Secções Regionais do Tribunal passaram também a dispor de competência para a efetivação de responsabilidades sancionatórias processuais, competindo-lhe aplicar as multas previstas no artigo 66.º da LOPTC.

A aplicação dessa multa é da competência do juiz relator, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 4 do artigo 78.º da LOPTC.

	Transitados *	Distribuídos no ano	Fintos antes de julgamento		Julgados			Remetidos ao arquivo	Em curso **
			Pagamento voluntário	Outras situações	Sentença condenatória	Sentença absolutória	Relevação responsabilidade		
Sede	63	17	7	3	9	0	4	21	59
1.ª Secção	6	15	3	3	3			8	13
2.ª Secção	57	2	4		6		4	13	46
Secção Regional dos Açores	2	9			1	4		6	5
Secção Regional da Madeira		3			1	2		3	0
Total	65	29	7	3	11	6	4	30	64

Processos em curso = Transitado+distribuído+arquivado

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2017

** Inclui os processos a aguardar julgamento e os processos já julgados ainda não remetidos ao arquivo.

VII – O MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

O MINISTÉRIO PÚBLICO

Ao Ministério Público compete, embora não exclusivamente, requerer, perante a 3.^a Secção e as Secções Regionais, o julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras.

Processos remetidos ao MP com infrações evidenciadas (art. 57.º da LOPTC)

Tipologia dos processos	Transitados *	Participados no ano	Decisão				Em curso
			Não requer procedimento jurisdicional (a)	Extinção da responsabilidade por pagamento voluntário de multa	Requer Procedimento jurisdicional	Arquivamento por não conter evidência de infração financeira (relatórios TdC)	
Controlo prévio e concomitante	2	6	1	0	2	0	5
Relatórios para apuramento de responsabilidade financ.	1	2			1		2
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante	1	4	1		1		3
Controlo sucessivo	18	19	8	0	8	0	21
Relatórios de acompanhamento de execução orçamental							0
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva	18	11	4		8		17
Relatórios de verificação externa de contas							0
Relatórios de verificação interna de contas		8	4				4
Relatórios de órgãos de controlo interno	46	25	15	4	6		46
Total	66	50	24	4	16	0	72

(a) Engloba os processos em que o MP arquiva, designadamente por falta de requisitos legais, diferente qualificação jurídica da efetuada no relatório, por não se verificar o elemento subjetivo da infração ou por prescrição do procedimento

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2017

Processos remetidos ao MP sem infrações evidenciadas (art. 29.º da LOPTC)

Tipologia dos processos	Transitados *	Participados no ano	Decisão				Em curso
			Não requer procedimento jurisdicional (a)	Extinção da responsabilidade por pagamento voluntário de multa	Requer Procedimento jurisdicional	Arquivamento por não conter evidência de infração financeira	
Controlo prévio e concomitante	0	1	0	0	0	1	0
Relatórios para apuramento de responsabilidade financ.							0
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante		1				1	0
Controlo sucessivo	8	86	31	0	0	41	22
Relatórios de acompanhamento de execução orçamental							0
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva		29	4			24	1
Relatórios de verificação externa de contas		8	2			6	0
Relatórios de verificação interna de contas	8	49	25			11	21
Relatórios de órgãos de controlo interno	6	2	8				0
Total	14	89	39	0	0	42	22

(a) Engloba os processos em que o MP arquiva, designadamente por falta de requisitos legais, diferente qualificação jurídica da efetuada no relatório, por não se verificar o elemento subjetivo da infração ou por prescrição do procedimento

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2017

Origem dos processos remetidos ao MP

	Sede	SRA	SRM	Total
Processos notificados ao MP no ano	69	54	16	139
Despacho MP:				
Não requer procedimento jurisdicional	19	41	3	63
Extinção de responsabilidade por pagamento voluntário de multa	4			4
Requer procedimento jurisdicional	11	2	3	16
Arquivamento por não conter evidência de infração financeira	31		11	42

Mapa comparativo da evolução processual

	2016	2017	2018
Processos notificados ao MP no ano	151	133	139
Despacho MP:			
Requer procedimento jurisdicional	15	18	16
Extinção de responsabilidade por pagamento voluntário de multa	7	8	4
Não requer procedimento jurisdicional	101	64	63
Arquivamento por não conter evidência de infração financeira	46	61	42

PARTICIPAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO A OUTRAS JURISDIÇÕES

O Ministério Público participa, ou dá conhecimento, a outras jurisdições de factos conhecidos em relatórios do Tribunal de Contas, dos órgãos de controlo interno, em acórdãos do Tribunal de Contas e em denúncias.

O Ministério Público fez 1 participação à 1.ª Secção Criminal da Comarca de Lisboa.



IX. ELEMENTOS COMPLEMENTARES DA CONTA CONSOLIDADA





WJ
86
LB.

Relatório de gestão consolidado

ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Fontes de financiamento e execução orçamental.....	3
2.1. Fontes de Financiamento.....	3
2.2. Execução Orçamental.....	3
2.2.1. Receita Própria	3
2.2.1.1. Receita Emolumentar.....	5
2.2.1.2. Evolução do Saldo de Gerência	5
2.2.2. Despesa.....	6
2.2.2.1. Taxa de Cobertura e Saldo da Gerência.....	7
3. Demonstrações financeiras	8
3.1. Balanço	8
3.1.1. Ativo Líquido	9
3.1.2. Fundos Próprios e Passivo	10
3.2. Demonstração de Resultados.....	11
3.3. Outras Observações.....	13
3.3.1. Dívidas de Terceiros.....	13
3.3.2. Especialização de Proveitos.....	13
3.3.3. Evolução de Custos com Fornecimentos e Serviços Externos.....	14
3.3.4. Evolução de Custos com Pessoal	15

2019
85
LP

1. Introdução

Ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Pública (SNC-AP): "...aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local...", desde 1 de janeiro de 2018, conforme o definido no artigo 18.º, do referido diploma, na sua redação vigente¹.

Conforme a redação atual do artigo 14.º do mencionado diploma, "Durante o ano de 2017 todas as entidades públicas devem assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP". A operacionalização deste processo, em termos de adequação do sistema informático GeRFiP, encontra-se a cargo da ESPAP, como entidade incumbida de assegurar o desenvolvimento e a prestação de serviços partilhados no âmbito da Administração Pública, nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, enquanto *Software House*.

Na prossecução desta norma, ao nível do sistema informático, verificou-se a necessidade de estabelecer uma equivalência entre este plano e o POCP, tendo sido, para o efeito, criadas novas contas neste referencial contabilístico.

O Tribunal de Contas adotou, durante o ano de 2018, as Normas Contabilísticas Públicas (SNC-AP), definidas no decreto-lei acima mencionado. O sistema informático GeRFiP, ao qual o Tribunal de Contas aderiu em 2006 como entidade piloto, não dispõe até à data, das todas as valências para a prestação de contas, nos moldes determinados pelo novo regime contabilístico, sendo certo que este Conselho Administrativo tem um prazo muito inferior para a prestação de contas.

Desta forma, a prestação de contas em SNC-AP, respeitante ao exercício de 2018, implicaria a elaboração dos mapas com recurso a ferramentas informáticas externas à aplicação informática e desenvolvidas individualmente pelos utilizadores, situação passível de potenciar a ocorrência de inexactidões de difícil controlo.

Neste contexto, no respeito pelo princípio da prudência, foram objeto de concordância por parte dos Conselhos Administrativos da Sede e das Secções Regionais, as propostas elaboradas pelos Serviços Financeiros respetivos, das quais foi dado conhecimento.

Assim, a conta consolidada do Grupo Tribunal de Contas respeitante ao exercício de 2018 é prestada no regime contabilístico estabelecido pelo POCP, nos termos da Instrução n.º 1/2004, de 22 de janeiro, o que tem acolhimento no estabelecido na Instrução n.º 1/2019, de 13/02/2019, publicada em Diário da República n.º 46/2019, Série II, de 06/03/2019, situação que se enquadra no Aviso n.º 9-DGO/2019, de 18 de abril, o qual também refere a sua consagração no Decreto-Lei de Execução Orçamental.

¹ Nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21/02.



Trata-se de um facto superveniente, pelo que se reapresenta a Conta Consolidada do Grupo Tribunal de Contas, acompanhada das declarações dos Conselhos Administrativos da Sede e das Secções Regionais relativas às contas individuais.

2. Fontes de financiamento e execução orçamental

2.1. Fontes de Financiamento

O montante global do financiamento do Tribunal de Contas (TdC) para 2018 ascendeu a 49.773.167,00 euros, dos quais 57,19% respeitaram a receitas do Cofre Privativo e os restantes 42,81% a receitas gerais provenientes do orçamento do Estado, conforme apresentado no quadro abaixo.

QDR I (em euros)

FONTES DE FINANCIAMENTO	2016 (1)	%	2017 (2)	%	Δ 2016 / 2017		2018 (5)	%	Δ 2018 / 2017	
					(+/-)	%			(+/-)	%
					(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)			(6)=(5)-(2)	(7)=(6)/(2)
Orçamento do Estado	20.369.210,00	42,37%	20.828.139,00	43,05%	458.929,00	2,25%	21.308.126,00	42,81%	479.987,00	2,30%
Cofre Privativo	27.709.434,00	57,63%	27.551.176,00	56,95%	-158.258,00	-0,57%	28.465.041,00	57,19%	913.865,00	3,32%
Total	48.078.644,00	100,00%	48.379.315,00	100,00%	300.671,00	0,63%	49.773.167,00	100,00%	1.393.852,00	2,88%
Cofre Privativo	27.709.434,00		27.551.176,00		-158.258,00		29.647.881,00		2.096.705,00	
Receitas correntes e outras receitas	6.272.436,00	22,64%	5.927.736,00	21,52%	-344.700,00	-5,50%	6.615.375,00	22,31%	687.639,00	11,60%
Receitas capital e outras receitas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Saldo da gerência anterior	21.436.998,00	77,36%	21.623.440,00	78,48%	186.442,00	0,87%	23.032.506,00	77,69%	1.409.066,00	6,52%

No global, o financiamento do exercício de 2018 é superior em 2,88% (1.393.852,00 euros) ao ocorrido em 2017.

Conforme apresentado no quadro n.º I, o montante referente a receitas gerais para o ano de 2018, atribuído pela Lei n.º 114/2017, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2018, ascendeu a 21.308.126,00 euros, o que representa um acréscimo de 2,30%, relativamente ao exercício de 2017, correspondente a 479.987,00 euros.

O orçamento do Cofre Privativo em 2018 apresenta uma variação positiva face ao exercício anterior de 3,32% (913.865,00 euros), invertendo a tendência verificada nos anos em análise, totalizando o valor de 28.465.041,00 euros.

O saldo da gerência de 2017 e integrado no orçamento de 2018 apresenta um acréscimo de 1.409.066,00 euros (6,52%), face ao saldo de gerência integrado no exercício de 2017, representando 77,69% do total do orçamento do Cofre Privativo.

2.2. Execução Orçamental

2.2.1. Receita Própria

O quadro n.º II permite analisar os valores da receita cobrada pelo Cofre Privativo em 2018, por classificação económica de receita, conferindo, igualmente, uma noção do seu peso relativo por tipologia, em relação ao total de receita efetivamente cobrada. Permite, ainda, observar uma perspetiva da sua evolução no período compreendido entre 2016 e 2018.



27/80
LB1

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	Receita Cobrada 2016 (1)	Receita Cobrada 2017 (2)	Δ 2017/2016		Receita *			Δ 2018 / 2017		Orçamenta Inicial (9)	Orçamenta Corrigido (10)	Grau de Execução (11)=(6)/(10)
			Absoluta (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)	Liquidadada 2018 (5)	Cobrada 2018 (6)	%	Absoluta (7)=(6)-(2)	% (8)=(7)/(2)			
RECEITAS CORRENTES												
Taxas de Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00%	1.000,00	1.000,00	0,00%
Emolumentos do Tribunal de Contas	6.681.112,15	6.944.964,13	263.851,98	3,95%	6.775.034,85	6.931.630,05	96,26%	6.665,92	0,10%	6.508.475,00	6.508.475,00	105,81%
Juros de Mora	582,23	1.850,41	1.268,18	217,81%	208,88	208,88	0,00%	-1.641,53	-88,71%	600,00	600,00	34,81%
Juros - IGGP	11.397,50	24.033,75	12.636,25	110,87%	0,00	0,00	0,00%	-24.033,75	-100,00%	10.700,00	10.700,00	0,00%
Edições do Tribunal de Contas	736,32	859,04	122,72	16,67%	138,06	352,82	0,00%	-506,22	-58,93%	2.000,00	2.000,00	17,64%
Venda de Bens Diversos	1.585,85	1.255,52	-330,33	-20,83%	1.411,28	1.411,28	0,02%	155,76	12,41%	20.000,00	20.000,00	7,06%
Reembolsos - Serv. Soc. Min. Justiça	165,37	0,00	-165,37	-100,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	500,00	500,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas Correntes	62.555,21	75.519,27	12.964,06	20,72%	135.039,61	149.058,37	2,06%	73.539,10	97,38%	69.000,00	69.000,00	216,03%
Total das receitas correntes	6.758.134,63	7.048.482,12	290.347,49	4,30%	6.911.832,68	7.102.661,40	98,35%	54.179,28	0,77%	6.612.275,00	6.612.275,00	107,42%
OUTRAS RECEITAS E RECEITAS DE CAPITAL												
Alienação de bens de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00%	117.300,00	117.300,00	1,62%	117.300,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Outr. Recelt. Cap. - Indemnizações	0,00	18.711,60	18.711,60	100,00%	0,00	0,00	0,00%	-18.711,60	-100,00%	0,00	0,00	0,00%
Reposições não abatidas	1.753,84	7.518,93	5.765,09	328,71%	855,69	1.912,55	0,03%	-5.606,38	-74,56%	3.100,00	3.100,00	61,70%
Total de outras receitas e receitas de capital	1.753,84	26.230,53	24.476,69	1395,61%	118.155,69	119.212,55	1,65%	92.982,02	354,48%	3.100,00	3.100,00	3845,57%
Transf. Correntes - A. C. SFA(**)	0,00	117.839,56	117.839,56	100,00%	0,00	0,00	0,00%	-117.839,56	-100,00%	0,00	0,00	0,00%
	0,00	117.839,56	117.839,56	0,00%	0,00	0,00	0,00%	-117.839,56	-100,00%	0,00	0,00	0,00%
TOTAL DA RECEITA	6.759.888,47	7.192.552,21	432.663,74	6,40%	7.029.988,37	7.221.873,95	100,0%	29.321,74	0,41%	6.615.375,00	6.615.375,00	109,17%

* Deduzida de anulações e restituições

Em 2018, o orçamento de receita inicial do Cofre Privativo correspondeu a 6.615.375,00 euros, repartindo-se em receitas correntes (6.612.275,00 euros) e outras receitas e receitas de capital (3.100,00 euros).

Relativamente à receita corrente liquidada, o exercício de 2018 encerrou com um total de 6.911.832,68 euros, o que corresponde a um desvio positivo de 299.558 euros face ao orçamento corrigido, tendo sido liquidados mais 266.559,85 euros de receita emolumentar que o orçamentado.

Em termos globais, o volume de receita corrente cobrada cresceu 0,41% (29.321,74 euros) face ao ano anterior.

Do que concerne à estrutura de execução das receitas próprias, verifica-se que a receita cobrada no exercício de 2018 (em que se inclui a receita proveniente das reposições não abatidas e a transferência relativa à parcela do produto da venda da casa de função de São Gonçalo), relativamente ao total do orçamento corrigido, correspondeu a 109,17%, o que denota uma variação positiva face ao inicialmente orçamentado, tendo-se cobrado mais 606.498,95 euros do que o estimado em sede de preparação do orçamento para o ano de 2018 (6.615.375,00 euros).

Quando comparada com o montante total de receitas cobradas no exercício, a receita emolumentar apresenta um peso de 96,26%, fator por si só indicativo da extrema relevância desta tipologia de receita no orçamento do Cofre Privativo, representando as restantes tipologias de receita valores residuais.



Handwritten signature and initials

2.2.1.1. Receita Emolumentar

Atendendo ao peso da receita emolumentar, e concretamente no que se refere às ações de fiscalização prévia, de verificação interna de contas e de auditorias, no volume das receitas correntes do Tribunal de Contas, elaborou-se o quadro n.º III, que evidencia o volume de liquidações desta tipologia de receita² e a sua correspondente variação.

QDR III (em euros)

TIPOLOGIA DE EMOLUMENTOS	2016		2017		Variação 2017/2016		2018		Variação 2018/2017	
	Emissão	%	Emissão	%	Absoluta	%	Emissão	%	Absoluta	%
Fiscalização prévia e concomitante	2.745.391,76	40,4%	3.237.499,86	46,30%	492.108,10	17,92%	3.336.325,33	49,48%	98.825,47	3,05%
Verificação interna de contas	3.242.715,54	47,7%	3.043.511,48	43,53%	-199.204,06	-6,14%	2.844.916,70	42,20%	-198.594,78	-6,53%
Auditorias / VEC	812.487,03	11,9%	711.238,36	10,17%	-101.248,67	-12,46%	560.919,95	8,32%	-150.318,41	-21,13%
TOTAL DO ANO	6.800.594,33	100,0%	6.992.249,70	100,00%	191.655,37	2,82%	6.742.161,98	100,00%	-250.087,72	-3,58%

A receita emolumentar liquidada apresenta uma diminuição de 3,58%, face à liquidada no ano de 2017 (-250.087,72 euros). Esta diminuição decorre essencialmente da redução verificada ao nível da receita relativa às auditorias e verificação externa de contas, acompanhada por um decréscimo na Verificação Interna de Contas. Apenas a tipologia de receita relativa à Fiscalização prévia e concomitante apresenta uma variação positiva.

2.2.1.2. Evolução do Saldo de Gerência

QDR IV (em euros)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Saldo p/ gerência seguinte (31.12.ano-n)	22.714.761	26.077.111	25.869.419	23.272.024	19.786.705	21.436.996	21.623.438	23.032.504	24.258.199
Recurso ao saldo da gerência anterior	237.902	217.203	339.901	2.454.740	3.002.219	0	58.233	0	0
1. Insuficiência do Orçamento do Estado	444.391	573.928	724.703	4.880.985	4.827.981	772.322	1.658.751	1.185.214	1.049.044
2. Insuficiência de receitas próprias	0	0	0	0	8.407	0	0	0	114.011

Conforme explanado no quadro n.º IV, no período de 2010 a 2011, a execução orçamental do Cofre Privativo proporcionou um aumento dos saldos de gerência gerados, tendência essa que foi quebrada em 2012, fruto das disponibilidades financeiras do Cofre Privativo terem colmatado as situações de insuficiência das dotações do Orçamento do Estado.

No ano de 2015, é invertida a situação observando-se um acréscimo no valor do saldo de gerência de 1.650.291 euros. Em 2018 manteve-se esta tendência apurando-se um saldo para a gerência seguinte de 24.258.199 euros, valor que reflete um aumento de 1.225.695 euros.

Relativamente à Secção Regional dos Açores, a insuficiência das verbas do Orçamento do Estado não pôde ser colmata, na sua totalidade, pelo orçamento do Cofre Privativo, através do seu saldo de gerências anteriores, pelo que, à semelhança de anos transatos, esta insuficiência teve de ser suprimida, integralmente, por um reforço proveniente das dotações do Tribunal de Contas (Sede), no valor de 151.000 euros, com vista a possibilitar o pagamento das despesas com o pessoal, respeitantes a parte do mês de novembro e à totalidade do mês de dezembro.

² Receita líquida de anulações e restituições.



2.2.2. Despesa

A observação do quadro n.º V permite obter uma perspetiva integrada da execução orçamental de 2018, quer através da análise do grau de realização, apresentado por cada um dos agrupamentos económicos de despesa, quer pela determinação do seu peso relativo no total de despesa realizada, quer, ainda, pela repartição por fonte de financiamento.

QDR V

(em euros)

FONTE DE FINANCIAMENTO	2016		2017				2018				2018		
	Despesa Realizada (1)	%	Despesa Realizada (2)	%	Variação 2017/2016 (3)-(2)-(1)		Despesa Realizada (4)	%	Variação 2018/2017 (5)-(4)-(2)		Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido - Congel. (6)	Taxa de Execução (7)-(4)/(6)
COFRE PRIVATIVO													
Despesas com pessoal	3.633.894,44	55,28%	3.151.733,67	54,61%	-482.160,77	-13,27%	3.171.093,23	52,89%	19.359,56	0,61%	2.378.502,00	9.191.113,00	34,50%
Bens e serviços correntes	2.344.622,44	35,67%	2.386.064,50	41,34%	41.442,06	1,77%	2.622.796,59	43,74%	236.732,09	9,92%	3.592.441,00	4.021.920,00	65,21%
Bens de Capital	594.928,30	9,05%	233.641,28	4,05%	-361.287,02	-60,73%	202.289,86	3,37%	-31.351,42	-13,42%	644.482,00	2.350.532,00	8,61%
TOTAL	6.573.445,18	100,00%	5.771.439,45	100,00%	-802.005,73	-12,20%	5.996.179,68	100,00%	224.740,23	3,89%	6.615.425,00	15.563.565,00	38,53%
O. E.													
Despesas com pessoal	19.628.730,81	99,97%	20.397.921,55	100,00%	769.190,74	3,92%	21.185.734,54	100,00%	787.812,99	3,86%	18.590.708,00	21.306.639,00	99,43%
Bens e serviços correntes	5.011,13	0,03%	419,24	0,00%	-4.591,89	-91,63%	766,15	0,00%	346,91	82,75%	1.058.981,00	1.500,00	51,08%
Bens de Capital	135,30	0,00%	0,00	0,00%	-135,30	-100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.658.450,00	0,00	0,00%
TOTAL	19.633.877,24	100,00%	20.398.340,79	100,00%	764.463,55	3,89%	21.186.500,69	100,00%	788.159,90	3,86%	21.308.139,00	21.308.139,00	99,43%
COFRE PRIVATIVO + O. E.													
Despesas com pessoal	23.262.625,25	88,76%	23.549.655,22	89,99%	287.029,97	1,23%	24.356.827,77	89,60%	807.172,55	3,43%	20.969.210,00	30.497.752,00	79,86%
Bens e serviços correntes	2.349.633,57	8,97%	2.386.483,74	9,12%	36.850,17	1,57%	2.623.562,74	9,65%	237.079,00	9,93%	4.651.422,00	4.023.420,00	65,21%
Bens de Capital	595.063,60	2,27%	233.641,28	0,89%	-361.422,32	-60,74%	202.289,86	0,74%	-31.351,42	-13,42%	2.302.932,00	2.350.532,00	8,61%
TOTAL	26.207.322,42	100,00%	26.169.780,24	100,00%	-37.542,18	-0,14%	27.182.680,37	100,00%	1.012.900,13	3,87%	27.923.564,00	36.871.704,00	73,72%

O orçamento corrigido do Tribunal de Contas reflete o recurso ao mecanismo previsto no artigo 25.º da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001).

Em termos globais, o exercício de 2018 encerrou com um volume de despesa superior a 2017 em 3,87%, correspondente a 1.012.900,13 euros e com uma taxa de execução de 73,72%, verificando-se um aumento das despesas com pessoal (807.172,55 euros) e da aquisição de bens e serviços correntes (237.079,00 euros).

Nos exercícios de 2016 a 2018 as dotações do Orçamento do Estado suportaram, quase exclusivamente, despesas com o pessoal, cuja representatividade corresponde a 99,97% em 2016 e 100,00% em 2017 e 2018, da despesa total, apresentando, o exercício de 2018, um volume de despesa superior a 2017 em 3,86%, correspondente a 787.812,99 euros.

Refira-se que as dotações do Orçamento do Estado, à semelhança de exercícios anteriores, foram insuficientes para o pagamento integral das despesas com o pessoal, tendo os Cofres Privativos suportado parte das remunerações certas e permanentes, num total de 1.065.612 euros.

No que diz respeito ao total de despesa efetuada por conta do orçamento do Cofre Privativo, a mesma ascende a 5.996.179,68 euros, em que 3.171.093,23 euros correspondem a despesas com o pessoal, 2.622.796,59 euros a aquisição de bens e serviços correntes e 202.289,86 euros a aquisição de bens de capital.

O orçamento do Cofre Privativo suportou ainda a totalidade dos encargos associados às demais despesas, entre as quais, deslocações em serviço de efetivos do Tribunal de Contas e seus Serviços de Apoio, não só no território nacional como no estrangeiro.

Refira-se, ainda, que a despesa efetiva de 2018 não reflete o valor de 597.263,73 euros relativos a compromissos assumidos e não pagos que transitaram para o exercício de 2019.



2.2.2.1. Taxa de Cobertura e Saldo da Gerência

O quadro n.º VI revela a taxa de cobertura da receita cobrada no exercício, relativamente ao total de despesa realizada.

QDR VI (em euros)

ANO	Receita Exercício (1)	Despesa Realizada (2)	Saldo (3)=(1)-(2)	Taxa de Cobertura (4)=(1)/(2)	Encargos OE
2015	6.856.653	5.208.089	1.648.564	1,32	
2016	6.759.888	6.573.445	186.443	1,03	
2017	7.192.552	5.771.439	1.421.112	1,25	
2018	7.221.874	5.996.180	1.225.694	1,20	
Sem encargos transferidos do Orçamento do Estado					
2015	6.856.653	4.435.767	2.420.886	1,55	772.322
2016	6.759.888	4.914.694	1.845.194	1,38	1.658.751
2017	7.192.552	4.586.225	2.606.326	1,57	1.185.214
2018	7.221.874	5.512.469	1.709.405	1,31	1.049.044

Da observação do quadro, verifica-se que o indicador relativo à taxa de cobertura no exercício de 2018 é superior a 1 tendo a receita cobrada sido superior ao total de despesa realizada em 1.225.694 euros.

No entanto, se excluirmos desta análise os encargos que o Cofre Privativo suportou, por insuficiência das dotações do Orçamento do Estado, e que, conforme referido anteriormente, ascenderam a 1.049.044 euros, a taxa de cobertura cifrar-se-ia em 1,31, correspondendo a um saldo positivo de 1.709.405 euros.

Após a análise da gestão orçamental relativa ao ano económico de 2018, onde se procedeu à caracterização e estudo da evolução do financiamento do TC, bem como à análise da execução dos orçamentos da receita e despesa associados, pretende-se, nos pontos seguintes, evidenciar a situação financeira e patrimonial através da análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.



W 788
LB

3. Demonstrações financeiras

3.1. Balanço

O Balanço do Tribunal de Contas referente a 31 de dezembro de 2018, apresentado no quadro n.º VII, evidencia, para além da situação patrimonial do Tribunal naquela data, a variação ocorrida na composição e no valor do património, através da comparação com o balanço reportado a 31 de dezembro de 2017.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2018

QDR VII		2018				2017				(em euros)	
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES / PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO	CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2018	2017		
	ATIVO										
	IMOBILIZADO						FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						FUNDOS PRÓPRIOS				
433	Propriedade Industrial e Outros Diretos	698.606,94	674.563,04	24.043,90	36.540,84	51	Património	18.961.949,76	18.961.949,76		
		698.606,94	674.563,04	24.043,90	36.540,84	575	Subsídio	0,00	0,00		
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					576	Doações	71.665,52	71.620,72		
421	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	0,00	2.953.036,82	2.953.036,82	577	Reservas Dec. Transf. Ativos	0,00	0,00		
422	Edifícios e Outras Construções	15.045.012,32	7.995.996,99	7.049.015,33	7.442.797,43	579	Outras	0,00	0,00		
423	Equipamento Básico	3.668.138,99	3.389.550,12	278.588,87	314.023,87	59	Resultados Transitados	14.841.256,61	14.427.914,93		
424	Equipamento de Transporte	122.426,07	122.426,07	0,00	2.545,78	88	Resultado Líquido do Exercício	-32.983,00	413.341,68		
425	Ferramentas e Utensílios	7.536,23	7.536,23	0,00	0,00		TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	33.841.888,89	33.874.827,09		
426	Equipamento Administrativo	3.186.156,28	3.091.034,35	95.121,93	100.519,01		PASSIVO				
429	Outras Imob.Corpóreas	1.260.124,68	96.315,14	1.163.809,54	1.156.289,03	29	Provisões para Riscos e Encargos	7.096,00	7.096,00		
442	Imobilizações em curso		0,00	0,00	0,00			7.096,00	7.096,00		
		26.242.431,39	14.702.858,90	11.539.572,49	11.969.211,94		DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO				
4141	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	23.692,90	221	Fornecedores C/C	85.809,80	109.546,07		
4142	Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	44.628,31	228	Fornecedores - Facturas em Receção e Conf.	78.519,64	100.214,05		
		0,00	0,00	0,00	68.321,21	2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	0,00	0,00		
	CIRCULANTE					24	Estado e outros Entes Públicos	27.206,35	322.631,88		
	EXISTÊNCIAS					262	Remunerações a Pagar	0,00	0,00		
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	99.214,96	53.825,43	45.389,53	43.060,03	267	Consultores, Assesores	2.767,50	0,00		
32	Mercadorias	11.489,39	8.983,43	2.505,96	0,00	268	Outros credores diversos	25.748,03	22.779,59		
		110.704,35	62.808,86	47.895,49	43.060,03		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	220.051,32	555.171,59		
211	Clientes C/C	605,12	0,00	605,12	10.339,46	273	Acréscimos de custos	3.431.665,43	3.395.704,02		
212	Contribuintes C/C	669.997,53	0,00	669.997,53	876.995,84	274	Provetos diferidos	1.798.747,46	1.824.081,91		
218	Clientes, Cont. e Utentes de cobrança duvidosa	102.648,04	102.648,04	0,00	0,00		TOTAL DO PASSIVO	5.230.412,89	5.219.785,95		
221	Fornecedores C/C	0,00	0,00	0,00	0,00			5.457.560,21	5.782.053,54		
229	Adiantamento a fornecedores	449,64	0,00	449,64	375,30						
24	Estado e outros Entes Públicos	3.773,45	0,00	3.773,45	4.149,44						
262	Pessoal - Outras Operações	4.606,94	0,00	4.606,94	2.103,94						
268	Outros Devedores Diversos	13.144,30	0,00	13.144,30	30.505,80						
		795.285,02	102.648,04	692.636,98	924.469,78						
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS										
153	Títulos da Dívida Pública	0,00	0,00	0,00	0,00						
		0,00	0,00	0,00	0,00						
	CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA										
	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA										
13	Contas no Tesouro	24.298.481,19	0,00	24.298.481,19	23.378.099,89						
12	Depósitos em Instituições Financeiras	1.565,11	0,00	1.565,11	2.933,83						
11	Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00						
		24.300.046,30	0,00	24.300.046,30	23.381.033,72						
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS										
271	Acréscimos de provetos	2.562.860,03	0,00	2.562.860,03	3.126.352,86						
272	Custos diferidos	132.393,91	0,00	132.393,91	107.890,25						
		2.695.253,94	0,00	2.695.253,94	3.234.243,11						
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		15.377.421,94								
	TOTAL DAS PROVISÕES		102.648,04								
	TOTAL DO ATIVO	54.842.327,94	15.480.069,98	39.299.449,10	39.656.880,63		TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	39.299.449,10	39.656.880,63		

Da observação do balanço pode concluir-se que as Disponibilidades existentes na conta do Tesouro, e em depósitos em instituições financeiras, no total de 24.300.046,30 euros, o Imobilizado, que ascende a 11.563.616,39 euros, e os Acréscimos e Diferimentos, no total de



WJ 86 LB.

2.695.253,94 euros, correspondem à quase totalidade do ativo líquido, cujo montante ascende a 39.299.449,10 euros.

Ao nível das Existências, foram constituídas provisões para depreciação de existências num total de 62.808,86 euros, das quais em que 8.983,43 euros correspondem à provisão relativa à Revista do Tribunal de Contas, e 53.825,43 euros dizem respeito à provisão associada aos bens adquiridos e destinados a consumo interno.

Para melhor compreensão e análise da evolução do património verificada no período 2018-2017, foram elaborados os quadros n.º VIII - *Comparação do ativo líquido* e n.º IX - *Comparação dos fundos próprios e passivo*, nos quais se apresentam, em termos absolutos e percentuais, a variação referida anteriormente.

2.1.1. Ativo Líquido

QDR VIII		VARIACÃO (em euros)			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2018	2017	ABS.	%
ATIVO					
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	24.043,90	36.540,84	-12.496,94	-34,20%
		24.043,90	36.540,84	-12.496,94	-34,20%
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
421	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	2.953.036,82	0,00	0,00%
422	Edifícios e Outras Construções	7.049.015,33	7.442.797,43	-393.782,10	-5,29%
423	Equipamento Básico	278.588,87	314.023,87	-35.435,00	-11,28%
424	Equipamento de Transporte	0,00	2.545,78	-2.545,78	-100,00%
425	Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00%
426	Equipamento Administrativo	95.121,93	100.519,01	-5.397,08	-5,37%
429	Outras Imob.Corpóreas	1.163.809,54	1.156.289,03	7.520,51	0,65%
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00%
		11.539.572,49	11.969.211,94	-429.639,45	-3,59%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
4141	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	23.692,90	-23.692,90	-100,00%
4142	Edifícios e Outras Construções	0,00	44.628,31	-44.628,31	-100,00%
		0,00	68.321,21	-68.321,21	-2,00%
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS					
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	45.389,53	43.060,03	2.329,50	5,41%
32	Mercadorias	2.505,96	0,00	2.505,96	0,00%
		47.895,49	43.060,03	4.835,46	11,23%
DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
211	Clientes C/C	665,12	10.339,46	-9.674,34	-93,57%
212	Contribuintes C/C	669.997,53	876.995,84	-206.998,31	-23,60%
218	Clientes, Cont. e Utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00%
221	Fornecedores C/C	0,00	0,00	0,00	0,00%
229	Adiantamento a fornecedores	449,64	375,30	74,34	19,81%
24	Estado e outros Entes Públicos	3.773,45	4.149,44	-375,99	-9,06%
262	Pessoal - Outras Operações	4.606,94	2.103,94	2.503,00	118,97%
268	Outros Devedores Diversos	13.144,30	30.505,80	-17.361,50	-56,91%
		692.636,98	924.469,78	-231.832,80	-25,08%
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
153	Títulos da Dívida Pública	0,00	0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00	0,00%
CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA					
13	Contas no Tesouro	24.298.481,19	23.378.099,89	920.381,30	3,94%
12	Depósitos em Instituições Financeiras	1.565,11	2.933,83	-1.368,72	-46,65%
11	Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00%
		24.300.046,30	23.381.033,72	919.012,58	3,93%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
271	Acréscimos de proveitos	2.562.860,03	3.126.352,86	-563.492,83	-18,02%
272	Custos diferidos	132.393,91	107.890,25	24.503,66	22,71%
		2.695.253,94	3.234.243,11	-538.989,17	-16,67%
	TOTAL DO ATIVO	39.299.449,10	39.656.880,63	-357.431,53	-0,90%

Da análise do quadro n.º VIII constata-se que o ativo líquido diminuiu 357.431,53 euros (0,90%), comparativamente ao apurado no exercício de 2017.



Relativamente ao imobilizado, verifica-se um decréscimo de 34,20% no valor do imobilizado incorpóreo, enquanto o imobilizado corpóreo apresenta uma diminuição de 3,59%, e que resulta, essencialmente, da depreciação registada na grande maioria dos bens que o compõem

O exercício de 2018 reflete, ainda, processos de abate ao ativo imobilizado do Tribunal de Contas, num total de 612.058,91 euros. De referir que o valor líquido dos bens abatidos se cifrava em 3.121,98 euros.

2.1.2. Fundos Próprios e Passivo

Como resulta da observação do quadro n.º IX, os Fundos Próprios correspondem a 33.841.888,89 euros e o Passivo 5.457.560,21 euros, dos quais 220.051,32 euros são relativos a Dívidas a Terceiros e 5.230.412,89 euros referem-se a Acréscimos e Diferimentos.

QDR IX		<i>(em euros)</i>			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2018	2017	ABS.	%
FUNDOS PRÓPRIOS					
51	Património	18.961.949,76	18.961.949,76	0,00	0,00%
575	Subsídio	0,00	0,00	0,00	0,00%
576	Doações	71.665,52	71.620,72	44,80	0,06%
577	Reservas Dec. Transf. Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00%
579	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00%
59	Resultados Transitados	14.841.256,61	14.427.914,93	413.341,68	2,86%
88	Resultado Líquido do Exercício	-32.983,00	413.341,68	-446.324,68	-107,98%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		33.841.888,89	33.874.827,09	-32.938,20	0,10%
PASSIVO					
29	Provisões para Riscos e Encargos	7.096,00	7.096,00	0,00	0,00%
		7.096,00	7.096,00	0,00	0,00%
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO					
221	Fornecedores C/C	85.809,80	109.546,07	-23.736,27	-21,67%
228	Fornecedores - Facturas Recep. e Conf.	78.519,64	100.214,05	-21.694,41	-21,65%
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	0,00	0,00	0,00	0,00%
24	Estado e outros Entes Públicos	27.206,35	322.631,88	-295.425,53	-91,57%
262	Remunerações a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00%
267	Consultores, Assesores	2.767,50	0,00	2.767,50	0,00%
268	Outros credores diversos	25.748,03	22.779,59	2.968,44	13,03%
		220.051,32	555.171,59	-335.120,27	-60,36%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
273	Acréscimos de custos	3.431.665,43	3.395.704,02	35.961,41	1,06%
274	Proveitos diferidos	1.798.747,46	1.824.081,93	-25.334,47	-1,39%
		5.230.412,89	5.219.785,95	10.626,94	0,20%
TOTAL DO PASSIVO		5.457.560,21	5.782.053,54	-324.493,33	-5,61%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		39.299.449,10	39.656.880,63	-357.431,53	-0,90%

Para a diminuição dos fundos próprios (32.938,20 euros) contribuiu, a redução do resultado líquido do exercício no montante de 446.324,68 euros.

Refira-se que, a variação de 25.334,47 euros, verificada ao nível dos proveitos diferidos, reflete, essencialmente, as amortizações do ano do Edifício da Secção Regional da Madeira, que foi adquirido com recurso a verba do Capítulo 50 –PIDDAC.



Handwritten signature

2.2. Demonstração de Resultados

O quadro n.º X evidencia os custos e proveitos, segundo a sua natureza, tendo por finalidade o apuramento dos resultados do exercício económico em análise, bem como a sua comparação com o exercício de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA EM 31.12.2018

QDR X		(em euros)			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIOS			
		2018		2017	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	64.557,93	64.557,93	80.751,76	80.751,76
62	Fornecimentos e Serviços Externos		2.448.582,54		2.445.412,61
64	Custos com o Pessoal				
641 + 642	Remunerações do pessoal	19.944.865,62		19.084.829,68	
643	Pensões	4.419.827,88		8.737,22	
645	Encargos sobre Remunerações			4.264.093,18	
646	Seguros de Acidentes de Trabalho	6.944,42		5.677,40	
647	Encargos Sociais Voluntários				
648	Outros Custos com o Pessoal	20.264,90	24.391.902,82	15.494,40	23.378.831,88
63	Transferências Correntes Concedidas Prestações Sociais		0,00	0,00	0,00
66	Amortizações de Exercício	641.719,57		657.932,17	
67	Provisões do Exercício	48.491,77	690.211,34	43.055,57	700.987,74
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		18.395,74		29.799,18
	(A)		27.613.650,37		26.635.783,17
68	Custos e Perdas Financeiras		422,70		960,06
	(C)		27.614.073,07		26.636.743,23
69	Custos e Perdas Extraordinárias		523.268,19		600.135,71
	(E)		28.137.341,26		27.236.878,94
86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				0,00
	(G)		28.137.341,26		27.236.878,94
88	Resultado Líquido do Exercício		-32.983,00		413.341,68
			28.104.358,26		27.650.220,62
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas e Prestações de Serviços	138,06	138,06	1.119,82	1.119,82
72	Impostos e Taxas	6.580.873,49		6.858.068,59	
73	Proveitos Suplementares	84.172,71		193.130,81	
74	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos:			0,00	
741	Transferências - Tesouro			0,00	
742	Transferências Correntes Obtidas	21.186.500,69		20.398.340,47	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		27.851.546,89	28.705,33	27.478.245,20
	(B)		27.851.684,95		27.479.365,02
78	Proveitos e Ganhos Financeiros				32.340,50
	(D)		27.851.684,95		27.511.705,52
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		252.673,31		138.515,10
	(F)		28.104.358,26		27.650.220,62
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			238.034,58		843.581,85
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =			-422,70		31.380,44
Resultados correntes: (D) - (C) =			237.611,88		874.962,29
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			-32.983,00		413.341,68
Resultado líquido do exercício (F) - (G) =			-32.983,00		413.341,68

209 88
LB.

Da análise da demonstração de resultados conclui-se que o total dos Custos e Perdas em 2018 ascendeu a 28.137.341,26 euros, dos quais 27.613.650,37 euros dizem respeito a custos e perdas operacionais, 422,70 euros são de natureza financeira e os restantes 523.268,19 euros, de natureza extraordinária.

Relativamente aos Custos e perdas operacionais, destacam-se os Custos com o Pessoal, que correspondem a 88,33% do seu total (24.391.902,82 euros). As remunerações do pessoal, (19.944.865,62 euros) correspondem à quase totalidade dos custos com o pessoal, tendo registado um aumento de 860.035,94 euros face ao montante apurado no ano anterior.

A variação verificada ao nível dos custos com o pessoal é fundamentada no artigo 18.º da Lei nº 114/17, de 28 de dezembro, que possibilitou, a partir do dia 1 de janeiro de 2018, as valorizações e acréscimos remuneratórios, devidos pelas alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão. Desta situação decorreu, necessariamente, um acréscimo dos custos com os encargos sobre as remunerações. A esta alteração de quadro legal, acresceu o preenchimento da totalidade do Colégio de Juizes Conselheiros do Tribunal de Contas.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), foi aprovado um Plano de Contas Multidimensional. Atendendo à necessidade de se estabelecer uma equivalência entre este plano e o POCP, foram criadas novas contas neste referencial contabilístico para efeitos de equivalência. Desta situação decorreu que com os custos relativos às Pensões, no montante de 8.901,76 euros, durante o ano 2018 passaram a integrar a conta 642 - Remunerações do pessoal.

Os Custos e Perdas Extraordinários, num total de 523.268,19 euros, englobam as perdas apuradas em existências e imobilizado, as correções relativas a exercícios anteriores e outros custos e perdas extraordinários, entre os quais, a redução de proveitos especializados em sede de verificação interna de contas.

Os Proveitos e Ganhos de 2018, superiores em 1,64% (454.137,64 euros) ao apurado no exercício anterior, correspondem a 28.104.358,26 euros dos quais 27.851.684,95 euros respeitam a proveitos e ganhos operacionais.

Considerando que aplicação financeira em Dívida de Curto Prazo-CEDIC foi desenvolvida essencialmente com o propósito de disponibilizar uma forma de aplicação, de curto prazo, dos excedentes de tesouraria das entidades do sector público administrativo, em janeiro de 2018, foram solicitadas as taxas para uma eventual subscrição tendo por limite de maturidade a data de 31 de dezembro de 2018. Aquando da análise das taxas CEDIC disponibilizadas pelo IGCP, verificou-se que, para a data de maturidade indicada, a taxa de juro era nula, independentemente do valor a aplicar, razão pela qual não foi efetuada, não se tendo, portanto, verificado proveitos e ganhos de natureza financeira.

O montante de 252.673,31 euros relativo a Proveitos Extraordinários é, essencialmente, justificado pela redução de provisões anteriormente constituídas ao nível de bens de consumo e de clientes, pela regularização da especialização efetuada em anos anteriores no âmbito de despesas com pessoal, pela devolução por parte da Câmara Municipal de Lisboa dos valores pagos em anos anteriores, referentes à taxa de proteção civil, e pelo produto da venda da casa de função de São Gonçalo.



A conjugação dos fatores referenciados, contribuiu para o apuramento de um Resultado Líquido negativo de 32.983,00 euros.

2.3. Outras Observações

2.3.1. Dívidas de Terceiros

QDR XI (em euros)

DÍVIDA DE TERCEIROS	Anteriores a 2016		2016		2017		2018		TOTAL	
		%		%		%		%		%
Emolumentos	57.234,87	98,75%	55.904,11	98,65%	94.455,33	99,54%	561.704,71	97,36%	769.299,02	97,82%
Fiscalização prévia e concomitante	23.564,13	40,66%	954,55	1,68%	60.529,89	63,79%	126.466,12	21,92%	211.514,69	26,89%
Verificação interna de contas	30.717,82	53,00%	44.812,28	79,08%	24.947,95	26,29%	255.398,86	44,27%	355.876,91	45,25%
Auditorias / VEC	0,00	0,00%	8.582,00	15,14%	7.535,41	7,94%	136.893,14	23,73%	153.010,55	19,46%
Outros	2.952,92	5,09%	1.555,28	2,74%	1.442,08	1,52%	42.946,59	7,44%	48.896,87	6,22%
Outras tipologias	722,57	1,25%	763,01	1,35%	437,35	0,46%	15.230,88	2,64%	17.153,81	2,18%
TOTAL DA DÍVIDA	57.957,44	100,00%	56.667,12	100,00%	94.892,68	100,00%	576.935,59	100,00%	786.452,83	100,00%
		7,37%		7,21%		12,07%		73,36%		100,00%

Do total da dívida de terceiros a 31 de dezembro, 73,36% resulta da liquidação de receita relativa ao exercício em análise, existindo ainda 12,07% de receita por cobrar do exercício de 2017, 7,21% do exercício de 2016 e os restantes 7,37%, constituem dívida de receita reconhecida em anos anteriores.

Do total da dívida de terceiros, resultante da atividade de fiscalização do Tribunal, constata-se que a receita com maior preponderância refere-se à verificação interna de contas (45,25%), com um total de 355.876,91 euros de receita por cobrar.

2.3.2. Especialização de Proveitos

QDR XII (em euros)

Código Contas	Designação	Saldo Inicial 01-01-2018	Aumento	Redução	Saldo Final 31-12-2018
2.7.1.1.	Acréscimo de proveitos - Juros a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7.1.2.2	Acréscimo de proveitos - Impostos e taxas	3.118.085,27	1.424.609,37	1.984.515,29	2.558.179,35
2.7.1.3.	Acréscimo de proveitos - Proveitos suplementares	2.800,60	3.093,90	2.800,60	3.093,90
2.7.1.6.	Acréscimo de proveitos - Outros Proveitos Ganhos Operacionais	5.466,99	1.713,65	5.613,86	1.566,78
2.7.1.9.	Acréscimo de proveitos - Outros extraordinários	0,00	20,00	0,00	20,00
	Total	3.126.352,86	1.429.436,92	1.992.929,75	2.562.860,03

As demonstrações financeiras do Tribunal apresentam em especialização de proveitos a 31.12.2018 com um saldo de 2.562.860,03 euros, sendo que o montante de 2.558.179,35 euros encontra-se associado a processos que podem dar origem à fixação de emolumentos.



Handwritten signature and initials

2.3.3. Evolução de Custos com Fornecimentos e Serviços Externos

CUSTOS RECONHECIDOS	2016		2017		2017 / 2016		2018		2018 / 2017	
	Custos reconhecidos (1)	%	Custos reconhecidos (2)	%	Variação		Custos reconhecidos (5)	%	Variação	
					Abs. (3) = (2) - (1)	% (4) = (3)/(1)			Abs. (6) = (5) - (2)	% (7) = (6)/(2)
Deslocações e estadas	227.481,75	10,25%	297.510,66	12,17%	70.028,91	30,78%	302.458,14	12,35%	4.947,48	1,66%
Transportes - nacional	111.808,96		126.898,53		15.089,57	13,50%	138.442,67		11.544,14	9,10%
Transportes - estrangeiro	61.946,19		113.821,11		51.874,92	83,74%	99.949,36		-13.871,75	-12,19%
Alojamento - nacional	27.769,60		27.690,65		-78,95	-0,28%	20.943,17		-6.747,48	-24,37%
Alojamento - estrangeiro	25.957,00		29.100,37		3.143,37	12,11%	43.122,94		14.022,57	48,19%
Comunicações	133.174,96	6,00%	126.129,50	5,16%	-7.045,46	-5,29%	110.793,58	4,52%	-15.335,92	-12,16%
Fisas	32.125,46		28.354,69		-3.770,77	-11,74%	25.169,63		-3.185,06	-11,23%
Móveis	14.988,12		13.491,69		-1.496,43	-9,98%	7.586,12		-5.905,57	-43,77%
De dados	22.161,02		20.741,24		-1.419,78	-6,41%	18.040,71		-2.700,53	-13,02%
Correios	36.209,85		36.389,64		179,79	0,50%	32.961,93		-3.427,71	-9,42%
Outras	27.690,51		27.152,24		-538,27	-1,94%	27.035,19		-117,05	-0,43%
Conservação e reparação	495.289,73	22,32%	492.640,68	20,15%	-2.649,05	-0,53%	566.752,69	23,15%	74.112,01	15,04%
Edifícios	46.924,55		36.497,92		-10.426,63	-22,22%	77.179,89		40.681,97	111,46%
Equipamento básico e administrativo	339.402,56		351.065,98		11.663,42	3,44%	368.718,67		17.652,69	5,03%
Viaturas	3.075,83		1.845,87		-1.229,96	-39,99%	4.204,74		2.358,87	127,79%
Outras	105.886,79		103.230,91		-2.655,88	-2,51%	116.649,39		13.418,48	13,00%
Encargos das instalações	722.920,62	32,58%	700.209,26	28,63%	-22.711,36	-3,14%	667.667,40	27,27%	-32.541,86	-4,65%
Electricidade	163.860,76		158.497,42		-5.363,34	-3,27%	158.662,40		164,98	0,10%
Água	14.041,09		26.021,55		11.980,46	85,32%	26.817,78		796,23	3,06%
Segurança	314.400,85		272.210,49		-42.190,36	-13,42%	222.651,61		-49.558,88	-18,21%
Limpeza	230.617,92		243.479,80		12.861,88	5,58%	259.535,61		16.055,81	6,59%
Trabalhos especializados	356.230,98	16,05%	481.119,95	19,67%	124.888,97	35,06%	407.979,68	16,66%	-73.140,27	-15,20%
Formação	26.460,88	1,19%	25.439,30	1,04%	-1.021,58	-3,86%	32.760,60	1,34%	7.321,30	28,78%
Rendas - Outros bens	67.666,52	3,05%	94.637,00	3,87%	26.970,48	39,86%	140.421,26	5,73%	45.784,26	48,38%
Outros fornecimentos e serviços externos	189.961,59	8,56%	227.726,26	9,31%	37.764,67	19,88%	219.749,19	8,97%	-7.977,07	-3,50%
TOTAL	2.219.187,03	100,00%	2.445.412,61	100,00%	226.225,58	10,19%	2.448.582,54	100,00%	3.169,93	0,13%

Em termos globais, os custos com o fornecimento de bens e serviços apresentam um aumento de 0,13 %, face ao exercício de 2017, correspondente ao montante de 3.169,93 euros.

Importa mencionar que os valores com deslocações e estadas, rendas-outros bens e outros fornecimentos e serviços externos incluem os custos respeitantes à realização de seminários.

Verifica-se que os encargos com as instalações (27,27%) e os encargos com a conservação e reparação (23,15%) são os que apresentam o maior peso, do total dos custos reconhecidos neste período.

Os trabalhos especializados, representam 16,66% da totalidade dos custos (407.979,68 euros), apresentando um decréscimo de 15,20% face ao ano transato, decorrente, essencialmente, da variação verificada ao nível dos outros trabalhos especializados, nos quais se incluem os encargos financeiros decorrentes do procedimento concursal para a nomeação de Juízes Conselheiros, concluído em 2017, através do qual ficou completo o Colégio de Juízes Conselheiros do Tribunal de Contas.

A variação verificada ao nível das comunicações móveis e dos serviços de segurança, é justificada pela renegociação do contrato em vigor, no que concerne às comunicações, e à celebração do novo contrato relativamente aos serviços de segurança para os edifícios da Sede.



2.3.4. Evolução de Custos com Pessoal

QDR XIV

(em euros)

CUSTOS RECONHECIDOS	2016		2017		2017 / 2016		2018		2018 / 2017	
	Custos reconhecidos (1)	%	Custos reconhecidos (2)	%	Variação		Custos reconhecidos (5)	%	Variação	
					Abs. (3) = (2) - (1)	% (4) = (3)/(1)			Abs. (6) = (5) - (2)	% (7) = (6)/(2)
Remunerações	17.355.955,32	74,53%	17.410.283,10	74,47%	54.327,78	0,31%	18.083.545,88	74,14%	673.262,78	3,87%
Remuneração base	14.309.324,03	61,45%	14.311.763,73	61,22%	2.439,70	0,02%	14.849.169,28	60,88%	537.405,55	3,75%
Subsídio de refeição	481.834,09	2,07%	503.726,85	2,15%	21.892,76	4,54%	528.196,45	2,17%	24.469,60	4,86%
Subsídio de férias e de Natal	2.417.703,63	10,38%	2.441.715,12	10,44%	24.011,49	0,99%	2.548.329,16	10,45%	106.614,04	4,37%
Trabalho extraordinário	81.182,21	0,35%	76.076,98	0,33%	-5.105,23	-6,29%	84.221,34	0,35%	8.144,36	10,71%
Maternidade e paternidade	17.882,52	0,08%	19.886,25	0,09%	2.003,73	11,20%	16.435,43	0,07%	-3.450,82	-17,35%
Representação	48.028,84	0,21%	57.114,17	0,24%	9.085,33	18,92%	57.194,22	0,23%	80,05	0,14%
Encargos sociais	4.255.019,37	18,27%	4.259.939,99	18,22%	4.920,62	0,12%	4.422.687,88	18,13%	162.747,89	3,82%
ADSE	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2.860,00	0,01%	2.860,00	100,00%
Caixa Geral de Aposentações	4.033.319,67	17,32%	4.014.052,63	17,17%	-19.267,04	-0,48%	4.107.267,07	16,84%	93.214,44	2,32%
Segurança Social	221.699,70	0,95%	245.887,36	1,05%	24.187,66	10,91%	312.560,81	1,28%	66.673,45	27,12%
Outros custos com o pessoal	1.675.895,99	7,20%	1.708.608,79	7,31%	32.712,80	1,95%	1.885.669,06	7,73%	177.060,27	10,36%
Ajudas de custo - Nacional	41.253,06	0,18%	56.440,83	0,24%	15.187,77	36,82%	36.902,22	0,21%	-19.538,61	-34,62%
Ajudas de custo - Estrangeiro	24.768,72	0,11%	44.603,13	0,19%	19.834,41	80,08%	50.709,04	0,00%	6.105,91	13,69%
Despesas de Saúde	2.897,07	0,01%	1.680,32	0,01%	-1.216,75	-42,00%	980,62	6,99%	-699,70	-41,64%
Sub. compensação e supl. disponibilidade permanente	1.551.453,72	6,66%	1.533.578,43	6,56%	-17.875,29	-1,15%	1.704.368,60	6,99%	170.790,17	11,14%
Outros custos	55.523,42	0,24%	72.306,08	0,31%	16.782,66	30,23%	92.708,58	0,38%	20.402,50	28,22%
TOTAL	23.286.870,68	100,00%	23.378.831,88	100,00%	91.961,20	0,39%	24.391.902,82	100,00%	1.013.070,94	4,33%

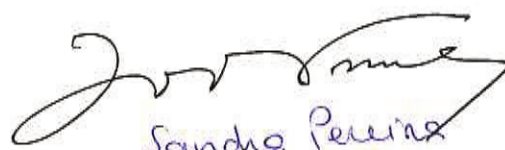
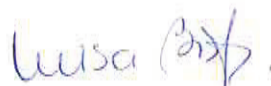
Os custos com o pessoal sofreram um aumento de 4,33% face a ano transato, justificado pelo facto de através do artigo 18.º da Lei nº 114/17, de 28 de dezembro, terem sido permitidas, a partir do dia 1 de janeiro de 2018, as valorizações e acréscimos remuneratórios devidos pelas alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão situação conjuntamente com o preenchimento da totalidade do Colégio de Juizes Conselheiros do Tribunal de Contas. Este último acontecimento foi um elemento determinante para a variação positiva de 11,14% (170.790,17 euros) observada ao nível do subsídio de compensação e fixação de suplemento de disponibilidade permanente.

A diminuição verificada ao nível do total das ajudas de custo reflete os custos relativos à execução do Projeto Pro- PALOP-TL-ISC, em 2017, no montante de 30.568,42 euros.

A variação verificada ao nível de outros custos com o pessoal – ADSE, encontra justificação no facto de, a partir de 30 de outubro de 2017, as sessões de junta médica e de verificação domiciliária da doença, nos termos do n.º 1, da Portaria n.º 324/2017, de 27 de outubro, terem passado a ser oneradas, sendo os custos daí decorrentes, da exclusiva responsabilidade da entidade empregadora.

Lisboa, em 17 de maio de 2019.

O Conselho Administrativo,


Sandra Pereira

Luisa

CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO

Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2018

Pg	Med	Act./Proj.	Classificação Econômica		Dotações Corrigidas (6)	Cativos ou Congelamentos (7)	Compromissos assumidos		Despesas Pagas				Total PG Liq. 3) = (10) + (11) - (1)	Dotação não Comprometida (14) = (6) - (7) - (8) - (9)	Saldo (15) = (6) - (7) - (13)	Compromissos por pagar (16) = (8) + (9) - (13)	Grau de exec. orçamental das despesas (17) = (13) / (6-7) * 100
			Código (4)	Descrição (5)			Ano (8)	Anos Ant. (9)	Ano (10)	Anos Ant. (11)	RAPS (12)						
001	001	264	D.01.01.01.00.00	TITULARES DE ORÇÃOS	1.371.832,00	0,00	1.355.347,62	0,00	1.355.347,62	0,00	0,00	3.059,88	16.484,38	16.484,38	0,00	98,80	
001	001	264	D.01.01.03.00.00	PESSAL DOS QUADROS-	17.058.625,00	0,00	12.690.773,56	0,00	12.690.773,56	0,00	0,00	3.059,88	4.367.851,44	4.367.851,44	0,00	74,40	
001	001	264	D.01.01.05.00.00	PESSAL ALEM DOS QUA-	22.468,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.681,00	8.681,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.01.01.08.00.00	PES AGUARD APOSENT.	467.721,00	0,00	22.466,75	0,00	22.466,75	0,00	0,00	0,00	1,25	1,25	1,25	0,00	99,99
001	001	264	D.01.01.09.00.00	PESSAL EM QUALQUER	59.735,00	0,00	467.719,52	0,00	467.719,52	0,00	0,00	0,00	1,48	1,48	1,48	0,00	100,00
001	001	264	D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	1.235.473,00	0,00	57.194,22	0,00	57.194,22	0,00	160,05	160,05	2.540,78	2.540,78	2.540,78	0,00	95,75
001	001	264	D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PREMIO	555.045,00	0,00	1.001.734,04	0,00	1.001.734,04	0,00	611,97	611,97	234.350,93	234.350,93	234.350,93	0,00	81,03
001	001	264	D.01.01.13.00.00	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	1.263.148,00	0,00	1.260.577,97	0,00	1.260.577,97	0,00	329,13	329,13	26.404,94	26.404,94	26.404,94	0,00	95,24
001	001	264	D.01.01.14.5F.00	SUBSIDIO NATAL	1.255.357,00	0,00	1.255.335,77	0,00	1.255.335,77	0,00	0,00	0,00	21,23	21,23	21,23	0,00	99,80
001	001	264	D.01.01.15.00.00	REM.DOENÇA.MAT/PAT	258.712,00	0,00	258.708,19	0,00	258.708,19	0,00	0,00	0,00	3,81	3,81	3,81	0,00	100,00
001	001	264	D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINARIA	31.746,00	0,00	29.520,62	0,00	29.520,62	0,00	0,00	0,00	2.225,38	2.225,38	2.225,38	0,00	92,99
001	001	264	D.01.02.04.00.00	AJUDAS DE CUSTO	15.300,00	0,00	6.149,31	0,00	6.149,31	0,00	169,17	169,17	9.150,69	9.150,69	9.150,69	0,00	40,19
001	001	264	D.01.02.04.A0.01	AJUDAS DE CUSTO-ANO	157.931,00	0,00	153.694,00	0,00	153.694,00	0,00	2.037,16	2.037,16	4.435,11	4.435,11	4.435,11	0,00	97,19
001	001	264	D.01.02.04.A0.09	AJUDAS DE CUSTO-AA	5.094,00	0,00	3.813,94	0,00	3.813,94	0,00	60,00	60,00	220,36	220,36	220,36	0,00	87,56
001	001	264	D.01.02.05.00.00	ABONO PJ FALHAS	6.500,00	0,00	1.380,00	0,00	1.380,00	0,00	0,00	0,00	1.250,06	1.250,06	1.250,06	0,00	75,31
001	001	264	D.01.02.06.00.00	FORMAÇÃO-ANO	26.072,00	0,00	15.808,08	0,00	15.808,08	0,00	0,00	0,00	10.263,92	10.263,92	10.263,92	0,00	60,63
001	001	264	D.01.02.06.A0.01	FORMAÇÃO-AA	928,00	0,00	927,72	0,00	927,72	0,00	0,00	0,00	0,28	0,28	0,28	0,00	99,97
001	001	264	D.01.02.08.00.00	SUBSIDIOS E ABONOS D	180,00	0,00	675.708,88	0,00	675.708,88	0,00	0,00	0,00	180,00	180,00	180,00	0,00	89,27
001	001	264	D.01.02.12.00.00	INDEMNIZ CESSAÇÃO FUNC	52.575,00	0,00	52.570,07	0,00	52.570,07	0,00	0,00	0,00	4,93	4,93	4,93	0,00	99,99
001	001	264	D.01.02.12.A0.00	INDEMNIZ CESSAÇÃO FUNC	98.037,00	0,00	64.275,15	0,00	64.275,15	0,00	0,00	0,00	33.761,85	33.761,85	33.761,85	0,00	65,56
001	001	264	D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUM	43.708,00	0,00	12.802,21	0,00	11.895,65	0,00	0,00	0,00	30.905,79	30.905,79	30.905,79	0,00	27,22
001	001	264	D.01.02.14.A0.09	OUTROS ABONOS-ANO	719,00	0,00	541,93	0,00	541,93	0,00	0,00	0,00	177,07	177,07	177,07	0,00	75,37
001	001	264	D.01.03.01.00.00	ENCARGOS.COM A SAÚDE	6.150,00	0,00	2.953,00	0,00	2.953,00	0,00	0,00	0,00	3.197,00	3.197,00	3.197,00	0,00	48,02
001	001	264	D.01.03.02.A0.01	OUTROS ENC.SAÚDE-ANO	3.795,00	0,00	456,00	0,00	456,00	0,00	0,00	0,00	3.339,00	3.339,00	3.339,00	0,00	12,02
001	001	264	D.01.03.02.A0.09	OUTROS ENC.SAÚDE-AA	117,00	0,00	116,04	0,00	116,04	0,00	0,00	0,00	0,96	0,96	0,96	0,00	99,18
001	001	264	D.01.03.03.00.00	SUBSIDIO FAMILIAR A	19.342,00	0,00	19.059,86	0,00	19.059,86	0,00	0,00	0,00	282,14	282,14	282,14	0,00	98,54
001	001	264	D.01.03.04.00.00	OUT PRESTAÇÕES FAMIL	5.781,00	0,00	2.980,52	0,00	2.980,52	0,00	0,00	0,00	2.800,48	2.800,48	2.800,48	0,00	51,56
001	001	264	D.01.03.05.A0.00	CAIXA GERAL DE APOSE	270.908,00	0,00	262.678,48	0,00	262.678,48	0,00	0,00	0,00	8.229,52	8.229,52	8.229,52	0,00	96,96
001	001	264	D.01.03.05.A0.80	SEGURANCA SOCIAL - A	35.590,00	0,00	35.482,48	0,00	35.482,48	0,00	0,00	0,00	107,52	107,52	107,52	0,00	99,71
001	001	264	D.01.03.05.A0.B9	SEGURANCA SOCIAL-AA	910,00	0,00	909,12	0,00	909,12	0,00	0,00	0,00	0,88	0,88	0,88	0,00	99,90
001	001	264	D.01.03.06.00.00	ACIDENTES EM SERVIÇO	12.000,00	0,00	1.946,17	0,00	1.946,17	0,00	0,00	0,00	3.579,83	3.579,83	3.579,83	0,00	35,22
001	001	264	D.01.03.08.00.00	OUTRAS PENSÕES	600,00	0,00	8.901,76	0,00	8.901,76	0,00	0,00	0,00	3.098,24	3.098,24	3.098,24	0,00	74,18
001	001	264	D.01.03.09.00.00	SEGUROS	5.584,00	0,00	5.578,66	0,00	5.578,66	0,00	0,00	0,00	5,34	5,34	5,34	0,00	99,90
001	001	264	D.01.03.10.00.00	DOENÇA	5.093,00	0,00	5.093,00	0,00	5.093,00	0,00	0,00	0,00	5,093,00	5,093,00	5,093,00	0,00	99,90
001	001	264	D.01.03.10.CO.00	OUT.DESP.SEG.SOC.	22.431,00	0,00	22.426,43	0,00	22.426,43	0,00	0,00	0,00	4,57	4,57	4,57	0,00	99,98
001	001	264	D.02.01.02.00.00	COMBUSTIVEL E LUBRI	1.500,00	0,00	802,30	0,00	802,30	0,00	175,00	175,00	697,70	697,70	697,70	0,00	53,49
001	001	264	D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	2.120,00	0,00	1.652,16	0,00	1.652,16	0,00	0,00	0,00	1.524,98	1.524,98	1.524,98	0,00	71,63
001	001	264	D.02.01.04.A0.01	LIMPEZA E HIGIENE -	49.834,00	0,00	22.447,79	0,00	22.447,79	0,00	0,00	0,00	467,84	467,84	467,84	0,00	48,87
001	001	264	D.02.01.04.A0.09	LIMPEZA E HIGIENE -	1.194,00	0,00	1.193,80	0,00	1.193,80	0,00	0,00	0,00	0,20	0,20	0,20	0,00	99,98
001	001	264	D.02.01.07.00.00	VESTUÁRIO E ARTIGOS	27.000,00	0,00	13.195,95	0,00	13.195,95	0,00	0,00	0,00	13.195,95	13.195,95	13.195,95	0,00	48,87
001	001	264	D.02.01.08.A0.00	PAPEL	16.500,00	0,00	1.322,05	0,00	1.322,05	0,00	0,00	0,00	15.177,95	15.177,95	15.177,95	0,00	8,01
001	001	264	D.02.01.08.B0.01	Material Escritório	2.978,00	0,00	2.674,60	0,00	2.674,60	0,00	200,00	200,00	303,40	303,40	303,40	0,00	89,40
001	001	264	D.02.01.08.B0.09	Material Escritório	787,00	0,00	786,41	0,00	786,41	0,00	0,00	0,00	0,59	0,59	0,59	0,00	99,93
001	001	264	D.02.01.08.CO.00	OUTROS	8.029,00	0,00	4.929,66	0,00	4.929,66	0,00	0,00	0,00	3.099,34	3.099,34	3.099,34	0,00	49,85

Handwritten signature and initials, including '14' and 'L.B.'

CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO
Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2018

Prq	Med	Act/ Proj.	Classificação Econômica		Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos		Despesas Pagas			Total PC Liq. 3) = (10) + (11) - (1)	Dotação não Comprometida (14) = (6) - (7) - (8) - (9)	Diferenças		Grau de exec. orçamental das despesas (17) = (13) / (6-7) * 100
			Código (4)	Descrição (5)			Ano (8)	Anos Ant. (9)	Ano (10)	Anos Ant. (11)	RAPS (12)			Saldo (15) = (9)-(7) - (13)	Compromissos por pagar (16) = (8) + (9) - (13)	
001	001	264	D.02.01.08.C0.01	OUTROS - ANO	45.290,00	0,00	36.976,42	0,00	26.966,09	0,00	600,00	26.366,09	8.313,58	18.922,91	10.610,33	58,22
001	001	264	D.02.01.08.C0.09	OUTROS - ALANT	8.384,00	0,00	8.222,78	0,00	8.222,78	0,00	0,00	8.222,78	161,22	161,22	0,00	98,08
001	001	264	D.02.01.09.B0.00	VACINAS	2.750,00	0,00	21,23	0,00	21,23	0,00	0,00	21,23	2.728,77	2.728,77	0,00	0,77
001	001	264	D.02.01.09.C0.00	OUTROS	2.950,00	0,00	309,60	0,00	359,60	0,00	50,00	309,60	2.640,40	2.640,40	0,00	10,49
001	001	264	D.02.01.11.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.12.00.00	MATERIAL DE TRANSPOR	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.14.00.00	OUTRO MATERIAL-PEÇAS	6.011,00	0,00	528,66	0,00	528,66	0,00	0,00	528,66	5.482,34	5.482,34	0,00	8,79
001	001	264	D.02.01.15.00.00	PRÊMIOS, CONDECORACÔ	12.100,00	0,00	5.527,38	0,00	5.734,38	0,00	207,00	5.527,38	6.572,62	6.572,62	0,00	45,68
001	001	264	D.02.01.17.00.00	FERRAMENTAS E LITENSÍ	1.100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.18.00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃ	3.900,00	0,00	1.804,77	0,00	2.014,77	0,00	210,00	1.804,77	2.095,23	2.095,23	0,00	46,28
001	001	264	D.02.01.18.A0.01	LIVROS E DOC TEC-ANO	19.392,00	0,00	9.911,97	0,00	9.911,97	0,00	40,00	9.911,97	9.480,03	9.480,03	0,00	51,11
001	001	264	D.02.01.18.A0.09	LIVROS E DOC TEC-AAA	314,00	0,00	698,62	0,00	313,26	0,00	0,00	313,26	0,74	0,74	0,00	99,76
001	001	264	D.02.01.19.00.00	ARTIGOS HONORIFICOS	1.664,00	0,00	3.587,87	0,00	3.977,87	0,00	390,00	3.587,87	1.037,13	1.037,13	0,00	41,98
001	001	264	D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	4.625,00	0,00	30.095,10	0,00	25.804,21	0,00	350,00	23.454,21	7.061,90	7.061,90	0,00	77,58
001	001	264	D.02.01.21.A0.01	OUTROS BENS-ANO	37.157,00	0,00	0,01	1.473,35	1.473,36	0,00	0,00	1.473,36	1.869,64	1.869,64	44,07	68,50
001	001	264	D.02.01.21.A0.09	OUTROS BENS-ALANT	3.343,00	0,00	206.763,52	0,00	173.818,33	0,00	0,00	173.818,33	6.236,48	39.181,67	32.945,19	81,60
001	001	264	D.02.02.01.B0.00	ENC-INSTAL- AGUA, E	25.000,00	0,00	13.609,45	0,00	13.609,45	0,00	0,00	13.609,45	11.390,55	11.390,55	0,00	54,44
001	001	264	D.02.02.01.B0.01	ENCARG INSTALAC- ANO	171.706,00	0,00	152.629,67	0,00	143.305,06	0,00	0,00	143.305,06	19.076,33	28.400,94	9.324,61	83,46
001	001	264	D.02.02.01.B0.09	ENCARG INSTALAC- AA	22.463,00	0,00	17.044,66	0,00	17.044,66	0,00	0,00	17.044,66	8.616,35	8.616,35	0,00	61,64
001	001	264	D.02.02.01.C0.00	Limpeza e Higiene	20.083,00	0,00	38.611,26	0,00	38.611,26	0,00	0,00	38.611,26	3.038,34	3.038,34	0,00	84,87
001	001	264	D.02.02.02.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	42.500,00	0,00	206.763,52	0,00	173.818,33	0,00	0,00	173.818,33	3.888,74	3.888,74	0,00	90,85
001	001	264	D.02.02.02.A0.01	LIMPEZA E HIGIENE -	213.000,00	0,00	32.631,67	0,00	32.631,67	0,00	0,00	32.631,67	0,33	0,33	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.02.A0.09	CONSERVAÇÃO DE BENS	32.632,00	0,00	33.825,51	0,00	33.825,51	0,00	400,00	33.825,51	3.174,49	3.174,49	0,00	91,42
001	001	264	D.02.02.03.A0.01	CONSERVAÇÃO BENS-ANO	80.500,00	0,00	56.488,65	0,00	55.552,49	0,00	220,00	55.332,49	24.011,37	25.167,51	1.156,14	68,74
001	001	264	D.02.02.03.A0.09	CONSERVAÇÃO BENS-AA	9.176,00	0,00	8.329,84	0,00	7.684,27	0,00	0,00	7.684,27	846,16	645,57	83,74	
001	001	264	D.02.02.06.A0.01	LOCAÇÃO DE MATERIAL	36.748,00	0,00	36.069,40	0,00	33.063,66	0,00	0,00	33.063,66	678,60	3.684,34	3.005,74	89,97
001	001	264	D.02.02.06.A0.09	LOCAÇÃO DE OUTROS BE	3.006,00	0,00	3.005,87	0,00	3.005,87	0,00	0,00	3.005,87	0,13	0,13	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.08.A0.01	LOCAÇÃO DE OUTROS BE	65.491,00	0,00	63.651,14	0,00	52.442,24	0,00	0,00	52.442,24	1.839,86	1.839,86	0,00	80,08
001	001	264	D.02.02.08.A0.09	LOCAÇÃO DE OUTROS BE	13.099,00	0,00	0,00	4.524,80	690,74	3.894,06	0,00	4.524,80	8.574,20	8.574,20	0,00	34,54
001	001	264	D.02.02.09.A0.01	ACESSOS A INTERNET	433,00	0,00	332,17	0,00	332,17	0,00	0,00	332,17	100,83	100,83	0,00	76,71
001	001	264	D.02.02.09.A0.09	ACESSOS A INTERNET - ANO	16.000,00	0,00	10.732,19	0,00	10.021,62	0,00	0,00	10.021,62	5.767,81	5.978,38	710,57	62,64
001	001	264	D.02.02.09.B0.00	COMUNICAÇÕES FIXAS D	5.613,00	0,00	0,00	5.612,23	4.668,38	943,85	0,00	5.612,23	0,77	0,77	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.09.B0.01	COMUNICAÇÕES FIXAS D	8.000,00	0,00	6.438,72	0,00	5.902,16	0,00	0,00	5.902,16	100,00	100,00	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.09.C0.00	COMUNICAÇÕES FIXAS D	537,00	0,00	0,00	536,56	0,00	536,56	0,00	536,56	0,44	0,44	0,00	99,92
001	001	264	D.02.02.09.C0.01	COMUNICAÇÕES FIXAS D	5.300,00	0,00	4.250,82	0,00	4.079,75	0,00	0,00	4.079,75	1.049,18	1.220,25	171,07	76,98
001	001	264	D.02.02.09.C0.09	COMUNIC FIXAS VOZ-ANO	181.088,00	0,00	22.481,27	0,00	20.601,17	0,00	0,00	20.601,17	158.606,73	160.486,83	1.880,10	11,38
001	001	264	D.02.02.09.D0.00	COMUNICAÇÕES MOVEIS	3.396,00	0,00	3.178,32	0,00	7,29	3.171,03	0,00	3.178,32	217,68	217,68	0,00	93,59
001	001	264	D.02.02.09.D0.01	COMUNIC MOVEIS-ANO	165,00	0,00	14,99	0,00	64,99	0,00	50,00	14,99	150,01	150,01	0,00	9,08
001	001	264	D.02.02.09.D0.09	COMUNIC MOVEIS-AA	20.140,00	0,00	7.071,62	0,00	7.071,62	0,00	0,00	7.071,62	13.068,38	13.068,38	0,00	35,11
001	001	264	D.02.02.09.F0.00	OUTROS SERVIÇOS DE C	603,00	0,00	521,83	0,00	521,83	0,00	0,00	521,83	81,17	81,17	0,00	86,54
001	001	264	D.02.02.09.F0.01	OUTROS SERVIÇOS DE C	7.600,00	0,00	5.867,23	0,00	6.257,23	0,00	390,00	5.867,23	1.732,77	1.732,77	0,00	77,20
001	001	264	D.02.02.09.F0.09	OUTROS SERVIÇOS DE C	61.321,00	0,00	55.870,37	0,00	51.984,85	0,00	100,00	51.884,85	5.450,63	9.436,15	3.985,52	84,61
001	001	264	D.02.02.09.F0.09	OUTROS SERVIÇOS DE C	2.929,00	0,00	2.928,79	0,00	2.928,79	0,00	0,00	2.928,79	0,21	0,21	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	93.287,00	0,00	61.751,14	0,00	61.851,14	0,00	100,00	61.751,14	31.535,86	31.535,86	0,00	66,19
001	001	264	D.02.02.10.A0.01	TRANSPORTES - ANO	37.087,00	0,00	32.095,10	0,00	28.085,03	0,00	50,00	28.085,03	5.027,90	5.027,90	0,00	75,60
001	001	264	D.02.02.10.A0.09	TRANSPORTES - ANO AN	1.924,00	0,00	0,01	1.923,34	0,00	0,00	0,00	1.923,34	0,65	0,65	0,00	99,97
001	001	264	D.02.02.11.00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SE	22.550,00	0,00	17.821,82	0,00	18.061,82	0,00	240,00	17.821,82	4.728,18	4.728,18	0,00	79,03
001	001	264	D.02.02.12.80.00	OUTRAS	8.800,00	0,00	7.747,47	0,00	7.747,47	0,00	0,00	7.747,47	1.052,53	1.052,53	0,00	88,04
001	001	264	D.02.02.12.80.01	OUTRAS - ANO	17.811,00	0,00	17.046,43	0,00	13.004,21	0,00	0,00	13.004,21	764,57	4.806,79	4.042,22	73,01

279 88 15
2/4

CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO

Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2018

Prg	Med	Act./Proj.	(2)	(3)	Classificação Econômica		Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos				Despesas Pagas				Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas (17) = (13) / (6-7) * 100
					Código	Descrição			Ano	Anos Ant.	Ano	Anos Ant.	Anos Ant.	RAPS	Total PG Liq.	Dotação não Comprometida	Saldo	Compromissos por pagar		
						(4)	(5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (10) + (11) - (12)	(14) = (5) - (7) - (8) - (9)	(15) = (6) - (7) - (13)	(16) = (8) + (9) - (13)			
001	001	264	D.02.02.12.80.09		OUTRAS - ALANT	5.862,00	0,00	0,00	5.861,62	4.000,00	1.861,62	0,00	0,00	5.861,62	0,38	0,38	0,00	0,00	99,99	
001	001	264	D.02.02.13.00.00		DESLOCACÕES E ESTADA	44.900,00	0,00	0,00	21.595,41	21.595,41	0,00	100,00	0,00	21.595,41	23.304,59	23.304,59	0,00	0,00	48,10	
001	001	264	D.02.02.13.00.01		DESLOCACÕES E EST-AN	132.702,00	0,00	0,00	118.099,40	118.099,40	0,00	500,00	0,00	117.599,40	14.268,79	15.102,60	833,81	0,00	88,62	
001	001	264	D.02.02.13.00.09		DESLOCACÕES E EST-AA	2.295,00	0,00	0,00	2.174,69	2.174,69	0,00	0,00	0,00	2.174,69	120,31	120,31	0,00	0,00	94,76	
001	001	264	D.02.02.14.00.01		SERVÇOS DE NATUREZA	228.205,00	0,00	0,00	124.533,02	124.533,02	0,00	0,00	0,00	124.533,02	103.671,98	177.699,24	74.027,26	0,00	22,13	
001	001	264	D.02.02.14.00.09		SERVÇOS DE NATUREZA	16.605,00	0,00	0,00	16.605,00	16.605,00	0,00	0,00	0,00	16.605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
001	001	264	D.02.02.14.80.01		Estudos par.proj.con	705,00	0,00	0,00	704,70	704,70	0,00	0,00	0,00	704,70	0,30	0,30	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.14.80.09		SERVÇOS DE NATUREZA	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.14.C0.01		SERVÇOS DE NATUREZA	46.052,00	0,00	0,00	46.051,20	46.051,20	0,00	0,00	0,00	46.051,20	0,80	0,80	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.14.C0.09		SERVÇOS DE NATUREZA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
001	001	264	D.02.02.14.D0.00		OUTROS	36.069,00	0,00	0,00	32.697,47	32.697,47	0,00	0,00	0,00	32.697,47	399,08	3.371,53	2.972,45	0,00	90,65	
001	001	264	D.02.02.14.D0.01		OUTROS-ESTUDOS-PAREC	9.074,00	0,00	0,00	9.073,25	9.073,25	0,00	0,00	0,00	9.073,25	0,75	6.101,55	6.100,80	0,00	32,76	
001	001	264	D.02.02.14.D0.09		OUTROS-ESTUDOS-PAREC	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.15.A0.00		TECNOLOGIAS DA INFOR	6.131,00	0,00	0,00	3.085,80	3.085,80	0,00	0,00	0,00	3.085,80	3.047,20	3.047,20	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.15.80.00		OUTRAS	48.248,00	0,00	0,00	32.014,00	32.014,00	0,00	0,00	0,00	32.014,00	15.664,00	16.234,00	570,00	0,00	66,31	
001	001	264	D.02.02.15.80.01		OUTRAS - ANO	743,00	0,00	0,00	708,00	708,00	0,00	0,00	0,00	708,00	35,00	35,00	0,00	0,00	95,29	
001	001	264	D.02.02.15.80.09		SEMINÁRIOS, EXPOSIC	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.16.A0.01		SEMINÁRIOS, EXPOS-A.	83.052,00	0,00	0,00	80.807,17	80.807,17	0,00	0,00	0,00	80.807,17	2.244,83	26.111,14	23.866,31	0,00	86,56	
001	001	264	D.02.02.16.A0.09		SEMINÁRIOS, EXPOS-AA	248,00	0,00	0,00	247,65	247,65	0,00	0,00	0,00	247,65	0,35	0,35	0,00	0,00	99,86	
001	001	264	D.02.02.16.A0.09		SEMINÁRIOS, EXPOS-AA	3.496,00	0,00	0,00	2.833,99	2.833,99	0,00	0,00	0,00	2.833,99	662,01	662,01	0,00	0,00	99,86	
001	001	264	D.02.02.17.A0.00		PUBLICIDADE OBRIGATO	12.752,00	0,00	0,00	4.057,25	4.057,25	0,00	30,00	0,00	4.057,25	8.694,75	8.694,75	0,00	0,00	31,82	
001	001	264	D.02.02.17.C0.00		OUTRA	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.18.00.00		VIGILANCIA E SEGURAN	22.700,00	0,00	0,00	17.625,95	17.625,95	0,00	0,00	0,00	17.625,95	5.074,05	5.074,05	0,00	0,00	77,65	
001	001	264	D.02.02.18.A0.01		VIGILANCIA E SEGURAN	208.446,00	0,00	0,00	183.482,35	183.482,35	0,00	0,00	0,00	183.482,35	5.932,69	24.963,65	19.030,96	0,00	88,02	
001	001	264	D.02.02.18.A0.09		VIGILANCIA E SEGURAN	224,00	0,00	0,00	22.833,72	22.833,72	0,00	0,00	0,00	22.833,72	0,28	0,28	0,00	0,00	100,00	
001	001	264	D.02.02.19.A0.01		OUTROS-ASSISTENCIA T	196.478,00	0,00	0,00	192.234,60	192.234,60	0,00	0,00	0,00	192.234,60	4.243,40	33.347,18	29.103,78	0,00	83,03	
001	001	264	D.02.02.19.A0.09		OUTROS-ASSISTENCIA T	27.465,00	0,00	0,00	27.464,27	27.464,27	0,00	0,00	0,00	27.464,27	0,73	3.898,06	3.897,33	0,00	85,81	
001	001	264	D.02.02.19.80.00		SOFTWARE INFORMATICO	20.510,00	0,00	0,00	18.732,84	18.732,84	0,00	0,00	0,00	18.732,84	1.777,16	1.777,16	0,00	0,00	91,34	
001	001	264	D.02.02.19.80.01		SOFTWARE INFORMATICO	193.000,00	0,00	0,00	155.391,17	155.391,17	0,00	0,00	0,00	155.391,17	28.311,22	37.608,83	9.097,61	0,00	80,51	
001	001	264	D.02.02.19.80.09		SOFTWARE INFORMATICO	3.844,00	0,00	0,00	1.817,00	1.817,00	0,00	0,00	0,00	1.817,00	2.027,00	2.533,12	506,12	0,00	34,10	
001	001	264	D.02.02.19.C0.00		OUTROS	9.121,00	0,00	0,00	5.554,81	5.554,81	0,00	0,00	0,00	5.554,81	3.566,19	3.566,19	0,00	0,00	60,90	
001	001	264	D.02.02.19.C0.01		OUTROS - ANO	156.549,00	0,00	0,00	116.606,99	116.606,99	0,00	0,00	0,00	116.606,99	24.186,16	39.942,01	15.755,85	0,00	74,49	
001	001	264	D.02.02.19.C0.09		OUTROS - ANO ANTERIO	30.610,00	0,00	0,00	30.609,90	30.609,90	0,00	0,00	0,00	30.609,90	0,10	0,10	0,00	0,00	100,00	
001	001	264	D.02.02.20.A0.C1		OUTROS - ANO	109.870,00	0,00	0,00	86.832,14	86.832,14	0,00	0,00	0,00	86.832,14	23.037,86	61.167,66	38.129,80	0,00	44,33	
001	001	264	D.02.02.20.A0.C9		OUTROS - ANO	55.009,00	0,00	0,00	53.628,07	53.628,07	0,00	0,00	0,00	53.628,07	1.380,93	1.380,93	0,00	0,00	97,49	
001	001	264	D.02.02.20.80.00		PAGAMENTOS A ESPAP.	71.740,00	0,00	0,00	62.400,00	62.400,00	0,00	0,00	0,00	62.400,00	9.340,00	9.340,00	0,00	0,00	86,98	
001	001	264	D.02.02.20.80.01		PAGAMENTOS A ESPAP.	100.000,00	0,00	0,00	79.581,00	79.581,00	0,00	0,00	0,00	79.581,00	20.419,00	20.419,00	0,00	0,00	79,58	
001	001	264	D.02.02.20.80.09		PAGAMENTOS A ESPAP.	30.077,00	0,00	0,00	30.076,06	30.076,06	0,00	0,00	0,00	30.076,06	0,94	0,94	0,00	0,00	100,00	
001	001	264	D.02.02.20.E0.00		OUTROS TRABALHOS ESP	3.080,00	0,00	0,00	2.163,10	2.163,10	0,00	0,00	0,00	2.163,10	514,30	916,90	402,60	0,00	70,23	
001	001	264	D.02.02.20.E0.01		OUTROS TRAB ESP-AA	229.959,00	0,00	0,00	41.517,88	41.517,88	0,00	50,00	0,00	41.517,88	184.190,72	188.471,12	4.280,40	0,00	18,03	
001	001	264	D.02.02.20.E0.09		OUTROS TRAB ESP-AA	2.702,00	0,00	0,00	2.701,33	2.701,33	0,00	0,00	0,00	2.701,33	0,67	0,67	0,00	0,00	99,98	
001	001	264	D.02.02.22.H0.00		OUTROS	25.000,00	0,00	0,00	11.555,52	11.555,52	0,00	0,00	0,00	11.555,52	13.444,48	16.333,36	2.888,88	0,00	46,73	
001	001	264	D.02.02.25.A0.01		OUTROS SERVICOS	24.000,00	0,00	0,00	19.019,53	19.019,53	0,00	543,00	0,00	19.019,53	4.980,47	4.980,47	0,00	0,00	79,25	
001	001	264	D.02.02.25.A0.01		OUTROS SERVICOS - AN	180.159,00	0,00	0,00	120.158,08	120.158,08	0,00	300,00	0,00	120.158,08	55.762,70	60.300,92	4.538,22	0,00	66,53	
001	001	264	D.02.02.25.A0.09		OUTROS SERVICOS - AN	47.819,00	0,00	0,00	46.081,02	46.081,02	0,00	0,00	0,00	46.081,02	117,98	117,98	0,00	0,00	99,75	
001	001	264	D.02.02.25.A0.09		OUTROS ENC FIN-ANO	518,00	0,00	0,00	146,68	146,68	0,00	0,00	0,00	146,68	471,32	493,32	22,00	0,00	20,17	
001	001	264	D.02.02.25.A0.09		IMPOSTOS E TAXAS	50,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00	100,00	
001	001	264	D.07.01.03.80.00		CONSERVACAO OU REPAR	1.750.032,00	0,00	0,00	1.750.032,00	1.750.032,00	0,00	0,00	0,00	1.750.032,00	0,00	1.750.032,00	0,00	0,00	100,00	
001	001	264	D.07.01.06.80.00		MATERIAL TRANSPORTE	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	
001	001																			

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO

Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2018

Prg	Med	Act./Proj.	(2)	(3)	Classificação Económica		Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos			Despesas Pagas			Diferenças			Grau de exec. orçamental das despesas (17) = (13) / (6-7) * 100
					Código	Descrição			Ano	Anos Ant.	Ano	Anos Ant.	Anos Ant.	RAPS	Total PG Liq.	Dotação não Comprometida	Saldo	
				(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	3) = (10) + (11) - (1)	(14) = (6) - (7) - (8) - (9)	(15) = (6)-(7) - (13)	(16) = (8) + (9) - (13)	(17)	
001	001	264	D.07.01.07.80.B1	IMPRESSORAS/FOTOC-A	9.788,00	0,00	0,00	4.461,77	0,00	0,00	0,00	0,00	4.461,77	5.326,23	5.326,23	0,00	45,58	
001	001	264	D.07.01.07.80.B9	IMPRESSORAS/FOTOC-AA	712,00	0,00	0,00	711,26	0,00	0,00	0,00	0,00	711,26	0,74	0,74	0,00	99,90	
001	001	264	D.07.01.07.80.C0	OUTROS	12.500,00	0,00	0,00	2.256,98	0,00	0,00	0,00	0,00	2.256,98	2.455,02	10.245,02	7.988,00	18,06	
001	001	264	D.07.01.07.80.C1	OUTROS-ANO	288.470,00	0,00	0,00	107.232,40	0,00	0,00	0,00	0,00	107.232,40	95.883,98	181.237,60	85.351,62	37,17	
001	001	264	D.07.01.07.80.C9	OUTROS-AANT	42.580,00	0,00	0,00	42.579,21	0,00	0,00	0,00	0,00	42.579,21	0,79	0,79	0,00	100,00	
001	001	264	D.07.01.08.80.B0	OUTROS	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.07.01.09.80.A0	Eg. Ad - Hardw Commun	9.500,00	0,00	0,00	7.633,29	0,00	0,00	0,00	0,00	7.633,29	1.866,71	1.866,71	0,00	80,35	
001	001	264	D.07.01.10.80.B0	OUTROS	161.350,00	0,00	0,00	10.609,71	0,00	0,00	0,00	0,00	10.609,71	39.450,36	150.740,29	111.289,93	6,58	
001	001	264	D.07.01.11.80.B0	OUTROS	5.950,00	0,00	0,00	199,97	0,00	0,00	0,00	0,00	199,97	5.750,03	5.750,03	0,00	3,36	
001	001	264	D.07.01.12.80.00	ARTIGOS E OBJETOS VA	6.050,00	0,00	0,00	4.692,75	0,00	0,00	0,00	0,00	4.692,75	1.357,25	1.357,25	0,00	77,57	
001	001	264	D.07.01.15.80.B1	Outros investimentos	1.393,00	0,00	0,00	600,68	0,00	0,00	0,00	0,00	600,68	792,32	792,32	0,00	43,12	
001	001	264	D.07.01.15.80.B9	Outros investimentos	107,00	0,00	0,00	106,57	0,00	0,00	0,00	0,00	106,57	0,43	0,43	0,00	99,60	
001	001	264	D.07.01.11.80.00	FERRAMENTAS E UTENSI	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	
Total Actividade/Projecto:					36.856.971,00	0,00	0,00	27.084.237,97	435.944,89	27.084.237,97	110.909,76	12.467,36	27.182.680,37	9.077.026,90	9.674.290,63	597.263,73	73,75	
001	001	957	D.06.02.03.80.00	RESERVA	14.733,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.733,00	14.733,00	0,00	0,00	
Total Actividade/Projecto:					14.733,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.733,00	14.733,00	0,00	0,00	
Total					36.871.704,00	0,00	0,00	27.084.237,97	435.944,89	27.084.237,97	110.909,76	12.467,36	27.182.680,37	9.091.759,90	9.689.023,63	597.263,73	73,72	

Lisboa, em 17 de maio de 2019
O Conselho Administrativo


 Sandra Pereira

 Luísa Pais

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADO

Período de 1 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2018

Prg	Med	Codigo	Classificação Económica Descrição	Previsões Corrigidas	Receitas por cobrar no início do ano	Receitas emitidas	Receitas Liquidadas	Receitas emitidas anuladas	Receitas Cobradas Brutas		Reembolsos e restituições		Recicla cobrada liquida	Receitas por cobrar no final do ano	Grau de execução orçamental da receita	
									Ano	Anos anteriores	Total	Emitidos				Pagos
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) = (10) + (11)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
001	001	R.99.99.98.01.00	FIN. DOT. ORC. - CORRENTES	19.649.689,00	0,00	21.186.500,69	21.186.500,69	0,00	21.186.500,69	0,00	21.186.500,69	0,00	0,00	21.186.500,69	0,00	107,82
001	001	R.99.99.98.02.00	FIN. DOT. ORC. - CAPITAL	1.658.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.186.500,69	0,00	0,00
		Total programa	001	21.308.139,00	0,00	21.186.500,69	21.186.500,69	0,00	21.186.500,69	0,00	21.186.500,69	0,00	0,00	21.186.500,69	0,00	99,43
		Total programa	001	21.308.139,00	0,00	21.186.500,69	21.186.500,69	0,00	21.186.500,69	0,00	21.186.500,69	0,00	0,00	21.186.500,69	0,00	99,43
		Total Fonte Financiamento:	111	21.308.139,00	0,00	21.186.500,69	21.186.500,69	0,00	21.186.500,69	0,00	21.186.500,69	0,00	0,00	21.186.500,69	0,00	99,43
001	001	R.04.01.01.A0.00	TAXAS DE JUSTICA	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	R.04.01.99.A0.00	EMOLUMENTOS TC	6.508.475,00	960.879,37	7.125.866,03	6.962.821,20	350.831,78	6.269.455,85	693.365,35	6.962.821,20	11.191,15	11.191,15	6.951.630,05	773.093,02	106,81
001	001	R.04.02.01.00.00	JUROS DE MORA	100,00	1,35	40,98	40,98	0,00	40,98	0,00	40,98	0,00	0,00	40,98	1,35	40,98
001	001	R.04.02.01.A0.00	JUROS DE MORA	500,00	0,00	167,90	167,90	0,00	167,90	0,00	167,90	0,00	0,00	167,90	0,00	33,58
001	001	R.05.03.01.10.30	CEDIC'S	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	R.07.01.02.A0.00	EDIÇÕES DO TRIBUNAL	2.000,00	411,27	138,06	352,82	0,00	276,12	0,00	352,82	0,00	0,00	352,82	196,51	17,64
001	001	R.07.01.05.A0.00	VENDA DE BENS E SERV	20.000,00	0,00	1.411,28	1.411,28	0,00	1.411,28	0,00	1.411,28	0,00	0,00	1.411,28	0,00	7,06
001	001	R.07.02.05.A0.00	REEMBOLSOS - SERVIÇO	500,00	563,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	563,78	115,98
001	001	R.08.01.99.99.01	Org ECE -Outras-Quir	49.900,00	0,00	58.100,76	58.100,76	0,00	58.100,76	0,00	58.100,76	226,00	226,00	57.874,76	563,78	90,43
001	001	R.08.01.99.99.06	Org IMAI -Outras-Quir	100,00	0,00	90,43	90,43	0,00	90,43	0,00	90,43	0,00	0,00	90,43	0,00	90,43
001	001	R.08.01.99.A0.00	OUTRAS RECEITAS CORR	19.000,00	27.334,67	77.517,10	91.584,92	668,68	26.809,84	91.584,92	117.300,00	491,74	491,74	91.093,18	12.598,17	479,44
001	001	R.09.02.03.00.00	ADM. PUBLICA - ADM.	0,00	0,00	117.300,00	117.300,00	0,00	117.300,00	0,00	117.300,00	0,00	0,00	117.300,00	0,00	0,00
001	001	R.15.01.01.00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATI	3.100,00	1.722,29	855,69	1.912,55	0,00	1.086,93	1.912,55	1.912,55	0,00	0,00	1.912,55	665,43	61,70
		Total medida	001	6.615.375,00	990.912,73	7.381.488,23	7.233.782,84	351.499,86	6.512.244,60	721.538,24	7.233.782,84	11.908,89	11.908,89	7.221.873,95	787.118,26	109,17
		Total programa	001	6.615.375,00	990.912,73	7.381.488,23	7.233.782,84	351.499,86	6.512.244,60	721.538,24	7.233.782,84	11.908,89	11.908,89	7.221.873,95	787.118,26	109,17
		Total Fonte Financiamento:	513	6.615.375,00	990.912,73	7.381.488,23	7.233.782,84	351.499,86	6.512.244,60	721.538,24	7.233.782,84	11.908,89	11.908,89	7.221.873,95	787.118,26	109,17
001	001	R.16.01.01.00.00	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	23.032.506,00	0,00	23.032.504,35	23.032.504,35	0,00	23.032.504,35	0,00	23.032.504,35	0,00	0,00	23.032.504,35	0,00	100,00
		Total medida	001	23.032.506,00	0,00	23.032.504,35	23.032.504,35	0,00	23.032.504,35	0,00	23.032.504,35	0,00	0,00	23.032.504,35	0,00	100,00
		Total programa	001	23.032.506,00	0,00	23.032.504,35	23.032.504,35	0,00	23.032.504,35	0,00	23.032.504,35	0,00	0,00	23.032.504,35	0,00	100,00
		Total Fonte Financiamento:	522	23.032.506,00	0,00	23.032.504,35	23.032.504,35	0,00	23.032.504,35	0,00	23.032.504,35	0,00	0,00	23.032.504,35	0,00	100,00
		Total		50.956.020,00	990.912,73	51.600.493,27	51.452.787,88	351.499,86	50.731.249,64	721.538,24	51.452.787,88	11.908,89	11.908,89	51.440.878,99	787.118,26	308,60

Lisboa, em 17 de maio de 2019
O Conselho Administrativo

Sandra Pereira
Luísa Fort

MAPA DE FLUXOS CONSOLIDADO

Período de 1 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2018

Código		Recebimentos	Código		Pagamentos	(em euros)
Capítulo	Grupo		Capítulo	Grupo		
		Transporte	51.467.685,60		Transporte	27.182.680,37
		Importâncias Retidas para entrega ao Estado ou outras entidades	7.221.873,95		Encargos das Instalações	24.468.848,67
		Receta do Estado	4.822.114,03		Limpeza e Higiene	187.805,82
		Operações de tesouraria	2.985.598,75		Conservação de Bens	245.061,26
		Descontos em Vencimentos e Salários:			Locação de Material de Transporte	96.842,27
		Receta do Estado			Locação de outros bens	36.069,53
		Operações de Tesouraria			Comunicações	56.967,04
					Transportes	118.553,29
					Representação de Serviços	91.712,52
					Seguros	17.821,82
					Deslocações e Estadas	26.613,30
					Estudos, Pareceres, Proj. e Consultoria	141.369,50
					Formação	107.385,80
					Seminários, Exposições e Similares	35.807,80
					Publicidade	57.188,51
					Vigilância e Segurança	6.891,24
					Assistência Técnica	223.942,02
					Outros Trabalhos Especializados	514.904,35
					Serviços de saúde	320.719,78
					Outros Serviços	8.666,64
					Outros Encargos Financeiros	186.579,23
					Capital	124,68
					Material de Informática	202.289,86
					Equipamento Administrativo	178.446,89
					Equipamento Básico	18.243,00
					Artigo e Objetos de Valor	199,97
					Outros Investimentos	4.692,75
					Despesas Orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição de saldos	707,25
					Importâncias entregues ao Estado ou outras Entidades	0,00
					Receta do Estado	4.822.114,03
					Operações de tesouraria	2.970.557,68
					Descontos em Vencimentos e Salários:	
					Receta do Estado	4.785.514,00
					Operações de Tesouraria	2.584.373,25
		A Transportar	59.275.398,38		A Transportar	34.975.352,08

245 88 60

MAPA DE FLUXOS CONSOLIDADO

Período de 1 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2018

(em euros)

Código	Recebimentos		Pagamentos		
	Capítulo	Grupo	Capítulo	Grupo	
		Transporte		Transporte	
				Saldo para a Gerência Seguinte	34.975.352,08
				Execução Orçamental	24.300.046,30
				De Dotações Orçamentais (OE)	
				De Receitas Próprias	24.258.198,62
				Na posse do Serviço	
				Na posse do Tesouro	24.258.198,62
				Receitas do Estado	
				De Operações de Tesouraria	
				Descontos em Vencimentos e Salários:	
				Receitas do Estado	0,00
					41.847,68
				TOTAL	59.275.398,38
				TOTAL	59.275.398,38

Lisboa, em 17 de maio de 2019
O Conselho Administrativo

Luís Pereira
Sandra Pereira
Luís Pereira

